

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Brasília-DF, março de 2016**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.  
Secretaria de Política de Informática – SEPIN.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

**Brasília-DF, março de 2016.**

## **LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABINEE** – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (),

**Brazil-IP** – Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação para área de Projetos de Circuitos Integrados

**CGME** – Coordenação-Geral de Microeletrônica –;

**CGPC** – Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC; e

**CGTE** – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

**CTI/MCTI** – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

**CEITEC** – Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

**CGOF** – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

**CATI** – Comitê da Área de Tecnologia da Informação

**CTI-PC** – Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão

**CERTICs** – Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –

**CI-Brasil** - Programa de Treinamento de Projetistas em Circuitos Integrados

**DETIC** – Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação –

**DHs** – Design Houses

**ENCTI** – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

**FNDCT** – Fundo Nacional de Desenvolvimento a Ciência e Tecnologia

**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados

**MEC** – Ministério da Educação

**MPS.BR** – Melhoria do Processo de Software Brasileiro

**MCTI** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**OSCIP** – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

**PADIS** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores

**PATVD** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital

**PNBL/MC** – Programa Nacional de Banda Larga do Ministério das Comunicações

**PBM** – Plano Brasil Maior

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PD&I** – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**RDs** – Relatórios Demonstrativos

**RNP** – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

**RFB** – Receita Federal do Brasil

**StartUp Brasil** – Projeto de incentivo de empreendedorismo de base tecnológica

**SEPIN** – Secretaria de Política de Informática

**SEXEC** – Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**SDP/MDIC** – Secretaria de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio

**TI Maior** – Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação

**TICs** – Tecnologias da Informação e Comunicação

**WSTS** – World Semiconductor Trade Statistics

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

Quadro - Objetivo PPA 0486

Quadro - Objetivo PPA 0853

Quadro - Ação da LOA 2015

Quadro - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios

Quadro - Transferências concedidas pela UPC

Quadro - Contas prestadas no exercício de referência

Quadro - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas

Quadro - Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro - Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ

Quadro - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014-2012 (Valores em Mil R\$)

Quadro - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro - Comunicações à RFB

Quadro - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SEPIN

Quadro - Custos do Pessoal da UPC

Quadro - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas e não Atendidas no Exercício

Quadro - Resumo das Recomendações do Órgão de Controle interno

Quadro – Plano de Providências Permanente do CGU

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

- Anexo I - Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncia de Receitas sob Gestão da SEPIN - AGRE
- Anexo II - Contribuintes beneficiados pela renúncia: (ano de 2014 - Empresas habilitadas)
- Anexo III - Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária; (ano de 2014 - Instituições credenciadas pelo CATI)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Finalidade e Competências .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....</b>	<b>12</b>
<b>2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTARIO OPERACIONAL .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Planejamento Organizacional.....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico: .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Desempenho Orçamentário .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.2 Informações sobre a execução das despesas.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....</b>	<b>35</b>
<b>2.4 Renúncia de receitas .....</b>	<b>36</b>
<b>2.4.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticadas pela unidade .....</b>	<b>42</b>
<b>2.4.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....</b>	<b>78</b>
<b>3. GOVERNANÇA .....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 Descrição das estruturas de governança.....</b>	<b>80</b>
<b>3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 Gestão de riscos e controles internos.....</b>	<b>80</b>
<b>4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>81</b>

4.1 Canais de acesso do cidadão.....	81
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	81
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	81
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	82
4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. ....	82
<b>5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>83</b>
5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos.....	83
5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	83
5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	83
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>102</b>
6.1 Gestão de pessoas .....	102
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	104
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	105
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	105
6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	105
<b>6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura .....</b>	<b>105</b>
<b>6.2.1 Gestão da frota de veículos .....</b>	<b>105</b>
<b>6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais.....</b>	<b>106</b>
<b>6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....</b>	<b>106</b>
<b>6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....</b>	<b>106</b>
<b>6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros .....</b>	<b>106</b>
<b>6.3 Gestão da tecnologia da informação .....</b>	<b>106</b>
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	106
<b>6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....</b>	<b>106</b>
6.5 Gestão de fundos e de programas .....	106
6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade .....	106
<b>7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>107</b>
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	107
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	110
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	143
7.4 Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993. ....	143



7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	143
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda .....	143
<b>8. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....</b>	<b>143</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI, a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as instruções da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e das orientações do órgão de controle interno (Controladoria Geral da União – CGU).

O Relatório está estruturado da seguinte forma:

### **1 VISÃO GERAL DA UNIDADE**

- 1.1 Finalidade e Competências
- 1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 1.3 Organograma
- 1.4 Macroprocessos finalísticos

### **2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTARIO OPERACIONAL**

#### **2.1 Planejamento Organizacional**

- 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício
- 2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico
- 2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos
- 2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

#### **2.2 Desempenho Orçamentário**

- 2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
- 2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
- 2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
- 2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

#### **2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos**

- 2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas
- 2.3.2 Informações sobre a execução das despesas
- 2.3.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

#### **2.4 Renúncia de receitas**

- 2.4.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticadas pela unidade
- 2.4.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

### **3. GOVERNANÇA**

- 3.1 Descrição das estruturas de governança
- 3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 3.3 Gestão de riscos e controles internos

### **4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

- 4.1 Canais de acesso do cidadão
- 4.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

### **5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

- 5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos
- 5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

## **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

### **6.1 Gestão de pessoas**

- 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade
- 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal
- 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal
- 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
- 6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

### **6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura**

- 6.2.1 Gestão da frota de veículos
- 6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais
- 6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União
- 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas
- 6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

### **6.3 Gestão da tecnologia da informação**

- 6.3.1 Principais sistemas de informações
- 6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da informação

### **6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

- 6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

### **6.5 Gestão de fundos e de programas**

- 6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

## **7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

- 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno
- 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário
- 7.4 Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.
- 7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- 7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

## **8. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

## **9. ANEXOS E APÊNDICES**

# 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

## 1.1 Finalidade e Competências

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, visando promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, conforme Portaria MCT nº 756, de 3 de outubro de 2006, com as seguintes competências regimentais:

- I – propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;
- II – propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;
- III – propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;
- IV – colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;
- V – participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;
- VI – analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;
- VII – articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e
- VIII – assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, equipamentos de processamento digital de informações, automação e instrumentação e redes para comunicação, além de tecnologias emergentes como Plataformas para Internet das Coisas, Manufatura Avançada, Defesa Cibernética, etc.).

Na economia brasileira, a participação do setor no ano de 2015, de bens finais de hardware (equipamentos), teve uma redução de cerca de 27,0% (Fonte: ABINEE), em relação ao ano de 2014, como consequência da crise econômica que afetou o Brasil naquele ano.

A SEPIN propõe, coordena e acompanha programas e ações de políticas públicas e projetos, em nível nacional e internacional para o setor de TICs, com o objetivo de integrar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos digitais.

O instrumento fundamental para a realização de PD&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços; ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas; à capacitação e formação de recursos humanos; à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos; e compras governamentais. Tais ações visam ao fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, à redução do déficit da balança comercial, à geração de empregos em todo o território nacional e, principalmente, à redução do desequilíbrio social e econômico regional e à inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas às TICs, a SEPIN tem realizado e implementado ações de programas e projetos de interesse nacional no setor. Essas ações visam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias digitais.

Nesse sentido, as ações organizam-se em quatro eixos:

- (a) incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- (b) promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O marco legal que orienta as atribuições e responsabilidades da SEPIN na atual política tecnológica de estímulo à realização de pesquisa e desenvolvimento pelo setor produtivo de TIC é constituída pelos seguintes diplomas legais: i) Lei nº 7.232/84, Lei nº 8.248/91, Lei nº 10.176/01 e Lei nº 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei nº 9.609/98 (Lei de Software); iii) Lei nº 11.484/07, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e iv) Decreto Nº 4.829 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

## 1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, criação por meio do **Decreto nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004**, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo **Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006**, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Seu Regimento Interno foi aprovado pela **Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005**, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.

## 1.3 Organograma

A estrutura organizacional da SEPIN é composta por:

- Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC
  - Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
  - Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC; e
  - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC tem por finalidade subsidiar o Secretário da SEPIN na formulação de políticas e na definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades; acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação, além de participar, no contexto internacional, das ações que visem ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, em temas como propriedade intelectual, serviços de tecnologia da informação, internet, comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME é incumbida de propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, de fortalecimento e consolidação de micro, pequenas e médias empresas, de promoção do software livre, de programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso à internet, e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem como fim propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Sua missão é estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, assim como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei nº 8.248/91.

#### 1.4 Macroprocessos finalísticos

A SEPIN tem sob sua responsabilidade quatro macroprocessos finalísticos que se referem diretamente aos eixos de sua atuação. São eles:

- I. Incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- II. Promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- III. Incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- IV. Coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O macroprocesso mais desafiador à Secretaria, por requerer consideráveis habilidades técnicas, o maior contingente de recursos humanos e demandar grandes esforços de negociação com o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe e com outros órgãos da administração pública é o primeiro, relativo ao desenvolvimento tecnológico por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware.

O marco legal que orienta essa atuação é a Lei de Informática – Lei nº 8.248/1991, que se constitui em um mecanismo de incentivos fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que exige o cumprimento de processo produtivo no País e a aplicação em atividades de P&D em tecnologias da informação. Essa aplicação pode ser realizada em instituições de ensino e pesquisa e nas próprias empresas e o cumprimento do processo produtivo requer acompanhamento da SEPIN em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No segundo macroprocesso, que se relaciona com a promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados, a SEPIN tem realizado ações para formação e capacitação de profissionais em projetos e processos de componentes e dispositivos semicondutores, como os programas Brazil-IP e CI-Brasil, além de participar ativamente na atração

de novos empreendimentos produtivos no segmento de circuitos integrados através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)..

A SEPIN participa do processo de implantação da TV Digital no Brasil, tendo como principal instrumento o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD), cuja gestão contribui para o incremento da capacitação tecnológica nacional, das instituições de pesquisa e das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Quanto ao terceiro macroprocesso, voltado para o incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para ganhos de competitividade interna quanto para inserção efetiva no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em um pólo mundial de excelência e empreendedorismo na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, lançado em 2012, é uma das principais atuações da SEPIN com vistas a estes objetivos. O TI Maior insere-se no contexto do Plano Brasil Maior – PBM, e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, como iniciativa para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Neste ano, foi dada continuidade à formulação e à implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, na produção industrial como nas atividades de PD&I.

Por fim, quanto ao quarto macroprocesso finalístico, relativo à coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação. A Secretaria de Política de Informática (SEPIN), através de seu secretário, coordena o Comitê Gestor da Internet (CGI), entidade responsável pela governança da Internet no Brasil. Em novembro de 2015, o CGI foi responsável pela realização da décima edição do Fórum de Governança da Internet (IGF) das Nações Unidas (ONU). É uma reunião global, onde discute-se o futuro da governança da Internet. Mais de 2.400 pessoas, vindos de 116 países, representantes de governos, empresas, academia e sociedade civil, participaram da reunião na Paraíba. Os temas discutidos incluíram aspectos como: cibersegurança, economia digital, inclusão e diversidade, acesso, direitos humanos, recursos críticos da Internet. O CGI.br colaborou intensamente para a realização do IGF 2015, oferecendo toda a infraestrutura logística necessária e participando ativamente dos debates promovidos. O modelo multissetorial, implementado no Brasil através do CGI, tem sido internacionalmente considerado como o modelo mais apropriado para a governança da Internet. A SEPIN participa ativamente na elaboração das ações do CGI.

A seguir, cada processo é abordado com maiores detalhes.

## **Macroprocessos Finalístico**

### **I – Incentivo ao desenvolvimento tecnológico para o setor produtivo**

A Lei nº 8.248/91, Lei de Informática, constitui o principal instrumento de incentivo à capacitação tecnológica e competitividade da indústria brasileira de TIC. A política para o setor de TIC, executada com respaldo dessa Lei, tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do

País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos favorece as regiões de influência regionais da SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, visando a reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Reiterando a orientação de fortalecer o desenvolvimento tecnológico com conteúdo nacional, a Portaria MCT nº 950/2006 fixa os requisitos para a caracterização de bens de informática e automação desenvolvidos no País, conforme o disposto no art. 2º, do Decreto nº 5.906/2006, que regulamentou a Lei de Informática. Este mecanismo constitui um dos indicadores mais relevantes de capacitação tecnológica estabelecidos pela Lei de Informática e permite a avaliação do estágio de desenvolvimento nacional em relação a outros países.

O reconhecimento ao atendimento do citado regulamento pela SEPIN/MCTI permite ao bem:

- Isenção do IPI na sua venda;
- Preferência nas vendas para o setor Público Federal, conforme Decreto nº 7.174/2010; e
- Margem de Preferência em condições regulamentadas pelo Poder Executivo.

Este instrumento teve boa receptividade por parte de outros Órgãos da Administração Pública Federal, os quais aplicam as portarias de reconhecimento de bem desenvolvido o País em suas esferas de atuação. Entre eles, ressalta-se a utilização do mecanismo pelo BNDES ao disponibilizar linhas de financiamento com condições diferenciadas para a comercialização desses bens. Mais recentemente, a ANATEL divulgou Consulta Pública de regramento que prevê exigências de aquisição de bens de informática desenvolvidos no País por parte das operadoras. Há ainda o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL/MC, o qual também prevê incentivos fiscais direcionados para as Operadoras e inclui requisitos mínimos de compras de bens de informática nos termos da Portaria MCTI nº 950/2006.

Maiores informações sobre esse tema estão apresentadas no AGRE (Anexo I).

## **II – Promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados**

Os componentes eletrônicos, representados principalmente pelos semicondutores e os dispositivos optoeletrônicos como os mostradores de cristal líquido (*displays LCD*), foram introduzidos definitivamente na agenda da política tecnológica e industrial no Brasil nos últimos anos. Devido ao significativo e crescente déficit da balança comercial que esses componentes representam para o País, foi identificada a necessidade de dominar o conhecimento sobre o ciclo de desenvolvimento e, para alguns componentes, dar início à sua produção no País. Também foi reconhecida como fundamental a formação e a capacitação de recursos humanos, bem como a ampliação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área.

Após o período da abertura comercial do setor na década de 1990, a quase totalidade das empresas nacionais que trabalhavam com componentes eletrônicos, especialmente semicondutores, encerraram suas operações. Desde 2002, a política adotada visa criar novamente condições para a reconstrução e implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas globalmente e com real impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países de alta expressão na economia mundial do conhecimento.

De acordo com o World Semiconductor Trade Statistics (WSTS), o mercado mundial de semicondutores atingiu a cifra de US\$ 335,1 bilhões em 2015, uma leve redução de 0,2% em relação aos US\$ 335,8 bilhões registrados em 2014. Para o ano de 2016, a estimativa do WSTS é de crescimento bastante moderado, cerca de 0,3%, atingindo US\$ 336 bilhões.



Conforme dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), o faturamento do setor eletroeletrônico previsto para o ano de 2015 é de R\$ 148,3 bilhões, com redução de 4% ao verificado no ano de 2014 (R\$ 153,8 bilhões). Em termos reais a queda será de 10%, de acordo com previsão da ABINEE.

Vários fatores contribuíram para essa redução, segundo a ABINEE, com destaque para a elevação da taxa de inflação, alcançado patamar superior a 10%; a retração do PIB em cerca de 3,8%; a elevação da taxa média de desemprego no ano superior a 7%, e cujos efeitos atingiram particularmente os segmentos de microcomputadores e aparelhos telefônicos celulares. Assim, com consequência da crise político-econômica enfrentada pelo País em 2015 justificaria a retração do consumo e também de investimentos.

A ABINEE observa que as importações de Componentes Elétricos e Eletrônicos em 2015 totalizaram US\$ 19,185 bilhões, uma queda de 19% em relação ao ano de 2014, motivada pela redução na produção e retração do mercado interno.

Como resultado, a ABINEE estimou que a balança comercial do setor deve atingir um *déficit* de US\$ 27,4 bilhões, aproximadamente 20% inferior ao déficit de US\$ 34,6 bilhões do ano de 2014, mas ainda assim significativo e a confirmar avaliação da SEPIN (e outros órgãos de governo, como é o caso do BNDES) no sentido de que é fundamental a implantação da indústria local de microeletrônica, em bases competitivas, para que a indústria brasileira de TIC torne-se auto-sustentável, reduzindo ou mesmo eliminando sua dependência do atual modelo de incentivos para sua viabilização.

A SEPIN é responsável conjuntamente com a Secretaria do Desenvolvimento da Produção/MDIC, pela análise e aprovação de projetos do Programa PADIS.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS:*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, objetivando desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de projeto e de processo de fabricação de circuitos integrados e de *displays*, bem como atrair investimentos de produção desses importantes componentes eletrônicos. As empresas que invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e exerçam pelo menos uma das atividades de projeto, difusão, corte, encapsulamento e teste de semicondutores podem beneficiadas com a desoneração dos impostos e tributos federais incidentes na aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas destinadas ao projeto industrial, bem como a desoneração dos principais tributos incidentes nos insumos e matéria-prima para a produção de semicondutores e *displays*. As empresas beneficiárias do PADIS poderão contar também com a isenção do imposto de renda e de tributos e impostos incidentes na comercialização de circuitos integrados.

Em 2015 estavam beneficiadas pelo PADIS dezesseis empresas: duas de processamento de lâminas ou *foundries*: CEITEC S.A. (design e *foundry*) e UNITEC Semicondutores S. A; sete empresas fabricantes de memórias (DRAM E FLASH): Smart, HT Micron, Multilaser, Cal-Comp, ADATA, GIGASTONE e HBS; três empresas de projeto de circuitos integrados – IC design houses: SiliconReef, Chipus e Idea; duas empresas de painéis 16itiga16taicos: TECNO-CELLS e SUNEW; uma de dispositivos ópticos: BRPHOTONICS e a empresa FlexIC, fabricante de circuitos híbridos.

As empresas beneficiárias do PADIS encontram-se em estágios diferentes, no que refere às atividades de produção, sendo algumas:

**SMART** – A Smart está encapsulando memórias no Brasil desde 2005. Tendo o seu projeto PADIS aprovado em 2010. Desde 2010, a empresa tem ampliado a sua linha de produtos e em 2014 iniciou a operação das atividades de corte, encapsulamento e teste em uma sala limpa classe 10, destinada à fabricação de componentes eMCP, eMMC e LPDRAM.

**HT Micron** – Está em operação no País desde 2009. Em outubro de 2013, inaugurou a sua unidade fabril. A nova unidade iniciou a sua operação no segundo semestre de 2014. A empresa estará ofertando para o mercado memórias DRAM e NAND Flash.

**CEITEC S.A** – Primeira *founndry* do País. Iniciou as atividades de fabricação de lâminas e de *back-end* em 2013. Possui um dos maiores grupos de projeto de circuitos integrados do País. Está fornecendo ao mercado *chips* para RFID.

**UNITEC** – A infraestrutura fabril estava em processo de construção, incluindo a sala limpa, montada e comissionada. A operação fabril deverá ter início em 2016.

**Multilaser** – A empresa Mutilaser teve seu projeto aprovado no final de 2013, iniciando as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2014, e a exemplo da HT Micron e Smart também atuará no segmento de memórias DRAM e NAND Flash.

**TECNO-CELLS** – Primeira empresa do País com projeto aprovado para produção de painéis fotovoltaicos em outubro de 2015, encontra-se em processo de implantação industrial e pretende iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

**ADATA** – A empresa teve seu projeto aprovado no mês de junho de 2015 e sua primeira habilitação na Receita Federal do Brasil em janeiro de 2016, encontra-se em processo de implantação industrial e pretende iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

**GIGASTONE** – A empresa GIGASTONE teve seu projeto aprovado em julho de 2015, pretendendo iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

**BRPHOTONICS** – Primeira empresa do País com foco em componentes semicondutores optoeletrônicos, está apta a realizar as atividades de projeto, difusão físico-química e encapsulamento de chips, teve seu projeto aprovado no final de 2015, já iniciando as suas atividades industriais a partir do 1º semestre de 2016.

**SUNEW** – A empresa SUNEW teve seu projeto aprovado em novembro de 2015 e encontra-se em processo de implantação industrial em Belo Horizonte / MG, onde produzirá componentes eletrônicos a filmes finos para o setor fotovoltaico, deverá iniciar as suas atividades a partir do 2º semestre de 2016.

**HBS** – A empresa teve seu projeto aprovado no final de 2015, encontra-se em processo de implantação industrial, pretendendo iniciar as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2016.

As empresas beneficiárias do PADIS declararam em 2015 que faturaram em 2014 quase um bilhão de reais. Os investimentos totais acumulados realizados pelas empresas até o final do ano de 2014 são estimados em mais de R\$ 1,5 bilhão.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD):*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.234, de 11 de outubro de 2007.

Estão habilitadas no PATVD as seguintes empresas:

- ✓ Harris Soluções em comunicações do Brasil;
- ✓ Linear Equipamentos Eletrônicos S.A.;
- ✓ Sanmina-sci do Brasil Integration Ltda.;

- ✓ Screen Service do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.; e
- ✓ Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda.

Quase todas as empresas habilitadas já possuíam faturamento a partir de 2013, realizando investimentos em P&D a partir desse ano.

### III – Incentivo à competitividade no setor de software e serviços de TI

No ano de 2015 foi dada continuidade a programas e ações que compõe o Programa Estratégico TI MAIOR. Apenas recordando os objetivos do TI Maior, este visa contribuir para a eliminação dos principais gargalos do setor, de modo que a indústria brasileira de *software* e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, amplie a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, torne-se uma das referências no cenário internacional. Neste ano, destacamos as seguintes iniciativas em *lato sensu* com mais detalhes dados na sequência.

- Atração e capacitação de recursos humanos;
- Empreendedorismo e inovação tecnológica;
- Cooperação internacional em temas estratégicos;
- Ecossistemas digitais e cooperação internacional;
- Ecossistemas digitais estratégicos;
- Poder de compra do estado e o desenvolvimento tecnológico;
- Ações de Centros Globais de P&D.

- ***Atração e capacitação de recursos humanos:***

No ano de 2015 a SEPIN deu continuidade às atividades do Programa Brasil Mais TI (<http://www.brasilmaisti.com.br/>). Este Programa é destinado a estimular jovens a aderirem a carreira de TI, ofertando cursos de capacitação nas tecnologias e conhecimentos mais demandados pelo mercado. Foi desenvolvida uma plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor. A plataforma obteve grande número de acessos e impacto significativo nas redes sociais, com divulgações em escala viral. Até dezembro de 2015, foram contabilizados mais de 380 mil cursos concluídos com mais de 195 mil indivíduos cadastrados na plataforma. A SEPIN buscou parcerias nos setores público e privado para expandir os conteúdos ofertados e estabeleceu a continuidade à parceria firmada com o MEC para fins de apoio e expansão do Programa. Da mesma forma, ampliaram-se as funcionalidades da plataforma com o aperfeiçoamento da área de oferta de currículos (banco de currículos) e oferta de oportunidades por parte das empresas.

- ***Empreendedorismo e Inovação Tecnológica:***

Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior, destaca-se o Programa Nacional de Aceleração de *Startups*, Programa Start-Up Brasil, que tem como objetivo apoiar empresas startups inovadoras do país e do mundo, que se utilizem de soluções de *software*, *hardware* e/ou serviços de Tecnologia da Informação, criando casos de sucesso e contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade brasileira nesse setor. O Programa Start-Up Brasil compreende uma série de ações coordenadas para gerar oportunidades a empreendedores organizados em empresas nascentes (*startups*), utilizando-se do conceito de aceleração de empresas, o qual prevê um apoio sistêmico que inclui as seguintes atividades:

- a) mentorado tecnológico e de negócio;
- b) capacitação em negócios;
- c) auxílio ao aperfeiçoamento do plano de negócios;
- d) recursos para o desenvolvimento de P&D;
- e) ações de exposição do negócio junto a potenciais investidores; e
- f) aporte de capital oriundo de investidores privados.

Essas ações ocorrem em parceria com aceleradoras de empresas. Estas são instituições dedicadas ao desenvolvimento de negócios nascentes de software e serviços correlatos, com apoio de curta duração (máximo de doze meses), porém intenso em conteúdos ligados a gestão de negócios e tecnologias. O Programa funciona por edições, com duração de um ano, e realiza duas chamadas públicas, uma para qualificar e habilitar aceleradoras e outra para a seleção de projetos startups, com duas rodadas semestrais. Durante os três anos de realização, o programa recebeu 2.855 inscrições e selecionou 183 empresas de 17 estados da Federação e 13 países diferentes que tiveram seus projetos apoiados com até R\$ 200 mil em bolsas do CNPq. No final do ano de 2014 foi realizado um edital para qualificação de novas aceleradoras que viriam a fazer parte do Programa. Infelizmente, por falta de recursos, não foi possível realizar a chamada de projetos pelo CNPq frustrando as expectativas dos gestores, aceleradores e empreendedores. Estão em negociações o pedido de R\$20 milhões para fins de chamada pública para apoio a 100 *startups* a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2016.

O programa também contempla a realização de eventos (*Demo Days*) para aquelas empresas que apresentaram maior grau de maturidade, segundo metodologia desenvolvida para o Programa. Nestes eventos, as empresas têm a oportunidade de apresentar seus produtos e serviços ao público composto por investidores privados, governo e outros possíveis atores interessados. Em 2015 foram realizados dois destes eventos nacionais nos quais participaram 20 empresas. Foi realizado também o segundo “*Demo Day Internacional*”, organizado pela APEX-Brasil em parceria com o MCTI para a execução do Programa. Este evento ocorreu mais uma vez em San Francisco – EUA, e contou com a presença de 12 empresas que arcaram com suas despesas de viagens, mas receberam em contrapartida além do evento, uma semana intensa com visitas a investidores, universidades e potenciais parceiros de negócios. Além deste, realizou-se também o evento denominado “*Welcome Aboard*”. Este último evento consiste na apresentação do Programa por parte do MCTI e das aceleradoras participantes àquelas empresas que tiveram seus projetos selecionados recentemente, e inicia um rito de inserção dos novos empreendedores ao ecossistema já mobilizado pelo Programa que inclui rodadas de mentoria logo ao entrar no Programa.

Desde o início do Programa é realizado o acompanhamento do programa por meio de três indicadores identificados naquelas empresas que estão em fase de aceleração ou que concluíram esse processo, tal como mencionado abaixo:

- Quantitativo de empregados: As três primeiras turmas geraram 366 empregos diretos ao final do processo de aceleração;
- Incremento do Faturamento: Identificou-se o aumento de 96,6% (em média) no faturamento destas empresas após sua aceleração;
- Investimentos Privados: As 137 *startups* que já finalizaram a aceleração (turmas 1, 2 e 3) captaram, até dezembro de 2015, R\$ 57,5 milhões de investidores privados contra R\$ 26,9 milhões investidos pelo MCTI/CNPq (na forma de bolsas de P&D), ou seja, os investimentos privados superaram os investimentos públicos em 2,1 vezes.

Estes resultados positivos demonstram a hipótese sugerida ao início do Programa, a de que não basta conferir apoio ao P&D às empresas startups, elas necessitam de apoio ligados a modelos de negócios e de orientações tecnológicas que alinhem melhor seus produtos e serviços às necessidades de mercado. Tal hipótese confirma a viabilidade de arranjos que emulam parcerias

públicas-privadas de modo a garantir uma intervenção mais eficiente do estado mesmo em ambiente econômico adverso. Todos estes resultados apresentados reforçam a importância do Programa Start-Up Brasil, tanto sob a perspectiva do estímulo ao empreendedorismo tecnológico, o apoio ao elo mais fraco na cadeia de *venture capital* (o empreendedor), a demonstração da qualidade das inovações elaboradas pelas empresas *startups* e consequentemente a geração de empregos qualificados, a atração de investimentos privados e o desenvolvimento econômico do país. Por último, merece destaque a nomeação do Programa entre as 20 iniciativas mais inovadoras no âmbito do Governo Federal, no 20º Concurso Inovação promovido pela ENAP.

- ***Ecossistemas digitais e cooperação internacional:***

No que diz respeito às cooperações internacionais, em 2015, a SEPIN avançou com os projetos com a União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA), além de prospectar possibilidades de cooperações com outros países. Dando continuidade à parceria com a União Europeia em chamadas conjuntas, a RNP (Rede Nacional de Pesquisa e Ensino) sugeriu a realização de iniciativa em apoio à P&D cooperada entre Brasil e UE. Em 2015 foi publicado o terceiro edital que teve como linha temática o ecossistema estratégico computação em nuvem, mas incluindo aspectos de segurança, processamento de alto desempenho e plataformas experimentais. Foram selecionados 5 projetos, que receberão, ao longo de 3 anos de duração da pesquisa, 7 milhões de euros (R\$ 22.737.401,40). Os projetos que tiveram início em 2016 terão vigência até novembro de 2018.

Além das chamadas conjuntas, a SEPIN iniciou sua primeira edição do Projeto Diálogos Setoriais com a União Europeia como forma de melhorar a capacitação de seus recursos humanos no que tange a formulação de políticas públicas para a área de TIC. O Projeto visa fortalecer o diálogo, em nível governamental, em políticas públicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (abrangendo tópicos diversos, como *startups*, *Big Data*, Indústria 4.0, computação em nuvem, segurança cibernética, microeletrônica etc.). A ação previu a contratação de dois peritos, um local, responsável por um mapeamento expedito das políticas públicas de TIC no contexto brasileiro, e outro europeu, responsável pelo mapeamento semelhante das políticas públicas de TIC no contexto europeu. Além disso, o projeto contempla missão técnica à União Europeia, a fim de visitar centros de P&D europeus e participar de workshops executivos, nos quais serão discutidas as políticas em ambos os contextos. O projeto prevê a contrapartida nacional em R\$ R\$ 64.208,00. Por fim, cita-se a coordenação do VIII Diálogo Brasil-União Europeia em Sociedade da Informação realizado com apoio do MRE mas conduzido pela CGPC/SEPIN. Neste foram avaliadas ações de cooperação em andamento e a discussão de novos nichos de cooperação em temas relativos a tecnologias emergentes e que incluam a participação de empresas nos futuros projetos.

No ano de 2015, a CGPC/SEPIN avançou na cooperação com os EUA, em decorrência dos desdobramentos da visita da Presidente da República àquele país. Como ação concreta de cooperação, idealizou-se a realização de Workshop em Segurança Cibernética, dividido em duas etapas. A primeira etapa teve lugar em Brasília, em dezembro de 2015, e a segunda etapa ocorrerá nos EUA, em abril de 2016. O objetivo do Workshop é aproximar acadêmicos e pesquisadores brasileiros e norte-americanos na área de segurança cibernética, estimulando sinergia entre eles, prospectando potenciais tópicos de pesquisa conjunta. Além disso, é também objetivo do Workshop angariar elementos e ideias para lançamento de chamada conjunta com os EUA no primeiro semestre de 2016, para financiar projetos de pesquisa em segurança cibernética envolvendo grupos acadêmicos dos dois lados, lançando bases para outros projetos futuros, nos quais se incluía a participação de outros atores, como empresas. Essa ação coaduna-se com a estratégia que vem sendo executada pela SEPIN, no sentido de fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas, promovendo a pesquisa aplicada e soluções visando ao fortalecimento do espaço cibernético nacional.

No que tange a outras ações de cooperação internacional, a CGPC/SEPIN tem avaliado demandas de cooperação de outros países e feito sugestões de colaboração, envolvendo programas executados pela Secretaria. Assim, com países da CPLP, como Moçambique, mas também outros latino-americanos, como o Uruguai e a Colômbia, sugerimos cooperação no âmbito do Programa Brasil Mais TI, no sentido de os países utilizarem a plataforma, oferecendo cursos e também hospedando a plataforma-servidor em seus respectivos países; No âmbito do Start-Up Brasil, algumas iniciativas com países como Austrália, Argentina e Israel estão em andamento, e visam fomentar parceria entre *startups* brasileiras e internacionais, incentivar compartilhamento de boas práticas, a atração de investidores e a inserção de investidores brasileiros e até mesmo a internacionalização das empresas. Com a Coreia do Sul, foi dado início cooperação, por meio de MOU, em economia criativa e sociedade do conhecimento, e resultando em um apoio a empreendimentos nascentes em incubadoras, intermediados. Com a Holanda, iniciou-se diálogo promissor para cooperação em TIC aplicada à área de esportes, seguindo oportunidade identificado por estudo realizado sobre o ecossistema TI em esportes. Outras ações envolveram sugestões de atração de Centros Globais de P&D, diálogos sobre governança da Internet (envolvendo o CGI.br). Por fim, cita-se a participação de funcionários da SEPIN em várias reuniões de coordenação sobre temas relacionados à governança da Internet, diálogos estratégicos com países selecionados (EUA), participação em foros multilaterais relativos a tecnologia da informação, como o Fórum de Governança da Internet (*Internet Global Forum* – João Pessoa).

- ***Ecossistemas digitais estratégicos:***

- Segurança Cibernética*

Outra ação relevante de apoio ao desenvolvimento tecnológico e da inovação do país é o projeto de Segurança e Defesa Cibernética, em parceria com o Centro de defesa Cibernética - CDCIBER, do Exército Brasileiro. Este projeto prevê o desenvolvimento do ecossistema de cibersegurança por meio de tecnologias a serem apropriadas em soluções de antivírus e segurança perimetral (*firewall*), ambas com tecnologia genuinamente nacional. Além disso está prevista a instalação e/ou expansão de laboratórios para identificação e tratamento de *malware*. O projeto é uma parceria entre o MCTI e o Ministério da Defesa, tendo o Exército Brasileiro como o órgão responsável por levantar as demandas técnicas do projeto e o acompanhamento técnico, dado que este é o responsável pela ação de Defesa Cibernética prevista na Estratégia Nacional de Defesa. O projeto tem orçamento previsto de R\$11,2 milhões, já realizou a contratação das empresas nacionais responsáveis pelo desenvolvimento das soluções e teve executado 50% do valor previsto.

- ***Nuvem Acadêmica e Supercomputação - Infraestrutura Cibernética em apoio à P&D***

No ano de 2015 foram alcançados avanços significativos em dois projetos voltados para o aprimoramento da infraestrutura cibernética para apoio à P&D. O primeiro envolve a instalação de uma infraestrutura computacional de processamento de alto desempenho (PAD) com capacidade petaflopica de pico resultante do Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho, ratificado pelo Brasil em 11 de dezembro de 2012.

Este Acordo justificou a aquisição de um supercomputador da empresa BULL. Destaca-se que é uma das poucas empresas no mundo que dominam a tecnologia da fabricação de computadores de alto desempenho. O supercomputador brasileiro, intitulado Santos Dumont, já se encontra em operação no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, em Petrópolis. Os testes operacionais se iniciaram em abril/2015, quando a máquina foi entregue.

Na prática a máquina é composta por três núcleos distintos com diferentes focos de aplicação à disposição do Sinapad, o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, que fornece capacidade computacional a universidades e institutos de pesquisa interligados a 100 Gbps por meio das RNP. O Santos Dumont possui capacidade instalada de processamento na ordem de 1,1 Petaflop/s (1,1 x 10<sup>15</sup> *float-point operations per second*) e colocou o Brasil na posição 148 do ranking Top 500 de supercomputadores. Esse poder computacional fará diferença especialmente para grandes aplicações que demandam muita capacidade computacional, como: modelagem molecular (para desenvolvimento de fármacos), engenharia aplicada à energia (sismografia do pré-sal, mas também em engenharia de materiais), meteorologia de alta resolução, nanotecnologia, química, física, astronomia, meteorologia, oceanografia e geofísica, e a própria computação (leia-se, *big data*). Verifica-se aplicações no setor de fármacos, medicina assistida por computação com aplicativos de treinamento de cirurgiões em técnicas de recomposição de aneurismas cerebrais.

O projeto inclui, também, a transferência de tecnologia da França para o Brasil, envolvendo a instalação de um Centro de Pesquisa da BULL em Petrópolis – LNCC, um Centro de Aplicações da BULL no Rio de Janeiro - UFRJ; e a fabricação de equipamento no Brasil, em parceria com o CTI/MCTI.

O segundo projeto envolve a instalação de novas infraestruturas para a computação em nuvem nas universidades, em apoio a armazenagem de bases de dados de pesquisa. Em 2014, foram instalados dois data centers, recebidos por doação da empresa Huawei, nos municípios de Recife (1,0PB) e Manaus (0,5PB), totalizando 1,5PB, cujas capacidades foram somadas à Nuvem Acadêmica desenvolvida pela RNP. O objetivo da Nuvem Acadêmica é responder às demandas de armazenamento e computação para apoiar aplicações científicas e tecnológicas no Brasil de forma eficiente, flexível, escalável e sustentável. Essa ação se consolidou em 2015, permitindo à RNP avançar nas pesquisas relativas a armazenamento em nuvem e compartilhamento de poder de processamento computacional, em complemento a rede de alta velocidade dedicada à pesquisa desenvolvida e mantida pela RNP (conforme contrato de gestão apresentado pela RNP).

- ***Poder de compra do estado e o desenvolvimento tecnológico:***

A discussão do uso de certificados de origem e tecnologia nacional advém da emergência das Leis nos 8.248/91 e 8.666/93, que buscavam, respectivamente, dotar o país de uma estrutura de tecnologias da informação avançada, assim como um regimento licitatório que estabelecesse este segmento da economia como estratégico e, portanto, privilegiado com a adoção de regras de licitação e compras públicas que beneficiassem produtos e serviços desenvolvidos no país (artigo 3º da Lei no 8.666/93). Com o advento da Medida Provisória no 495/2010, convertida na Lei no 12.349/2010, estabeleceu-se no Estatuto Licitatório a possibilidade do uso de margens de preferência para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, cabendo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estabelecer os requisitos e critérios para a definição dos métodos de certificação dos produtos inovadores produzidos no País (art. 2º). Este dispositivo legal possibilita que contratações de sistemas de tecnologia da informação e comunicações, por questões de segurança, sejam restritas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidas de acordo com o processo produtivo básico.

Não obstante a existência de regimento legal para a adoção de medidas certificadoras de tecnologia nacional em alguns segmentos de TIC, identificou-se uma lacuna no que diz respeito aos métodos e informações na área de software e serviços de tecnologia da informação. Tal lacuna resultava num grande risco regulatório para o setor privado e demais órgãos governamentais, pois o poder de compra estatal precisa se fundamentar em regras e certificações que garantam aos gestores públicos e entes privados a credibilidade necessária para sua execução. Neste sentido, desenvolveu-se tal metodologia com o envolvimento dos diversos atores da

sociedade civil organizada, academia, outros órgãos de governo e empresas, com a finalidade de avaliar as melhores práticas para certificação de tecnologia nacional. Assim, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do MCTI, iniciou-se o projeto para a elaboração de modelo para Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação, denominada CERTICs. A proposta de modelo de certificação foi submetida à consulta pública ao final de 2012, para alinhar-se às percepções dos diversos atores no governo, mercado e sociedade civil. A metodologia foi lançada oficialmente em junho de 2013 durante o evento com ampla participação de representantes do setor, e o processo de certificação baseado nessa metodologia vigora desde setembro desse mesmo ano, com a colaboração de uma rede de entidades avaliadoras e a validação por parte do CTI.

O Método de avaliação de parte da Metodologia CERTICs para Software foi totalmente mapeado e implantado em uma plataforma de nome CERTICsSys – [www.certicsys.org.br](http://www.certicsys.org.br) que automatiza todo o processo, desde o cadastramento da empresa, monitoramento da atividade de avaliação e dos resultados obtidos por empresas de *software*. Esta plataforma permite uma simulação do processo de avaliação, de modo a proporcionar um aprendizado para a empresa que pretende se certificar, além de indicar a possibilidade de sucesso na aprovação da avaliação. No ano de 2015, o CERTICs continuou o processo de expansão da certificação. Em janeiro de 2015 a quantidade de propostas que estavam em pré-análise eram de 49, sendo que neste mesmo mês foram concedidas 15 certificações. Em agosto o número de projetos em pré-análise (dados acumulados desde janeiro) chegava a 60 com 27 certificados concedidos.

- ***Ação de Centros Globais de P&D:***

Das ações que foram objeto desta ação em 2015 relatamos a continuidade no apoio à P&D de empresas por meio do CNPq, objeto de processo seletivo por meio de chamada pública em 2013. Hoje 05 projetos estão em andamento, com R\$7,7 milhões aplicados pelo MCTI/CNPq, além das contrapartidas das empresas estimadas em R\$21,8 milhões. Os projetos envolveram até 2015 194 pesquisadores, sendo que 59 destes são bolsistas pelo CNPq, ou seja, uma relação de 3,2 pesquisadores apoiados pelas empresas para cada bolsista apoiado pelo MCTI/CNPq. No que diz respeito ao grau de titulação dos bolsistas, verificou-se que 7% apresentam ensino técnico, 49% são compostos por graduados, 25% são mestres e 19% doutores. Em relação ao andamento dos projetos, verificou-se que os projetos em 2015 apresentavam 50% de execução e investimentos revistos pelas empresas e estimados em R\$25 milhões, e termos dos projetos previstos para 2017. Esta ação não conta com novos recursos desde 2013 (data do edital do CNPq) sendo as atividades relativas a atração de investimentos para o país concentradas em negociações e orientações feitas em conjunto com outras instituições de governo (MDIC e APEX), junto a potenciais empresas, quanto ao uso de incentivos de leis e a possibilidade de se integrarem a programas e iniciativas em curso no âmbito da SEPIN como Start-Up Brasil, Brasil Mais TI e Cooperações Internacionais.

#### **IV – Coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação**

A Secretaria Política de informática coordena o Comitê Gestor da Internet criado por meio do Decreto nº 4823/2003. Este comitê tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “.br”. Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.



O Comitê Gestor é composto por representantes do setor governamental, setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, constituindo um modelo de governança pioneiro, com base nos princípios da multissetorialidade, multilateralidade, transparência e democracia. O Secretário da SEPIN coordenou o CGI e representou o Brasil em inúmeros eventos e reuniões internacionais sobre a governança global da Internet. Em 2015, a SEPIN esteve envolvida na realização do Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF) que ocorreu em novembro de 2015, em João Pessoa, na Paraíba.

### **Desafios para a Gestão**

#### **I - Gestão das renúncias fiscais**

O principal desafio para a SEPIN se refere à gestão das renúncias fiscais, posto que é sua atribuição regimental analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação; além de acompanhar a realização das obrigações produtivas e relativas a investimentos em P&D.

O ano de 2015 terminou com **613** empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática, com previsão de faturamento da ordem de R\$ 40 Bilhões com bens incentivados e aplicação em atividades de P&D de cerca de R\$ 1,4 Bilhões e 340 Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento credenciadas pelo CATI, com previsão de execução de 1000 projetos de P&D em TIC, em convênio com as empresas incentivadas.

Foram analisados cerca de 230 Relatórios Demonstrativos de aplicações em atividades de P&D, em contrapartida à fruição de incentivos da lei de Informática, finalizando ao ano de 2015 com um estoque de 2.053 RDAs, pendentes de análise.

Em 2014, a SEPIN avançou em um importante aspecto para a gestão das renúncias fiscais sob sua responsabilidade. Estabeleceu uma parceria com o Centro de Pesquisa Renato Archer – CTI, baseando-se em sua ampla experiência e expertise, e elaborou um projeto para finalizar o estoque de RDAs pendentes de análise na SEPIN. O objetivo central do projeto é acabar com o estoque e desenhar e implementar um processo automatizado de avaliação dos RDAs, aumentando a rastreabilidade e diminuindo o tempo de avaliação dos RDAs. Os primeiros pareceres para validação pela SEPIN foram entregues no final de 2015 e o projeto terá duração de dois anos para finalizar as análises pendentes.

#### **II – Elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPBs):**

A SEPIN compartilha a responsabilidade de elaborar Processos Produtivos Básicos com outros órgãos de governo, como o MDIC e Suframa. Por intermédio da elaboração de PPBs pelo GT-PPB, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes semicondutores fabricados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs a etapa de projeto (*design*) e a de *back-end*, enquanto não são realizadas no País as etapas de fabricação de componentes (*front-end* ou *foundry*).

**No ano de 2015**, foram publicadas 51 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, sendo 28 delas do setor eletrônico. **Para 2015, pretende-se continuar** o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para o adensamento da cadeia de produtos eletrônicos e o aumento da fabricação nacional de componentes eletrônicos, principalmente semicondutores e *displays*, componentes prioritários e estratégicos integrantes do Plano Brasil Maior.

#### **III – Coordenação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI**

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI. O CATI foi criado pelo art. 21 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e mantido pelo art. 30 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, sendo coordenado pelo Secretário de Política de Informática, que representa no comitê o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exercendo as funções de Secretário-Executivo.

Dentre as suas atribuições o CATI é competente para:

- i) deliberar quanto ao credenciamento e descredenciamento de incubadoras e instituições de Ensino e Pesquisa, para fins de habilitá-las a realizar projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática;
- ii) propor o Plano Plurianual de Investimentos dos recursos destinados ao FNDCT/CT –INFO;
- iii) assessorar a Secretaria-Executiva do FNDCT na análise dos projetos a serem apoiados com os recursos do FNDCT/CT-INFO; e
- iv) assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação – PADSTI, propondo as linhas de investimentos e de fomento dos recursos financeiros (resultantes de glosas de projetos de P&D após a análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs pela SEPIN) destinados àquele Programa, conforme o disposto nos arts. 10, 35 e 37 do Decreto nº 5.906/2006.

Em 2015, o CATI deliberou quanto ao credenciamento de 7 instituições de Ensino e Pesquisa e de 1 incubadora de empresas. O comitê realizou uma reunião presencial no mês de outubro daquele ano em que, entre outros pontos, foram debatidos a destinação de recursos do CT-INFO; avaliação de ações em curso, dentre essas a chamada de apoio aos Centros Globais de P&D em TIC, além de avaliar projetos executados em 2013 com recursos do CT-INFO.

#### **IV – Gestão de projetos, editais e chamadas públicas**

Algumas das iniciativas da SEPIN, especialmente as vinculadas ao TI Maior e ao CI-Brasil, envolvem a elaboração de editais e chamadas públicas para o apoio a projetos, atração de empresas e, até mesmo, para a seleção de organizações que colaboram para a gestão ou execução dos projetos.

Assim, um importante macroprocesso de apoio se refere à elaboração e acompanhamento desses editais e seleções, incluindo a sua elaboração, o acompanhamento técnico, orçamentário e financeiro dos projetos, bem como a articulação com as organizações parceiras, que podem tanto colaborar na execução das chamadas, como CNPq e FINEP, quanto serem selecionadas para a execução de projetos, como a SOFTEX nas iniciativas do Brasil + TI e StartUp Brasil.

#### **V – Elaboração e aprimoramento do marco regulatório:**

A SEPIN participa ativamente das discussões de novas propostas e ajustes ao marco regulatório para o setor de tecnologias da informação e comunicação.

A principal alteração do Marco Regulatório para o setor de TIC do Brasil, no ano de 2014, se deu com a aprovação da Lei nº 13.023, de 08 de agosto de 2014, a qual prorrogou o prazo dos incentivos fiscais da Lei de Informática até dezembro de 2029.

No âmbito do PADIS, em 2015 foram aprovadas duas alterações na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, por intermédio das Leis nº 13.159, de 10 de agosto de 2015 e nº 13.169, de 6 de outubro de 2015:

- §5º do art. 6º - *estabelece que os investimentos em P&D poderão ser realizados até 31 de março do ano subsequentes;*
- art. 5º - *estabelece que os projetos no Programa PADIS poderão ser apresentados até 31 de julho de 2020.*

Outra discussão importante que teve continuidade em 2014 e no qual a SEPIN teve importante papel junto ao CGI e outros órgãos de governo se referiu ao Marco Civil da Internet (LEI), que foi aprovado em abril de 2014, no âmbito da NETMundial.

## **VI – Realização e participação em seminários eventos:**

O Secretário de Política de Informática representou o Brasil junto com o Ministério das Relações Exteriores em vários eventos internacionais relativos à formulação das políticas públicas de governança e administração global da Internet. Seguem abaixo os mais relevantes:

- Panel meeting: Independent Commission for the Future for Global Internet Cooperation em Rancho Mirage, Sunnylands, California, nos Estados Unidos.
- 3º World Economic Forum: official gathering of the Panel on Global Internet Cooperation and Governance Mechanisms, em Dubai, Emirados Árabes.
- Seminário organizado pela OCDE. Painel: “Políticas e Governança da Internet” em Paris, França.
- NetMundial, WEF em Genebra, Suíça.
- Internet Governance Forum em Istambul, Turquia.

No ano de 2015 a SEPIN realizou reuniões com as principais entidades de classe representativas do setor produtivo (ABINEE e P&D Brasil). Entre os temas tratados destacamos o andamento do Contencioso Brasil /União Européia/Japão que questionam junto a Organização Mundial de Comércio – OMC o modelo de políticas públicas adotado pelo Brasil para incentivar as atividades de P&D no Setor Produtivo.

A SEPIN participou também de diversos seminários, eventos e missões no exterior, visando à atração de investimentos externos. Participou e apoiou a SBMicro, realizado em Aracaju (SE), e a LatinDisplay, no Rio de Janeiro (RJ). Houve a participação em reuniões entre a empresa Qualcomm e as empresas e centros de projeto de circuitos integrados, em Santa Clara, Califórnia (EUA).

## **VII - Cooperação Internacional**

Em termos de cooperação, em 2015, a SEPIN avançou projetos de cooperação internacional com a União Europeia e com os Estados Unidos da América (EUA), além de ter dado a início a potenciais ações de cooperação com outros países.

Dando continuidade à parceria com a União Europeia em chamadas conjuntas, no ano de 2015 foi publicado o terceiro edital conjunto, que teve como linhas temáticas a computação em nuvem, incluindo aspectos de segurança, processamento de alto desempenho e plataformas experimentais. Foram selecionados 5 projetos, que receberão, ao longo de 3 anos de duração da pesquisa, 7 milhões de euros (R\$ 22.737.401,40). Os projetos tiveram início no início de 2016 e

terão vigência até novembro de 2018. Além das chamadas conjuntas, a SEPIN iniciou a primeira edição do Projeto Diálogos Setoriais com a União Europeia. O programa visa fortalecer o diálogo, em nível governamental, em políticas públicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (abrangendo tópicos diversos, como startups, Big Data, Indústria 4.0, computação em nuvem, segurança cibernética, microeletrônica etc). A ação previu a contratação de dois peritos, um local, responsável pelo mapeamento das políticas públicas de TIC no contexto brasileiro, e outro europeu, responsável pelo mapeamento das políticas públicas de TIC no contexto europeu. Além disso, o projeto contempla missão técnica à União Europeia, a fim de visitar centros de P&D europeus e participar de workshops executivos, nos quais serão discutidas as políticas em ambos os contextos. O projeto prevê a contrapartida nacional em R\$ R\$ 64.208,00. Por fim, cita-se a organização, pela SEPIN, do VIII Diálogo Brasil-União Europeia em Sociedade da Informação, quando se avaliaram as ações de cooperação em andamento e discutiram iniciativas para a melhoria da cooperação e de novos nichos, como plataformas abertas.

No ano de 2015, a CGPC/SEPIN avançou cooperação com os EUA, como desdobramento da visita da Presidente da República àquele país. Como ação concreta de cooperação, idealizou-se a realização de Workshop em segurança cibernética, dividido em duas etapas. A primeira etapa teve lugar em Brasília, em dezembro de 2015, e a segunda etapa ocorrerá nos EUA, em abril de 2016. O objetivo do Workshop é aproximar acadêmicos e pesquisadores brasileiros e norte-americanos na área de segurança cibernética, estimulando sinergia entre eles, prospectando potenciais tópicos de pesquisa conjunta. Além disso, é também objetivo do Workshop angariar elementos e ideias para lançamento de chamada conjunta com os EUA no primeiro semestre de 2016, para financiar projetos de pesquisa em segurança cibernética envolvendo grupos acadêmicos dos dois lados, lançando bases para outros projetos futuros, nos quais se inclua a participação de outros atores, como indústrias. Essa ação coaduna-se com a estratégia que vem sendo executada pela SEPIN, no sentido de fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas, promovendo a pesquisa aplicada e soluções visando ao fortalecimento do espaço cibernético nacional.

No que tange a outras ações de cooperação internacional, a CGPC/SEPIN tem avaliado demandas de cooperação de outros países e feito sugestões de colaboração, envolvendo programas executados pela Secretaria. Assim, com países da CPLP, como Moçambique, mas também outros latino-americanos, como a Colômbia, sugerimos cooperação no âmbito do programa Brasil Mais TI, no sentido de os países utilizarem a plataforma, oferecendo cursos e também hospedando a plataforma-servidor em seus respectivos países; Start-Up Brasil, com vistas a fomentar parceria entre startups brasileiras e internacionais, incentivar compartilhamento de boas práticas e mesmo a internacionalização dessas empresas. Com a Coreia do Sul, foi dado início cooperação, por meio de MOU, em economia criativa e sociedade do conhecimento. Com a Holanda, iniciou-se diálogo promissor para cooperação em TIC aplicada à área de esportes (com a participação de consultora da UNESCO, contratada pela SEPIN, que trabalhou sobre o tema). Outras ações envolveram sugestões de atração de Centros Globais de P&D. diálogos sobre governança da Internet (envolvendo o CGI.br). Por fim, cita-se a participação de funcionários da SEPIN em várias reuniões de coordenação sobre temas relacionados à governança da Internet, Diálogos estratégicos com países selecionados (EUA), participação em foros multilaterais relativos a tecnologia da informação, como o Fórum de Governança da Internet.

## 2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTARIO OPERACIONAL

### 2.1 Planejamento Organizacional

As ações da SEPIN sob sua responsabilidade finalística constituem o eixo principal de seu **Planejamento Organizacional**. São eles:

- (a) incentivo à capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação;
- (b) promoção da capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

Com base em suas responsabilidades finalísticas a SEPIN desenvolveu, em parceria com a ENAP, um Planejamento Estratégico 2015-2019, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los. O Planejamento Estratégico da SEPIN pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico:

[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento\\_Estrategico\\_da\\_SEPIN.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html)

Com todas as dificuldades administrativas do ano de 2015 (tais como: troca de Ministro do MCTI, troca de Secretário da SEPIN e troca do Diretor de Departamento da SEPIN) foram desenvolvidas ações com vistas a cumprir os objetivos estratégicos e o alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

Os Objetivos Estratégicos propostos no Planejamento Estratégico da SEPIN estão em conformidade com a Estratégica Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, que elegeu, dentre outros, alguns programas prioritários para impulsionar a economia brasileira (**tecnologias da informação e comunicação**, fármacos e complexo, industrial da saúde, petróleo e gás, complexo industrial da defesa, aeroespacial, e áreas relacionadas com a economia verde e o desenvolvimento social) e define, ainda, estratégias de consecução, metas e estimativas de financiamento para atingimento das metas.

A SEPIN como gestora de políticas públicas baseadas em renúncias tributárias (Lei nº 8.248/91 – Lei de Informática e Lei nº Lei nº 11.484/07 (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados), sempre buscou dar publicidade e transparência em suas ações, seja através de seminários e outros eventos com a comunidade interessada seja através de divulgação em sua página na Internet. Entretanto, face à complexidade de suas tarefas (tecnologias digitais), deficiências de pessoal e restrições orçamentárias, tem apresentado sistematicamente legados de projetos apresentados pelas empresas incentivadas, pendentes de análise, como pode ser observado no item 5.3. Avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs) – Tabela 10, do Anexo I – AGRE.

#### 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

##### Objetivos PPA 2012-2015

##### Quadro – Objetivo PPA 0486

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO
---------------------------

<b>Descrição</b>	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.				
<b>Código</b>	0486	<b>Órgão</b>	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
<b>Programa</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação		<b>Código</b>	2021	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total
3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

#### Quadro – Objetivo PPA 0853

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
<b>Descrição</b>	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.				
<b>Código</b>	0853	<b>Órgão</b>	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo		<b>Código</b>	2055	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

### **2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico:**

O Planejamento Estratégico da SEPIN foi aprovado e divulgado no mês de agosto de 2015, e mesmo havendo mudança na alta administração da SEPIN (troca de Secretário e Diretor), buscou-se o cumprimento e execução do mesmo.

O Mapa Estratégico foi distribuído para todas as unidades da secretaria e foi dado conhecimento a todos Servidores da Organização.

Na sua execução a SEPIN fará, caso necessário, ajustes de correção ou atualização do Mapa Estratégico, podendo inclusive, estabelecer novos objetivos, metas e indicadores.

Está prevista a primeira etapa de avaliação do Planejamento Estratégico da SEPIN para o primeiro semestre de 2016.

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Conforme já mencionado o Planejamento Estratégico da SEPIN adotou como eixo fundamental de seu Planejamento Estratégico, as seguintes diretrizes:

- (a) incentivo à capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação;
- (b) promoção da capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O Planejamento Estratégico da SEPIN pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: [http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento\\_Estrategico\\_da\\_SEPIN.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html)

### **2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

A SEPIN com sua nova administração está elaborando um modelo de gestão (Planejamento Organizacional) tendo como referência as metodologias PMI e COBIT.

No Plano Tático desenvolveu as seguintes ações:

I – proposição de medidas de aperfeiçoamento de mecanismos de gestão das políticas sob responsabilidade da SEPIN/MCTI, com foco inicial no aperfeiçoamento do mecanismo de estímulo a P&D com respaldo nos programas prioritários estabelecidos pelo CATI;

II – Revisão do Decreto nº 5.906/06, com vistas de adequação à Lei nº 13.023/2014, com ênfase nos tópicos relativos às contrapartidas de investimentos em P&D e proposição de novos indicadores, de caráter menos acadêmicos e mais adequados à realidade da indústria local, com vistas a colher-se uma melhor avaliação dos resultados alcançados com a ampliação dos investimentos;

III – Publicação de Resolução CATI nº 01/2015, estabelecendo as tecnologias Digitais Prioritárias;

IV – Defesa junto à Administração da manutenção de tratamento diferenciado a bens com tecnologia desenvolvida no País no Poder de compra do setor público (margem de preferência),

como um instrumento relevante para o incentivo ao desenvolvimento tecnológico no campo das TICs, em alinhamento com prática largamente adotada em países que destacam-se pela inovação nesse setor no plano internacional.; e

V – Apoio ao MRE na estruturação da linha de defesa (e elaboração de documento para subsidiar a comitiva brasileira) do País em contencioso movido pela União Europeia e Japão, junto à Organização Mundial do Comércio – OMC, contra políticas públicas nacionais de estímulo à P&D no setor de TIC, fundamentadas no mecanismo de incentivo fiscal.

### **No Plano Operacional desenvolveu as seguintes ações:**

I – acompanhamento do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Planejamento Estratégico;

II – proposição de ações para o atendimento às determinações do TCU, mais especificamente aos Acórdãos nºs 458 (adoção do relatório simplificado para a elaboração dos RDAs e melhoria da eficiência da Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão CTI-PC) e 837/2014 (aperfeiçoamento de regimentos para o custeio de projetos de PD& com recursos dos programas prioritários);

III – início da implementação do projeto com o CTI-RA, que trata da avaliação dos RDAs pelo citado centro de P&D.

## **2.2 Desempenho Orçamentário**

### **2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

**Quadro – Ação da SEPIN na LOA 2015**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	<b>20UT</b>					
<b>Título</b>	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação.					
<b>Iniciativa</b>	01MN – Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas					
<b>Objetivo</b>	<b>0486</b> - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.					
<b>Programa</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação		<b>Código: 2021</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	240116 – Secretaria de Política de Informática					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
<b>Lei Orçamentária 2015</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.195.706	2.845.706	1.307.800	7.800	2.020.148	0	1.300.000
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado



<b>Projeto Apoiado</b>			<b>Unidade</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
349.950	1.997.880	0	Projeto Apoiado	Unidade		

Fonte: SIOP – SEPIN/MCTI – março/2015

## 2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Cenário de contingenciamento orçamentário

## 2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Nenhuma obrigação assumida sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

## 2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2015</b>
2014	0,00			0,00
2013	0,00			0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2015</b>
2014	2.061.950,30		1.997.880,00	64.070,00
2013	1.998.139,00		1.998.139,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2016

## 2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SEPINnos três últimos Exercícios

Instrumentos Celebrados pela SEPINnos três últimos Exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Política de Informática					
<b>UG/GESTÃO:</b>	24116					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</b>			<b>Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Convênio /Termo de Parceria</b>	0	2	3	1.240.000	5.299.465	8.326.520
<b>Termo de Cooperação (TED)</b>	2	6	9	100.000	599.000	2.160.500
<b>Termo Compromisso</b> de	0	0	0	0	0	0

<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	1.340.000	5.898.465	10.487.020
---------------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	------------

Fonte: SIAFI SEPIN/MCTI – março/2016.

Resumo da **prestação de contas** sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Transferências concedidas pela UPC

		<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>				
<b>Nome:</b>		Secretaria de Política de Informática				
<b>UG/GESTÃO:</b>		24116				
<b>Exercício da Prestação de Contas</b>	<b>Quantitativos e montante repassados</b>		<b>Instrumentos</b>			
			<b>(Quantidade e Montante Repassado) (em R\$ 1,00)</b>			
			<b>Convênios / Termo de Parceria</b>	<b>Contratos de Repasse</b>	<b>Termo de Execução Descentralizada</b>	
EXERCÍCIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	Contas Prestadas	Quantidade	7	0	8	
		Montante Repassado	6.307.203	0	2.729.108	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0	
		Montante Repassado	0	0	0	
EXERCÍCIOS ANTERIORES	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	11	
		Montante Repassado	0	0	6.015.776	

Fonte: CONTROLE SEPIN/MCTI – março/2016.

Situação da **análise das contas prestadas** no exercício de referência do relatório de gestão

Contas prestadas no exercício de referência

		<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>			
<b>Nome:</b>		Secretaria de Política de Informática			
<b>UG/GESTÃO:</b>		24116			
<b>Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão</b>		<b>Instrumentos</b>			
		<b>Convênios / Termo de Parceria</b>	<b>Contratos de Repasse</b>	<b>Termo de Execução Descentralizada</b>	
Contas <b>Analisadas</b>	Quantidade aprovada	6	0	8	
	Quantidade reprovada	0	0	0	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0	
	Montante Repassado (R\$)	2.809.064	0	2.729.108	
Contas <b>NÃO</b> Analisadas	Quantidade	1	0	0	
	Montante Repassado	3.498.139	0	0	

Fonte: SEPIN/MCTI – março/2016.

### **Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b>	Secretaria de Política de Informática				
<b>UG/GESTÃO:</b>	24116				
<b>Instrumentos da transferência</b>	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>Mais de 120 dias</b>
Convênios / Termo de Parceria	0	0	0	0	1
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	0	0	0	0	4

Fonte: CONTROLE SEPIN/MCTI – março/2016.

### Análise Crítica:

A SEPIN realiza a gestão e controle das transferências realizadas e as devidas prestações de contas dos instrumentos, por meio de sua **Unidade Estratégica Orçamentária e Financeira – UEOF**, que executa, monitora e solicitações das prestações de contas dos instrumentos a medida do término de suas vigências.

A UEOF da SEPIN é um corpo dentro da entidade organizacional à qual são atribuídas várias responsabilidades relacionadas ao gerenciamento centralizado e coordenado das transferências sob o domínio da SEPIN. As responsabilidades da UEOF podem variar desde fornecer funções de suporte ao gerenciamento dos projetos (transferências) até ser responsável pelo gerenciamento direto de um projeto.

No âmbito da SEPIN a unidade (célula) executora da formalização e controle dos projetos possui uma autoridade delegada para atuar como parte de suporte gerencial durante as fases de iniciação, execução e encerramento de cada projeto, fazendo recomendações ou ainda tomando outras medidas conforme a necessidade para manter os objetivos da gestão consistentes. Além disso, a unidade executora da SEPIN está envolvida na seleção, no gerenciamento e na mobilização de recursos de projetos compartilhados ou dedicados. Dando suporte aos gerentes de projetos de diversas maneiras, que incluem mas não se limitam a:

- Gerenciamento de recursos compartilhados entre todos os projetos desenvolvidos pela SEPIN;
- Identificação e desenvolvimento de metodologia, melhores práticas e padrões de gerenciamento de projetos;
- Orientação, aconselhamento e apoio as coordenações da SEPIN;
- Monitoramento da execução de políticas, procedimentos, formulários e outras documentações compartilhadas dos projetos;
- Coordenação das comunicações entre projetos;
- Monitoramento da conformidade com as políticas, procedimentos e normas padrões do serviço público;
- Apoio aos gestores com informações para elaboração do Relatório de Gestão.

Ao verificar que alguma transferência está inadimplente a SEPIN encaminha Ofício, solicitando a Prestação de Contas em atraso e monitora as respostas dos beneficiários.

É possível verificar, pela evolução da quantidade de contas analisadas no exercício do Relatório de Gestão, que houve um avanço neste requisito, uma vez que a equipe de servidores efetivos, vem se capacitando e melhorando seus controles para análise das prestações de contas refletindo em uma maior agilidade e efetividade dos procedimentos adotados.

Quanto a capacidade de fiscalização in loco dos planos de trabalho contratados, verificamos ainda que poucos instrumentos de **Termo de Execução Descentralizada** trazem relatórios de fiscalização, apesar de que em 100% dos eventos neste tipo de modalidade serem acompanhados por servidores da SEPIN.

### 2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A SEPIN realiza a gestão e controle das transferências realizadas e as devidas Prestações de Contas (PC) dos instrumentos, por meio de sua Unidade de Execução orçamentária e Financeira – UEOF, que executa, monitora e solicitações das prestações de contas dos instrumentos a medida do término de suas vigências.

Ao receber as Prestações de Contas a UEOF, encaminha a PC para a área técnica responsável pela emissão do Parecer Técnico, auxiliando com modelos, orientações normativas e de sistema.

### 2.3.2 Informações sobre a execução das despesas

Despesas totais por modalidade de contratação

#### Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
2. Contratações Diretas (h +i)	7.800,00	X	7.800,00	X
h) Dispensa	7.800,00	X	7.800,00	X
<b>6. TOTAL</b>	<b>7.800,00</b>	<b>X</b>	<b>7.800,00</b>	<b>X</b>

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2016.

Despesas por grupo e elemento de despesa

#### Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: SEPIN			Código UO: 240116					
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
41.CONTRIBUIÇÕES	1.240.000	1.799.705	0	1.799.705	1.240.000	0	0	1.799.705
18. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0	279.000	0	0	0	279.000	0	0
20. AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	60.000	65.720	0	45.720	60.000	20.000	0	45.720
39. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	7.800	0	7.800	0			7.800	
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO		125.673,14		74.772,84		50.950,30		50.950,30

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2015.

2.3.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal  
**NÃO SE APLICA**

## 2.4 Renúncia de receitas

As tabelas a seguir apresentam um panorama geral das renúncias de receita sob gestão da SEPIN. Os dados referem-se apenas à Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), pois as renúncias oriundas da Lei nº 11.484/20 07 (PADIS e PADTV) não são significativas, quando comparadas com as daquela lei.

### Valores renunciados e respectiva contrapartida;

A Tabela a seguir apresenta os valores de renúncia fiscal e investidos em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei 8.248/91. Trata-se de valores declarados pelas empresas incentivadas em seus Relatórios Demonstrativos Anuais, cuja situação de análise é apresentada na Tabela 10 – Estoque de RDAs.

**Tabela 2 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal –**

Ano-base*	Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)	Contrapartida (Investimento em P&D)	% do faturamento do setor incentivado**
2007	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
2008	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
2009	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
2010**	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
2011**	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
2012**	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
2013**	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
2014**	5.207.255.216,98	1.590.593.739,92	30,54%
<b>TOTAIS</b>	<b>30.983.527.544,00</b>	<b>7.962.364.706,22</b>	<b>25,70%</b>

\*\* O aumento verificado no “% do faturamento do setor incentivado” a partir do ano de 2010, se deve à elevação do percentual de contrapartida para o setor de Microinformática, estabelecido pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

- *Contribuintes beneficiados pela renúncia: (2014 - Empresas habilitadas)*  
- Relação de empresas no Anexo II.
- *Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária; (2014 - Instituições credenciadas pelo CATI)*  
- Relação de instituições no Anexo III.
- *Programas orçamentários financiados com contrapartida de renúncia de receita tributária;*  
- Não Houve.

Os Quadros a seguir apresentam informações gerais sobre as renúncias fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.24/91), bem como uma análise crítica de sua importância para a capacitação tecnológica e competitividade do setor produtivo, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

### QUADRO I– Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2001, 11.077/2004, e 13.023/2014- Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação.	Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	31/12/2029	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação.
PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, II-Imposto de Importação	Lei nº 11.484/2007. - Decretos nºs 6.233 e 6.234 de 11/10/2007	Redução/Isenção do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2022 PATVD – 22/01/2017	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação
			Equipamentos para a TV Digital – PATVD			

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

### Valores Renunciados e Contrapartida

#### QUADRO II - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida (Valores R\$ Mil)

Valores	2015		2014		2013	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
<b>Renúncia</b>	5.000.000,00	---	5.300.000,00	5.207.000,00	4.400.000,00	4.482.000,00
<b>Contrapartida</b>	1.200.000,00	---	1.350.000,00	1.294.000,00	1.200.000,00	1.095.021,36
<b>Medidas de Compensação (*)</b>	---	114.000,00	---	102.720,00	-----	72.516,00

### Valor Renunciado por Tributo

#### QUADRO III - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014-2012 (Valores em Milhões R\$)

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014		2013		2012	
	Renúncia	Medidas de	Renúncia	Medidas de	Renúncia	Medidas de

Redução ou Isenção do	Efetivo	Estimado	Compensação	Efetivo	Estimado	Compensação	Efetivo	Estimado	Compensação
IPI	5.207,00	5.300,00	102,72(*)	4.934,00	4.016,00	89,84	4.482,00	4.482,00	88,76

\*A Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) concede benefício fiscal da redução ou isenção do IPI, para bens de informática e como compensação, as empresas incentivadas devem realizar depósitos trimestrais no FNDCT, com base no faturamento com os bens incentivados.

## Contribuintes Beneficiados

- Relação de contribuintes beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas). Vide Anexo II

- Quantidade de contribuintes beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas) por Estado. Vide Quadro a seguir:

### QUADRO IV – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas) por Estado.

(Valores em R\$ mil)

UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	1	-
AL	-	-	-	-	2	-
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	32	68.000.836,90	30	110.276.858,06	40	126.803.374,95
CE	8	38.675.453,56	8	26.423.564,02	6	22.206.976,35
DF	2	434.168,85	2	1.515.374,02	8	89.257,26
ES	1	-	1	-	-	-
GO	1	174.648,66	1	149.921,94	2	-
MA	-	-	-	-	-	-
MG	91	238.721.033,17	80	280.241.621,87	68	241.407.848,14
MS	1	868.719,17	1	8.509,09	-	-
MT	1	9.615,90	1	400.824,45	-	2.315.464,83
PA	-	-	-	-	1	-
PB	4	9.751.380,97	4	10.838.939,99	5	8.791.226,03
PE	8	9.413.258,00	6	8.751.391,67	4	19.065.422,17
PI	-	-	-	-	-	-
PR	89	409.264.980,48	71	455.702.828,62	41	160.500.753,79
RJ	5	1.511.493,99	3	1.422.602,22	8	1.242.081,28
RN	-	-	-	-	3	-
RO	1	-	1	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	54	550.294.834,78	49	470.074.666,85	44	438.336.330,75
SC	72	126.107.239,38	32	109.614.692,28	47	133.308.453,18
SE	1	9.697.390,42	1	6.007.300,55	3	6.486.433,87
SP	251	3.744.330.162,75	221	3.453.469.819,01	204	3.322.000.937,96
TO	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>623</b>	<b>5.207.255.216,98</b>	<b>533</b>	<b>4.934.898.641,64</b>	<b>487</b>	<b>4.482.554.560,56</b>

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (\*) – dados não disponíveis para o ano base de 2015.

## Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

- Relação de beneficiários da contrapartida da Renúncia (Instituições credenciadas pelo CATI).

Vide Anexo III.

- Quantidade de beneficiários da contrapartida da Renúncia (Instituições credenciadas pelo CATI) por Estado.

**QUADRO V – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – por Estado**

UF *	2014 (*)		2013		2012	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	1	10.285.609,37	-	-	-	-
AL	-	-	1	90.230,00	1	160,05
AM	-	-	2	1.333.603,11	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	9	20.770.208,40	10	28.658.666,85	11	25.834,30
CE	11	63.341.354,34	11	69.770.871,11	10	42.242,61
DF	8	48.161.609,58	10	42.554.859,59	8	30.669,90
ES	1	91.286,08	1	0,00	1	477,48
GO	1	379.665,37	1	317.656,56	1	78,00
MA	2	673.485,43	1	200.521,42	1	170,03
MG	8	11.373.799,87	8	15.705.667,37	14	13.791,38
MS	1	389.300,00	1	306.815,00	1	236,38
MT	-	-	-	-	-	-
PA	1	1.081.641,75	1	1.120.637,46	1	2.220,90
PB	5	20.870.792,45	4	23.483.457,77	5	9.232,92
PE	6	151.319.870,12	7	93.437.815,35	6	78.595,53
PI	-	-	-	-	-	-
PR	9	26.149.917,81	8	55.859.553,59	5	27.218,60
RJ	4	4.965.597,57	4	4.758.162,25	3	3.728,23
RN	4	1.175.381,00	1	102.000,00	1	72,00
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	15	15.481.015,33	15	19.962.104,94	12	13.595,32
SC	11	8.799.943,22	10	7.493.404,47	7	8.815,66
SE	1	145.756,28	1	0,00	1	-
SP	29	268.932.365,55	29	344.556.168,55	29	253.067,79
TO	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>654.748.599,52</b>	<b>126</b>	<b>709.712.195,84</b>	<b>118</b>	<b>510.389,15</b>

\* Há Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento, como Beneficiárias da Contrapartida Renúncia.

### Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

**QUADRO VI – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas (Processos Apresentados, Analisados, Aprovados)**  
Valores em Milhões R\$

Situação	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>PC não Apresentadas</b>	59	-	42	-	31	-
<b>PC Aguardando Análise</b>	485	1.590,59	418	1.479,13	397	1.159,87
<b>PC em Análise</b>	-	-	-	-	-	-
<b>PC não Aprovadas</b>	-	-	-	-	-	-
<b>PC Aprovadas</b>	36	-	84	-	65	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

Nota: PC – Processo (Relatório Demonstrativo Anual - RDA)



## Comunicações à RFB

**QUADRO VII – Comunicações à RFB (Pareceres Técnicos de análise de RDA encaminhados à RFB)**

Renúncia	2015				2014				2013			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
IPI	52	46	-	-	44	39	-	-	28	46	-	-

**Nota:** **Susp.** Número de empresas que tiveram seus incentivos Suspensos.

**Canc.** Número de empresas que tiveram seus incentivos Cancelados.

### Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas (\*)

- Indicadores baseados na geração de empregos diretos pelas empresas incentivadas e percentual da Renúncia em Relação do Produto Interno Bruto (PIB).

**QUADRO VIII – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Nac.	Diretos
2015*	-	-	-	-	0,103*	120.000*	-
2014	-	-	-	-	0,106	130.000	-
2013	-	-	-	-	0,106	124.501	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (\*) – dados estimados para o ano base de 2015.

### Renúncia Tributária – Análise Crítica.

A SEPIN tem como atribuição a gestão das públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, promovendo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas.

O instrumento fundamental para promover a realização de PD&I pelo setor produtivo são **os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo**: à indústria local de bens e serviços; ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas; à capacitação e formação de recursos humanos; à consolidação e atração de empresas; e complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações tem contribuído para o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, a geração de empregos em todo o território nacional e distribuição regional de investimentos de pesquisa e desenvolvimento.

Os instrumentos legais que orientam as atribuições e responsabilidades da SEPIN são:

- i) Lei nº 8.248/1991, Lei nº 10.176/2001, Lei nº 11.077/2004 e Lei nº 13.023/2014 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática);
- ii) Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software);
- iii) Lei nº 11.484/2007, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e

iv) Decreto nº 4.829/2003 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

Os efeitos e resultados dessa política podem ser vistos na Tabela 3 – **Materialidade e relevância do setor e da política pública**, que compõem o Anexo I - AGRE.

Também, ainda, como resultados das aplicações em Atividades de P&D (Projetos executados em convênio com Instituições de Ensino, Pesquisa e desenvolvimento), com Recursos da Lei de Informática, contrapartida pela fruição dos incentivos, a tabela a seguir mostra a distribuição regional e indicadores de resultados.

Região do País	Ano de Aplicação - Valores em R\$				Indicadores de Resultados (2011 a 2013)	
	2011	2012	2013	Total	Patentes	Publicações Técnicas
Nordeste	84.176.549,19	140.344.423,74	189.589.012,9	414.109.985,83	69	208
Centro Oeste	18.625.411,95	22.432.303,90	39.203.796,73	80.261.512,58	4	8
Norte	1.569.687,17	2.067.104,59	1.333.603,11	4.970.394,87	0	16
Sul	27.741.634,96	38.549.591,12	67.700.237,44	133.991.463,52	38	114
Sudeste	229.774.676,27	240.667.591,68	322.346.904,54	792.789.172,49	46	116
Total Brasil	361.887.959,54	444.061.015,03	620.173.554,72	1.426.122.529,29	157	462

**Fonte:** Secretaria de Política de Informática/SEPIN

Com relação às instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento localizadas na região Nordeste, em função da legislação, o volume aplicado nas instituições públicas é significativo o que se reflete no montante de publicação técnicas, pois nestas instituições, em geral, atuam grupos de pesquisa em temas avançados.

As instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento localizadas na região Norte do Brasil captam um volume de recursos bem menor que aquelas situadas nas demais regiões do País. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de os grupos de pesquisa em TIC ainda estão em consolidação. E além do mais, os grupos de pesquisa de maior relevância situam-se na cidade de Manaus, que já contam com recursos para aplicação em P&D em TIC com amparo na Lei nº 8.387/91.

A Tabela a seguir apresenta outros indicadores de resultados que consideramos mais apropriados para avaliar os efeitos positivos dessa política, na medida que denotam o fortalecimento da base tecnológica do setor de TIC nacional.

Resultados	2013	2014
Produtos com Tecnologia Nacional	380	410
Empregos Gerados nas Empresas	124.500	130.000
Faturamento das Empresas com Tecnologia Nacional	R\$ 5,0 Bilhões	R\$ 7,4 Bilhões
Exportações das Empresas com Tecnologia Nacional	R\$ 751 Milhões	R\$ 715 Milhões
Exportações das Empresas sem Tecnologia Nacional	R\$ 447 Milhões	R\$ 188 Milhões
Valor das Obrigações em Aplicação em P&D	R\$ 1,5 Bilhão	R\$ 1,5 Bilhão
RH de Nível Superior em Atividades de P&D nas Empresas	5.891	5.896
RH de Nível Superior em Atividades de P&D nas Instituições Credenciadas pelo CATI	8.278	8.983

Convém ressaltar o volume de exportações de bens com tecnologia nacional, mesmo sem contar com o respaldo de uma política pública de apoio a essas empresas, em geral de pequeno ou médio porte. Essas empresas contam apenas com o suporte da lei de Informática, que não inclui instrumentos específicos de apoio ao comércio exterior.

Outro indicador que mostra com firmeza os resultados dessa política, são os Centros Privados de P&D em TIC, criados com os recursos da contrapartida à fruição dos incentivos fiscais da Lei de Informática, num total de 30, dentre os quais destamos:

Centro de P&D	Recursos captados da Contrapartida da Lei de Informática(*)			
	2011	2012	2013	2014
Instituto <b>Eldorado</b>	92.727.911,54	82.265.508,45	147.470.635,94	133.800.000,00
<b>SIDI</b> - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	71.366.046,24	83.370.875,81	86.158.587,23	39.090.000,00
<b>C.E.S.A.R</b> - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	38.695.482,04	44.668.264,48	59.931.019,25	69.920.000,00
<b>Venturus</b> Centro de Inovação Tecnológica	24.821.615,20	32.045.672,42	46.308.137,91	36.050.000,00
Centro Internacional de Tecnologia de Software - <b>CITS</b>	34.268.345,43	25.966.386,43	32.830.850,26	28.200.000,00
<b>FIT</b> - Flextronics Instituto de Tecnologia	21.093.361,65	22.604.274,54	35.389.262,47	26.110.000,00
<b>Brisa</b> -	13.984.746,75	16.943.540,93	25.880.371,76	23.490.000,00
<b>Fitec</b> - Fundação para Inovações Tecnológicas	16.388.191,07	19.403.392,41	18.668.647,42	9.980.000,00
Instituto <b>Atlântico</b>	7.675.280,90	9.548.266,57	12.940.185,88	14.800.000,00
<b>CPqD</b>	8.327.017,09	6.600.215,11	10.778.528,39	12.810.000,00
Instituto <b>Recôncavo</b> de Tecnologia	7.861.849,18	6.159.115,72	4.471.609,80	4.370.000,00
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun – <b>Von Braun</b>	4.788.954,69	6.871.238,76	2.939.696,46	1.620.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>341.998.801,78</b>	<b>356.446.751,63</b>	<b>483.767.532,77</b>	<b>400.240.000,00</b>

\* A SEPIN vem orientando as instituições a reduzirem sua dependência com relação à Lei de Informática.

#### 2.4.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticadas pela unidade

Para realizar a gestão das renúncias tributárias, referentes às Leis nºs 8.248/91 e 11.484/2007, a SEPIN dispõe de duas Coordenações Gerais, cujas finalidades e competências estão detalhadas no item 1.3 deste Relatório.

O Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncias de Receitas – AGRE encontra-se em anexo e contém todas as informações correspondentes a esse item, para o período de 2007 a 2014.

#### Planejamento estratégico da unidade **SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)**

*a) Descrição do plano estratégico que orienta sua atuação, identificando os objetivos estratégicos para o exercício de referência do relatório de gestão, as revisões ocorridas desde a elaboração, as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos;*

Durante o ano de 2015 (do mês de janeiro ao mês de agosto) a SEPIN desenvolveu, em parceria com a ENAP, seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2019, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los. O Planejamento Estratégico da SEPIN pode

A seguir apresentamos tabela destacando os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e as Metas para o ano de 2015, estabelecidos no Planejamento Estratégico da SEPIN.

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Metas</b>
Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo.	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI;	Crescimento de 2,0%/ano, com uma base R\$ 1,50 Bilhão (2015).
	Exportações de bens de TIC com tecnologia nacional (Portaria 950)	Expansão do montante com exportações, de U\$ 30,0 milhões (2015) para U\$ 40,0 milhões.
Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.	Investimentos em P&D pela LI em Instituições credenciadas pelo CATI	Ampliar o volume recursos anuais, de R\$ 740 milhões (2015) para R\$ 790 milhões
Disponibilizar Bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas.	Bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas nos segmentos de energia e automação industrial	Crescimento da disponibilidade, de 20 e 22 soluções nacionais, em energia e automação industrial, respectivamente, para um patamar de 25 em ambos os segmentos.
Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil	De: 85, para: >= 100.
	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	De: 20, para: >= 25
	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI (valor acumulado)	De: 200 mil (2014), para: 300 mil
	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	De: R\$ 100 milhões (2014), para: R\$ 200 milhões
	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	Ampliação, de uma base de 700, para 770 (engenheiros especializados no projeto de circuitos integrados).

**Missão:** Promover o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação para fortalecer o Brasil na economia digital e na sociedade do conhecimento.

**Visão de Futuro:** Ser referência internacional em políticas públicas de TIC, contribuindo para que o Brasil seja uma das economias mais competitivas e inovadoras.

### Recomendações Estratégicas

A SEPIN, com base em estudos setoriais, informações obtidas nos relacionamentos institucionais, e mesmo, experiência de seu corpo técnico, identificou no seu Planejamento Estratégico um conjunto de Recomendações que, na sua avaliação, caso concretizadas, podem impactar positivamente o ecossistema nacional de C,T& I em TIC.

Neste sentido, como ações para fortalecer a capacidade local de inovação e desenvolvimento, a SEPIN/MCTI recomenda:

- Viabilizar o acesso de empresas nacionais aos regimes alfandegários diferenciados, com vistas a aumentar suas competitividades;
- Criar regime especial, aos moldes do PADIS, direcionado para empresas que desenvolvam tecnologia do setor de TIC no País;
- Gerar encomendas tecnológicas, com recursos do PADSTI, nos Centros de Excelência de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC;

- Propor instrução normativa ou portaria, que discipline as condições para fruição conjunta dos incentivos da Lei de Informática e da Lei do Bem, pela mesma empresa, gerando segurança jurídica para o setor industrial de TIC;
- Viabilizar no País rede temática de serviços tecnológicos com ênfase na implantação de laboratórios de referência para certificação de equipamentos, software e serviços associados tendo como referência padrões internacionais;
- Ampliar o escopo dos projetos desenvolvidos, no âmbito da contrapartida de aplicação em atividades de P&D em TIC, para incluir linhas de pesquisa em segurança cibernética, manufatura avançada e internet das coisas;
- Fomentar, no âmbito do Programa PNM (design), projetos de circuitos integrados com vistas a ampliar a competitividade dos bens desenvolvidos e produzidos no País.

*b) Avaliação sobre os estágios de implementação do planejamento estratégico, destacando os avanços observados no exercício de referência do relatório de gestão e as perspectivas em relação aos próximos exercícios;*

A implementação do Planejamento Estratégico da SEPIN, em 2015, não prosperou como o planejado por motivos alheios, tais como:

- O Plano foi aprovado e divulgado em agosto de 2015;
- Saída do Diretor da SEPIN em setembro de 2015;
- Troca do Secretário da SEPIN em novembro de 2015;
- Dificuldades financeiras do Ministério.

Para o ano de 2016 e seguintes continuará tendo problemas para implementar seu Planejamento Estratégico, mas alguns objetivos serão alcançados.

*c) Informações sobre as gestões realizadas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal, entre outros) com o objetivo de aprimorar a operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UPC.*

Ações junto à RFB estão em andamento e continuarão no ano de 2016, com vistas ao acesso de informações das empresas incentivadas pela SEPIN,

Ações junto à Secretaria-Executiva do MCTI a visando o aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da SEPIN, tiveram continuidade em 2015, conforme a seguir:

- conclusão dos trabalhos do GT constituído pela Portaria SEXEC/MCTI nº 25, de 11 de novembro de 2014, para atender as determinações do Acórdão 3695/2013 – TCU/Plenário.
- apoio na continuidade do Contrato de Serviço Técnico junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI - RA), para fins de avaliação de Relatórios Demonstrativos Anuais da Lei de Informática (RDAs).

*d) Informações sobre as principais conquistas obtidas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal entre outros) em relação a medidas externas de apoio ao aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UPC, decorrentes de gestões realizadas em exercícios anteriores.*

Foi firmado Acordo de Cooperação entre o MCTI e o MTE, por meio da SEPIN da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. A CGTE/SEPIN tem mantido conversação com a Receita Federal do Brasil, com vista a firmar acordo semelhante.

*e) Informações sobre medidas concretas de atuação e envolvimento da alta direção (diretores, coordenadores e secretários) para consecução de objetivos relacionados às políticas de renúncia de receitas.*

O ano de 2015 foi prejudicado pela saída do Diretor em setembro e pela troca do Secretário ocorrida em novembro. Além do mais a SEPIN sofreu com o contingenciamento de recursos naquele ano.

**SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI) Discriminar, para cada objetivo estratégico estabelecido pela SEPIN para as políticas de renúncias de receitas sob sua gestão:**

*a) Identificação do objetivo estratégico, especificação da autoridade responsável pelo acompanhamento e pela consecução das metas (nome completo e denominação do cargo ocupado) e definição geral do objetivo estratégico, a qual deverá evidenciar ao menos um indicador vinculado que seja capaz de mensurar o objetivo estratégico;*

### **3.1. Objetivo Estratégico nº 1**

#### ***Descrição***

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo</b>
<b>Responsável</b>	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE/SEPIN
<b>Definição geral</b>	
Esse objetivo almeja que seja ampliado o atendimento da demanda interna por bens inovadores, desenvolvidos no Brasil, e que sejam potencializadas as exportações e o surgimento de marcas nacionais globais.	

### **Objetivo Estratégico nº 2**

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC</b>
<b>Responsável</b>	Coordenador-Geral de Software e Serviços de TI – CGPC/SEPIN
<b>Definição geral</b>	
Esse objetivo almeja ampliar: - fortalecer a base de empresas com capacidade de desenvolvimento local (Programa Star Up) - oferta de Programas de Computador para o setor público; - a base produtiva do setor de microeletrônica; e - a oferta de profissionais capacitados em microeletrônica e em desenvolvimento de Software.	

### **Objetivo Estratégico nº 3**

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.</b>
<b>Responsável</b>	Secretário de Política de Informática – SEPIN/MCTI
<b>Definição geral</b>	
Esse objetivo pretende o desenvolvimento de ações que contribuam para ampliar a cooperação das empresas incentivadas com as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento credenciadas junto ao CATI. Para tanto, faz-se necessário a ampliação dos projetos em convênio, a operacionalização de programas como o PADSTI e aperfeiçoar o mecanismo de permuta de etapas do PPB por investimentos adicionais em P&D.	

*b) Descrição e balanço das atividades empreendidas no exercício, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico;*

A SEPIN está programando para 2016 ações de avaliação e monitoramento de seu Planejamento Estratégico, promovendo debates, seminários internos e reuniões, com vistas de verificar a evolução dos indicadores, o alcance das metas e o cumprimento dos objetivos.

*c) Gráfico(s) com os resultados dos indicadores no último exercício;*

O ano de 2015 foi prejudicado pela saída do Diretor em setembro e pela troca do Secretário ocorrida em novembro. Além do mais a SEPIN sofreu com o contingenciamento de recursos naquele ano. Desta forma, o cumprimento do Planejamento Estratégico não foi priorizado.

*d) Análise dos resultados dos indicadores do gráfico e em que medida retratam o alcance dos objetivos estratégicos;*

Vide item c

*e) Tabela comparativa com os valores dos indicadores em três exercícios (dois últimos encerrados e previsão para o próximo);*

Vide item c

*f) Análise da evolução temporal dos indicadores da tabela em comparação com as previsões (metas);*

Vide item c

*g) Avaliação de resultados e impactos socioeconômicos da política a partir da análise dos indicadores;*

Vide item c

*h) Principais desafios a serem enfrentados nos próximos exercícios;*

- Dificuldade de captação de recursos financeiros para execução dos Objetivos Estratégicos;
- Mudanças na alta direção da SEPIN e do MCTI, devido ao momento político que o Brasil está passando em 2016.

*i) Medidas ou estratégias planejadas para melhorar o desempenho das públicas de renúncia de receitas por meio do aperfeiçoamento operacional e/ou ações administrativas internas de responsabilidade da SEPIN;*

A SEPIN pretende implementar as seguintes medidas:

- Adequar sua Estrutura Organizacional de modo a atender todas as atribuições da Secretaria;
- Gestão junto a Secretaria Executiva do MCTI com vista de contratar servidores com formação na área de TIC e com experiência na gestão de políticas tecnológicas;
- Elaborar um plano de treinamento continuado em temas atualizados no campo das TICs.

*j) Propostas de alteração para aperfeiçoamento do marco normativo da política pública (se for o caso);*

A Lei de nº 13.023/2014 foi a última que introduziu alterações na Lei de Informática (Lei nº 8.248/91, assim não há, de imediato, propostas de aperfeiçoamento desse marco normativo.

**SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)**

a) Informações sobre a estrutura de pessoal da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE (nesse caso, informar ainda detalhamento por subunidades) contemplando as seguintes perspectivas:

Força de Trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)

a.1) demonstração quantitativa da força de trabalho, considerando efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários;

a.3) tempo de serviço de cada colaborador no MCTI e na Sepin;

a.4) alocação entre atividades finalísticas e meio;

Nome	Origem	Tempo de Serviço (Ano)		Alocação/Atividade	
		No MCTI	Na SEPIN	Fim	Meio
Adalberto Afonso Barbosa	Efetivo	7	7	X	---
Armando Pereira Júnior	Efetivo	3	3	X	---
Caio Mário Gomes Zebral*	Celetista	6	6	---	X
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Efetivo	7	7	X	---
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Efetivo	7	7	X	---
Gilson da Silva Santiago	Efetivo	3	3	X	---
José Ferreira Neves	Efetivo	30	26	---	X
Leonardo Camargo Neves	Efetivo	3	3	X	---
Marcelo Souto Maior Monteiro	Efetivo	3	3	X	---
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Efetivo	3	3	X	---
Scheyla Vasconcelos	Efetivo	36	26	---	X
Alander Pereira Dos Santos	Efetivo	3	1	X	---
Angelo Pelli Junior	Efetivo	2	2	X	---
Antonia Leiliane Gomes Silva	Terceirizado	20	20	---	X
Antonio Pereira Lopo	Efetivo	37	37	---	X
Celso Wilian Borges	Efetivo	37	37	X	---
Davi Cancado Dutra Cota	Cedido MPOG	5	5	X	---
Debora Maria Da Silva Freitas	Efetivo	29	6	---	X
Eliana Maria Ramos Kowalski	Efetivo	3	2	X	---
Euripedes José de Sousa	Efetivo	36	36	---	X
Fabio Francisco Costa dos Santos	Efetivo	2	2	X	---
Javier Andres Garcia Alfaro	Efetivo	2	2	X	---
Jessica Lamara Marques Chaves	Terceirizado	1	1	---	X
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Efetivo	28	1	X	---
Karina Domingues Bressan	Efetivo	7	7	X	---



Vidal					
Liliane Silva dos Santos	Terceirizado	20	20	---	X
Marcos Antonio De Sousa	Efetivo	6	6	X	---
Saulo Guerreiro Lacerda	Efetivo	3	3	X	---
Vinicius Pimenta Veloso	Efetivo	3	3	X	---
Hamilton José Mendes da Silva	Efetivo	30	26	X	---
Francisco Silveira dos Santos	Efetivo	30	26	X	---
Patrícia Soares dos Santos	Terceirizado	4	4	---	X
Eunides Vieira Rolim*	Celetista	6	6	---	X

\* Anistiado Celetista

a.2) *Qualificação da força de trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)*

Nome	Cargo	Idade	Nível de Escolaridade	Área de Formação
Adalberto Afonso Barbosa	Coordenador Geral		Mestrado	Engenharia Eletrônica
Armando Pereira Júnior	Assistente em C&T	38	Especialização	Gestão de Projetos
Caio Mário Gomes Zebal	Assistente Adm.	49	Ensino Médio	---
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Analista em C&T	43	Mestrado	Engenharia Elétrica
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Assistente em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Gilson da Silva Santiago	Assistente em C&T	40	Graduação Incompleta	Tecnólogo em Redes de Computadores
José Ferreira Neves	Assistente em C&T	50	Graduado	Gestão de Marketing
Leonardo Camargo Neves	Tecnologista em C&T	31	Mestrado	Engenharia Elétrica
Marcelo Souto Maior Monteiro	Tecnologista em C&T	40	Mestrado	Engenharia da Computação
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Tecnologista em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Scheyla Vasconcelos	Analista em C&T	56	Mestrado	Ciência da Computação Aplicada
Alander Pereira Dos Santos	Assistente em C&T	34	Graduado	Administração de Empresas
Angelo Pelli Junior	Assistente em C&T	32	Graduado	Engenharia Mecatrônica
Antonia Leiliane Gomes Silva	Técnico Secretariado	40	Graduado	Serviço Social
Antonio Pereira Lopo	Analista em C&T	57	Graduado	Administração de Empresas
Celso Wilian Borges	Analista em	59	Graduado	Administração de

	C&T			Empresas
Davi Cancado Dutra Cota	Gestpr MPOG	27	Graduado	Administração Pública
Debora Maria Da Silva Freitas	Analista em C&T	47	Mestrado	Administração de Empresas
Eliana Maria Ramos Kowalski	Assistente em C&T	50	Graduado	Letras
Euripedes José de Sousa	Assistente em C&T	54	Graduado	Teologia
Fabio Francisco Costa dos Santos	Tecnologista em C&T	44	Graduado	Ciência da Computação
Javier Andres Garcia Alfaro	Tecnologista em C&T	38	Mestrado	Engenharia Elétrica
Jessica Lamara Marques Chaves	Técnico Secretariado	22	Nível Médio	---
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Analista em C&T	55	Pós-Graduado	Administração em Empresas
Karina Domingues Bressan Vidal	Analista em C&T	44	Mestrado	Engenharia Elétrica
Liliane Silva dos Santos	Técnico Secretariado	30	Graduado	Sec. Executivo
Marcos Antonio De Sousa	Assistente em C&T	45	Graduado	Análise de Sistemas
Saulo Guerreiro Lacerda	Tecnologista em C&T	33	Mestrado	Engenharia da Computação
Vinicius Pimenta Veloso	Assistente em C&T	31	Graduado	Direito
Hamilton José Mendes da Silva	Coordenador	54	Mestrado	Engenharia Eletrônica
Francisco Silveira dos Santos	Coordenador	61	Especialização	Engenharia Elétrica
Patrícia Soares dos Santos	Técnico Secretariado	28	Nível Médio	---
Eunides Vieira Rolim	Técnico Secretariado	51	Nível Médio	---

a.5) custos associados à manutenção dos recursos humanos: somatório da remuneração bruta de todos os colaboradores da CGTE/SEPIN mencionados na alínea “a.1” acima, de forma a mensurar o custo administrativo de pessoal fixo de sua estrutura ligada à renúncia de receitas;

O Custo administrativo de pessoal efetivo da CGTE/SEPIN no ano de 2015 foi de R\$ 3.166.180,92 (três milhões cento e sessenta e seis mil cento e oitenta reais e noventa e dois centavos).

a.6) quantidade de efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários ingressos e egressos no exercício;

Origem	Quantidade	
	Ingressos	Egressos

Efetivos	2	3
Comissionados	---	---
Terceirizados	1	---
Estagiários	---	---

*b) Informações sobre a estrutura de pessoal da SDP/MDIC exclusiva e/ou diretamente alocada à gestão da Lei de Informática no MDIC, com as mesmas informações acima;*

Origem	Quantidade SDP/MDIC
Efetivos	15
Comissionados	0
Terceirizados	2
Estagiários	1

Origem	Quantidade SDP/MDIC	
	Ingressos	Egressos
Efetivos	0	2
Comissionados	0	0
Terceirizados	0	0
Estagiários	1	0

*c) Avaliação da suficiência, qualidade e quantidade do quadro de pessoal existente frente às demandas da gestão das políticas de renúncia de receitas, considerando possíveis medidas de racionalização dos métodos de trabalho para atendimento às demandas com a força de trabalho disponível;*

A Lei nº 10.176/2001 introduziu novos mecanismos na Lei nº 8.248/1991, entre as quais destacamos:

- a) redução do IPI e não mais somente isenção;
- b) investimentos em P&D proporcionalmente decrescentes;
- c) lista de produtos passíveis de receberem os incentivos;
- d) criação do Fundo Setorial de Informática: depósitos de investimentos em P&D não realizados, no FNDCT;
- e) apresentação do programa de investimentos em P&D (que inclusive poderia ser alterado durante sua execução, desde que justificadamente) e cumprimento obrigatório do Processo Produtivo Básico (PPB) e não mais fabricação com significativo valor agregado local, como condição para habilitação ao incentivo;
- f) obrigatoriedade de implantação de sistema da qualidade e de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas;
- g) incentivos e investimentos regionais diferenciados para as empresas e instituições localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- h) credenciamento de instituições junto ao CATI; e, principalmente,
- i) a aprovação e concessão da habilitação aos incentivos por três ministérios (MCT, MDIC e MF), a partir de 2014 apenas pelo MCTI e MDIC.

No que diz respeito à habilitação das empresas aos incentivos e aos investimentos em P&D, novos critérios foram introduzidos (apresentação prévia de projeto de P&D e adequação da fabricação dos produtos ao PPB), permanecendo a obrigatoriedade de verificação da regularidade fiscal da empresa (certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, SRF e PGFN).

Além do mais, a análise e enquadramento de investimentos como P&D não é uma atividade comum, de rápida realização. Pelo contrário, é complexa, requerendo tempo e analistas qualificados e experientes, conhecedores da matéria, pois não basta apenas, por exemplo, examinar o produto ou a solução, de vez que se impõe verificar se resultou de um efetivo desenvolvimento tecnológico nos termos do artigo 24 do Decreto 5.906/2-006.

Essa atividade, morosa por natureza, posto que complexa e detalhada, é realizada com o critério e o rigor exigido pela legislação; e agravada pelo reduzido quadro de analistas disponível na SEPIN, o que determinante para gerar os atrasos na conclusão de análises de Relatórios Demonstrativos, de Contestações e de Recursos Administrativos e, por consequência, acúmulo de trabalho ano após ano.

Isto posto, verifica-se que a SEPIN sempre dispôs de força de trabalho muito aquém em quantidade e qualidade daquela que representava e representa a real necessidade para o desempenho a contento das multivariadas atribuições que lhe são cometidas pela legislação.

*d) Eventuais mudanças quantitativas e qualitativas na força de trabalho e períodos de afastamento de quaisquer colaboradores com impacto na rotina da unidade;*

O número de servidores entrantes e saíntes tem sido equivalente, não sendo este o principal problema até o momento na rotina de trabalho da SEPIN. Assim, os reais problemas impactantes debatidos na elaboração do Planejamento Estratégico as SEPIN são: Estrutura defasada e que não alcança todas as atribuições da Secretaria; reduzido número de servidores com formação na área de TIC e com experiência na gestão de políticas tecnológicas; ausência de um plano de treinamento continuado em temas atualizados no campo das TICs.

*e) Síntese de treinamentos efetuados no exercício e outros aspectos relevantes em termos de formação profissional da equipe;*

A SEPIN está desenvolvendo esforços com vistas a viabilizar o acesso dos recursos previstos no inciso VII do Art. 31 do Decreto nº 5.906/2006, e que poderá instrumentalizar a Secretaria para realizar um programa de capacitação para atender suas necessidades.

*e) Síntese das inovações normativas de qualquer nível (leis, decretos, regulamentos, portarias, resoluções, portarias interministeriais etc.) relacionadas às regras da Lei de Informática ocorridas no exercício;*

A alteração do Decreto nº 5.906/2006, com vistas a incorporar, também, mudanças ocorridas na legislação pela Lei 13.023/2014, está em processo de discussão entre o MCTI/SEPIN, MDIC e SUFRAMA.

No âmbito dos Programas Prioritários – PPI foram publicadas Portaria MCTI e Resolução CATI.

## Dados Gerais da Renúncia fiscal no âmbito da lei de Informática:

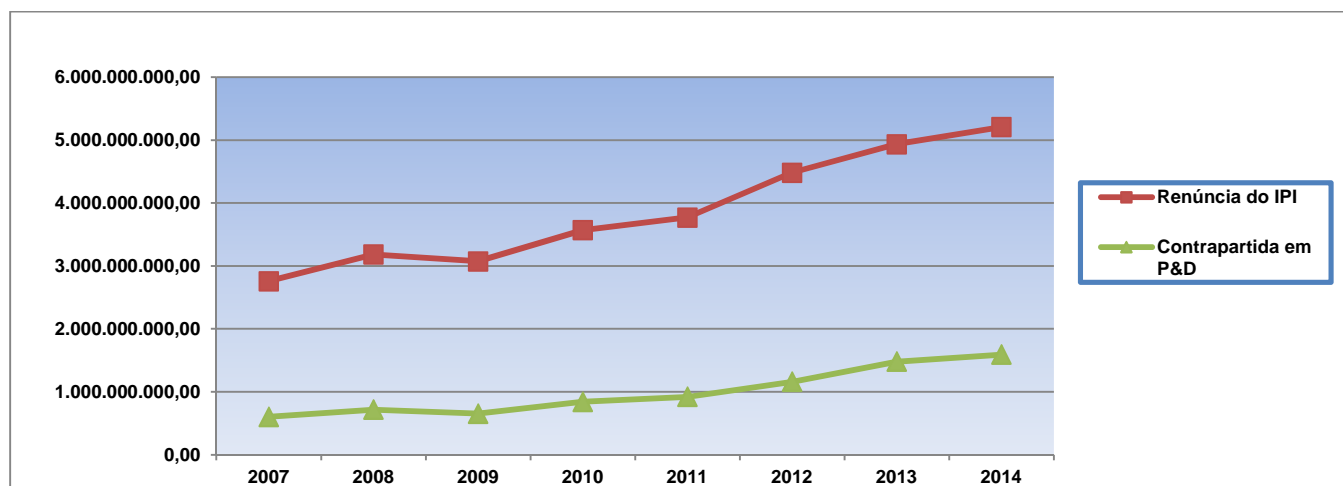
a) Volume financeiro de renúncia fiscal e contrapartidas (investimentos em P&D) – tabela e gráfico;

Tabela – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal –

Ano-base*	Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)	Contrapartida (Investimento em P&D)	% do faturamento do setor incentivado***
2007	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
2008	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
2009	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
2010	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
2011	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
2012	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
2013	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
2014	5.207.255.216,98	1.590.593.739,92	30,54%
<b>TOTAIS</b>	<b>30.983.527.544,00</b>	<b>7.962.364.706,22</b>	<b>25,70%</b>

Nota: Convém destacar o aumento do percentual

O Gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores renunciados e contrapartida do benefício fiscal (Aplicação em atividades de P&D):



A inflexão observada em 2009 reflete o efeito da crise de 2008, sentida no ano seguinte pelo mercado de bens de informática (especialmente no segmento de microinformática).

b) Perfil e valores de agregados econômicos do setor apoiado e da política pública – tabela;

Tabela – Materialidade e relevância do setor e da política pública

	Exercício 2013	Exercício 2014
<b>Total de empresas habilitadas</b>	575	600
<b>Total de empresas habilitadas com faturamento positivo em relação aos produtos incentivados</b>	493	510
<b>Faturamento Bruto Total - Global</b>	72.950.617.729,42	103.653.400.000,00
<b>Faturamento Bruto Total – Produtos (Hw) Incentivados no mercado interno (A+B)</b>	34.746.082.525,10	57.049.090.000,00
<b>Microcomputadores e suas partes (A)</b>	14.156.614.719,19	13.240.510.000,00
<b>Demais bens (B)</b>	20.589.467.805,91	33.363.790.000,00
<b>Serviços</b>	4.091.381.420,03	2.038.790.000,00
<b>Software</b>	1.569.641.559,11	2.493.100.000,00
<b>Exportações</b>	3.770.822.750,74	3.793.390.000,00

Exportações de Produtos Incentivados	1.036.827.255,46	903.130.000,00
Importações	23.021.109.249,14	34.393.640.000,00
Importações de Insumos para produção de produtos incentivados	16.189.514.227,27	23.048.310.000,00
Importações de produtos acabados para revenda (bens de informática)	1.811.000.000,56	2.186.590.000,00
Renúncia Fiscal do IPI	4.482.198.330,85	5.207.260.000,00
Impostos pagos de produtos incentivados	5.280.863.901,56	9.381.046.453,77
Obrigações em P&D - Global	1.159.868.844,50	1.446.980.000,00
Obrigações de Aplicação em Projetos Próprios (A)	558.006.634,20	610.640.000,00
Obrigações de Aplicação em Projetos Conveniados (B)	481.191.846,56	709.280.000,00
Obrigações de Aplicação Total em Projetos (A+B=C)	1.039.198.480,76	1.319.920.000,00
Depósitos Trimestrais no FNDCT (D)	89.845.316,07	114.760.000,00
Aportes em Programas Prioritários de TI – PPIs (E)	30.825.047,67	12.260.000,00
Obrigações Totais de Investimento em P&D (C+D+E)	1.159.86.8844,50	1.446.930.000,00
Total de Recursos Humanos	124.501	130.092
Recursos Humanos de Nível Superior	33.007	37.906
Recursos Humanos em P&D	7.994	8.436
Recursos Humanos em P&D de nível superior	5.644	5.896
Quantidade de patentes	417	528
Quantidade de publicações	499	580

c) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade e por modalidade/região – tabelas e análises sobre os motivos de eventual concentração ou desconcentração no perfil dos dispêndios por modalidade e modalidade e região;

**Tabela – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade – AB 2014**

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Não conveniados (próprios)			Convênios outras regiões			Convênios SUDAM, SUDENE e Região Centro-Oeste		
	Qtde.	Valor Total (A)	%* (A/TA)	Qtde.	Valor Total (B)	%* (B/TB)	Qtde.	Valor Total (C)	%* (C/TC)
I	103	61.173.179,50	6,93	95	103.764.680,74	20,51	60	69.203.002,85	22,28
II	1.604	689.436.064,17	78,14	462	329.306.541,33	65,08	397	168.669.981,30	54,31
III	96	55.957.343,10	6,34	53	20.060.216,58	3,96	22	12.632.535,99	4,07
IV – A	41	56.774.911,50	6,43	28	7.504.004,87	1,48	34	11.980.665,94	3,86
IV – B	32	13.067.069,70	1,48	35	34.981.427,77	6,91	31	44.285.195,26	14,26
IV – C	5	2.015.262,73	0,23	22	7.029.900,28	1,39	13	2.527.782,96	0,81
§ 1º	11	3.937.254,48	0,45	4	3.377.827,95	0,67	3	1.252.574,76	0,40
<b>TOTAIS</b>	<b>1.892</b>	<b>882.361.085,18</b>	<b>100</b>	<b>699</b>	<b>506.024.599,52</b>	<b>100</b>	<b>560</b>	<b>310.551.739,06</b>	<b>100</b>

Os Projetos executados em convênios com instituições localizadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste, são realizados em instituições de ensino onde a vocação natural e as competências disponíveis favorecem a realização de projetos de pesquisa, sendo consequência direta da determinação da Lei relativamente à obrigação de aplicação em atividades de P&D, de no mínimo 30% em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Nas regiões Sul e Sudeste, não existe a exigência legal de aplicação em instituições de ensino e pesquisa, por sua vez as empresas contam com uma opção variada de centros de P&D bem estruturados para realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Por outro lado, e uma vez que a vocação maior das Universidades concerne à realização de projetos de pesquisa e a necessidade maior do setor produtivo ainda se refere a projetos de desenvolvimento, como resultado, nos projetos realizados internamente as empresas

priorizam aqueles referentes à evolução de seus produtos com a adição de novas funcionalidades e que possam dar vantagens competitivas.

Portanto, é natural que a maior concentração de investimentos em P&D em projetos internos e em convênio com centros de P&D dê-se na modalidade *projetos de desenvolvimento* e não de *projetos de pesquisa*.

e) *Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto;*

**Tabela – Valores Médios dos Projetos de P&D por modalidade – AB 2014**

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Aplicações em P&D (R\$) (A)	Número de Projetos	Valor Médio dos Projetos (R\$)	(A/TA) %
I	<b>135.195.462,81</b>	<b>229</b>	<b>590.373,20</b>	10,20
II	946.139.668,49	2070	457.072,30	71,38
III	87.657.527,82	201	436.107,10	6,61
IV – A	55.968.799,46	120	466.406,66	4,22
IV – B	<b>78.886.888,08</b>	<b>84</b>	<b>939.129,62</b>	5,95
IV – C	12.299.183,45	32	384.349,48	0,93
§ 1º	9.339.111,56	20	466.955,58	0,70
<b>TOTAIS</b>	<b>(TA)1.325.486.641,67</b>	<b>2.756</b>	<b>480.945,81</b>	<b>100,00</b>

Convém destacar na tabela acima os Valores Médios, os Montantes de Aplicação em P&D e o Número de Projetos executados, para as modalidades de Projetos de Pesquisa (inciso I, do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*trabalho teórico ou experimental realizado de forma sistemática para adquirir novos conhecimentos, visando a atingir objetivo específico, descobrir novas aplicações ou obter ampla e precisa compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observados, sem prévia definição para o aproveitamento prático dos resultados*”) e dos Projetos de Formação e Capacitação de Profissionais de Níveis Médio e Superior (inciso IV(b), do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*para aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos envolvidos nas atividades de que tratam os incisos de I a III deste artigo*”).

**Informações sobre a concessão de benefícios fiscais no âmbito da Lei de Informática:**

a) *Estoque e atendimento da demanda de pedidos de concessão por parte da Sepin/MCTI – tabelas, índices e informação sobre os três principais motivos de indeferimento de pedidos de concessão no exercício, as respectivas quantidades de indeferimentos de concessão e eventuais medidas adotadas para prevenir a submissão de novos pleitos com idênticos entraves;*

A Tabela a seguir apresenta os quantitativos e situação de Pleitos de Concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91):

**Tabela – Estoque e atendimento às concessões de benefícios fiscais**

Exercício	A. Quantidade de Portarias de Concessão Vigentes	B. Pedidos de Concessão (pleitos) protocolados	C. Pedidos de Concessão (pleitos) aprovados (Portaria Interministerial)	D. Pedidos de Concessão (pleitos) reprovados	E. Pedidos de Concessão (pleitos) pendentes de decisão**
<b>2011</b>	1195	246	74	35	345
<b>2012</b>	1295	223	150	8	417
<b>2013</b>	1475	337	265	124	315
<b>2014</b>	1657	252	296	93	181
<b>2015</b>	1787	262	231	63	152

\*\* Em 31 de dezembro de 2015 a CGTE/SEPIN contava com 152 Pleitos de Concessão de pendentes de decisão, destes, 143 deram entrada no Protocolo do MCTI no ano de 2015. Vale ressaltar que destes, 79 estavam em tramitação entre MCTI e MDIC, para assinatura dos Pareceres Técnicos.

A Tabela a seguir apresenta Índices (Percentuais) de Atendimento de Pleitos de Concessão de Incentivos e de Não Atendimento:

**Tabela – Índices (Percentual) relativos sobre atendimentos de pedidos de concessão de benefícios fiscais**

Exer cício *	Aumento da demanda por concessões de incentivo fiscal (=B/A)**	Atendimento à demanda de concessão (=[C+D]/B)**	Evolução de estoque de pedidos de concessão pendentes (=E/A)**	Índice de não atendimento à demanda (=E/B)***
<b>2011</b>	20,59%	44,31%	28,87%	140,24%
<b>2012</b>	17,22%	70,85%	32,20%	187,00%
<b>2013</b>	22,85%	115,43%	21,36%	93,47%
<b>2014</b>	15,21%	154,37%	10,92%	71,83%
<b>2015</b>	14,66%	112,21%	8,51%	58,02%

Os principais motivos de indeferimento de pleitos de concessão são:

- Não cumprimento de exigências formuladas pela CGTE/SEPIN durante a análise do Pleito;
- Solicitação pela empresa para desconsiderar o Pleito; e
- Pleitos duplicados.

*b) Atendimento à demanda por parte da Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC) criada pela Portaria Interministerial MF/MCTI/MDIC 148/2007 – tabela;*

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de reuniões da CTI-PC e os resultados dos trabalhos, para o ano de 2014:

**Tabela 9 – Informações sobre as reuniões da CTI-PC (2015)**

Meses	Data da Reunião	Número Reunião	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC imediatamente antes da reunião (fila antes de cada reunião da CTI-PC)	Quantidade de pleitos apreciados quanto ao enquadramento no Anexo do Decreto 5.906/2006	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC pendentes após a reunião (fila após cada reunião da CTI-PC)
Janeiro	23/01/2015	283	92	6	86
Fevereiro	06/02/2015	284	87	3	84
	13/02/2015	285	85	9	76
	19/02/2015	286	75	6	69
	26/02/2015	287	69	4	65
	26/02/2015	288	65	9	56
Marco	05/03/2015	289	58	8	50
	12/03/2015	290	50	7	43
	19/03/2015	291	56	8	48
	27/03/2015	292	65	6	59
Abril	02/04/2015	293	59	6	53
	09/04/2015	294	55	7	48
	16/04/2015	295	49	7	42
	23/04/2015	296	43	7	36
	23/04/2015	297	36	12	24
	30/04/2015	298	26	2	24



	30/04/2015	299	26	9	17
Maio	07/05/2015	300	23	10	13
	14/05/2015	301	18	8	10
	21/05/2015	302	10	7	3
	28/05/2015	303	15	5	10
Junho	11/06/2015	304	14	7	7
	18/06/2015	305	26	9	17
Julho	09/07/2015	306	26	13	13
	16/07/2015	307	17	12	5
	23/07/2015	308	14	10	4
	30/07/2015	309	4	2	2
Agosto	06/08/2015	310	12	2	10
	13/08/2015	311	14	6	8
	20/08/2015	312	16	1	15
	27/08/2015	313	16	9	7
Setembro	03/09/2015	314	9	4	5
	10/09/2015	315	6	5	1
	17/09/2015	316	13	3	10
	24/09/2015	317	13	3	10
Outubro	01/10/2015	318	17	7	10
	08/10/2015	319	16	7	9
	15/10/2015	320	14	5	9
	22/10/2015	321	20	3	17
	28/10/2015	322	15	6	9
Novembro	06/11/2015	323	11	9	2
	13/11/2015	324	13	12	1
	19/11/2015	325	10	5	5
	26/11/2015	326	6	6	0
Dezembro	03/12/2015	327	7	6	1

Os Arquivos de Memória das reuniões da **CTI-PC** são armazenados em meio digital, no formato PDF, conforme denominação a seguir: “01ª Reunião (283) 23/01/2015.pdf”.

Foram realizadas 45 reuniões em 2015, do número 283 a 327.

*f) Indicadores sobre tempos médios de tramitação: apuração e, no caso da situação avaliada por cada indicador, listagem dos seis casos concretos em que o número de dias de concessão foram os menores (três casos) os maiores (três casos) no exercício;*

As duas Tabelas a seguir apresentam a Eficiência temporal (Indicador 1 e Indicador 2) das concessões definitivas e provisórias aos benefícios da Lei de Informática:

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão definitiva** (Indicador 1) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCd = \left( \sum_{p=1}^{p=n} d_n \right) / p$$

Onde:

TMCd = Tempo Médio de Concessão Definitiva;

p = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

dn = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede definitivamente benefício à empresa.

**Indicador 1 – Eficiência temporal nas concessões definitivas de benefícios da Lei de Informática:**

Ano-base*	p	$\sum dn$	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	74	25.483	344,3649	01200.000986/2011-95	125	01200.004212/2009-19	654
				01200.000173/2011-03	155	01200.000008/2010-62	661
				01200.000824/2011-57	176	01200.001452/2009-61	759
2012	150	66.663	444,42	01200.002363/2012-38	112	01200.002907/2010-08	735
				01200.001958/2012-76	155	01200.001450/2010-14	808
				01200.002616/2011-92	168	01200.001906/2010-38	850
2013	265	117.312	442,6868	01200.004186/2012-24	122	01200.000045/2011-51	984
				01200.003980/2013-31	126	01200.000856/2011-52	984
				01200.004062/2012-49	141	01200.002015/2010-07	1071
2014	296	102.963	347,848	01200.003722/2014-36	80	01200.001347/2011-47	955
				01200.002874/2014-11	105	01200.001557/2012-16	959
				01200.003795/2014-28	107	01200.001628/2011-08	1088
2015	231	61.034	264,2165	01200.004893/2014-82	114	01200.000019/2014-76	569
				01200.005040/2014-68	122	01200.001761/2014-07	578
				01200.000557/2015-41	126	01200.000910/2013-21	755

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão provisória** (Indicador 2) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCp = \left( \sum_{p=1}^{p=n} d'_n \right) / p$$

Onde:

TMCp = Tempo Médio de Concessão Provisória;

n = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

d'n = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede provisoriamente benefício fiscal à empresa.

**Indicador 2 – Eficiência temporal nas concessões provisórias de benefícios da Lei de Informática**

Ano-base*	p	$\sum dn$	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	0	0	0	-	-	-	-
2012	0	0	0	-	-	-	-
2013	51	5.444	106,7451	01200.005518/2013-79	13	01200.005072/2012-00	323
				01200.005123/2013-76	14	01200.004618/2012-05	346
				01200.005422/2013-19	15	01200.000977/2012-85	629
2014	159	9.347	58,0559	01200.004187/2014-31	9	01200.003113/2013-04	344
				01200.002177/2014-61	10	01200.001884/2013-59	348
				01200.003467/2014-21	10	01200.000852/2013-36	410
2015	213	10491	49,25352	01200.002728/2015-77	12	01200.003914/2014-42	195
				01200.000051/2015-32	13	01200.001618/2015-98	197
				01200.002594/2015-94	14	01200.003798/2014-61	322

d) Avaliação sobre os principais entraves verificados no exercício para a redução dos prazos de concessão definitiva de benefícios fiscais da Lei de Informática e informações, dificuldades e soluções adotadas ou vislumbradas para os exercícios futuros;

Os prazos de concessão definitiva foram reduzidos substancialmente, de um tempo médio superior a 8 meses para um tempo de 5 meses. Uma possibilidade em avaliação pela SEPIN, mas que precisará da concordância do MDIC, será dispensar da obrigatoriedade da emissão da Nota Técnica da COANA/RFB, que seria substituída por manifestação da CTI-PC.

e) Informação sobre o grau de automatização do processo de concessão de benefícios da Lei 8.248/91 (ref. Acórdão 458/2014-TCU-Plenário).

O Módulo PACI do Sistema AQUARIUS não ainda finalizado.

**Informações sobre avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs):**

a) Situação do estoque de RDs – tabelas sobre situação da análise técnica inicial e relatórios em grau de recurso administrativo;

**Tabela 10 – Estoque de RDAs (situação da análise inicial)**

Ano-base**	RDs apresentados		RDs com análise técnica concluída		RDs em estoque ou em análise		Pareceres encaminhados à SRF	
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	% (D/A)	
2007	318	233	73,27	85	26,73	168	52,83	
2008	377	240	63,66	137	36,34	---	---	
2009	448	267	59,60	181	40,40	---	---	
2010	454	243	53,52	211	46,48	---	---	
2011	442	83	18,78	359	81,22	---	---	
2012	462	65	14,07	397	85,93	---	---	
2013	502	84	16,73	418	83,27	---	---	
2014	521	48	9,21	473	90,79	---	---	
<b>TOTAIS</b>	<b>3.524</b>	<b>1.263</b>	<b>38,61</b>	<b>2.261</b>	<b>61,39</b>	<b>168</b>	<b>52,83</b>	

A aceleração da análise dos RDAs se dará quando a SEPIN validar a metodologia, o procedimento de avaliação e receber os primeiros relatórios com seus respectivos Pareceres Técnicos, contratados junto ao CTI – RA.

b) Tabela com detalhamento de todas as empresas com análise técnica concluída e eventuais recursos administrativos julgados, com o resultado dos recursos não providos e providos parcialmente, valores dos débitos de aplicação insuficiente em P&D e data de recolhimento ao FNDCT;

**Tabela 11 – Estoque de RDAs (situação da análise recursal)**

Ano-base*	Contestações apresentadas			Contestações com análise técnica concluída		Contestações em estoque ou em análise		Recursos hierárquicos ao Ministro de Estado apresentados		
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	Providos integralmente (E)	Providos parcialmente (F)	Não providos (G)	
2007	47	13	27,66	34	72,34	0	N/A	N/A	N/A	
2008	44	3	6,82	41	93,18	0	N/A	N/A	N/A	
2009	48	3	6,25	45	93,75	0	N/A	N/A	N/A	

<b>2010</b>	59	2	3,39	57	96,61	0	N/A	N/A	N/A
<b>2011</b>	3	0	---	3	---	0	N/A	N/A	N/A
<b>2012</b>	0	0	---	0	---	0	N/A	N/A	N/A
<b>2013</b>	1	1	100,00	0	---	0	N/A	N/A	N/A
<b>2014</b>	0	0	0	0	---	0	N/A	N/A	N/A
<b>TOTAIS</b>	<b>201</b>	<b>21</b>	---	180	---	<b>0</b>	N/A	N/A	N/A

O que se pode inferir quanto a não apresentação de Recursos Hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI é que os RDAs das empresas com maior valor de contrapartida, ainda não foram analisados e que as contestações apresentadas, estão em processo de análise.

*c) Avaliação sobre vantagens e desvantagens da metodologia de Relatórios Demonstrativos Simplificados prevista no Decreto 5.906/2006, art. 33, § 2º;*

A implementação da apresentação dos RDAs no formato simplificado só vantagens, pois reduz as rubricas de dispêndios, por projetos de 10 para 3.

*d) Informações sobre o progresso dos produtos e atividades contemplados na parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI, nos termos da Portaria-MCTI 863, de 19 de agosto de 2014.*

A Metodologia de análise dos RDAs e a Plataforma Informatizada para apoio à análise dos RDAs - RDAnalytics, foram validados no ano de 2015, sendo que o sistema continua sofrendo manutenção evolutiva com vistas de atender os casos particulares.

*e) Processos de suspensão e cancelamento:*

*Tabela com estoque de empresas omissas em apresentar RDs;*

**Tabela – Estoque de empresas omissas em entregar RD (anos base 2012, 2013 e 2014)**

<b>Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária</b>	<b>CNPJ da empresa beneficiária</b>	<b>Ano-base da omissão</b>	<b>Situação da empresa*</b>
André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	2012	Cancelada
Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	2012	Cancelada
Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	2012	Cancelada
Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	2012	Cancelada
Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	2012	Cancelada
H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	2012	Cancelada
LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	2012	Cancelada
Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	2012	Cancelada
PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	2012	Cancelada
Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	2012	Cancelada
SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	2012	Cancelada
STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	2012	Cancelada
Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	2012	Cancelada
UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	2012	Cancelada
3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	2013	Cancelada
All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	2013	Cancelada
C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	2013	Cancelada
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	2013	Cancelada
Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	2013	Cancelada
Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	2013	Cancelada
DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	2013	Cancelada
Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	2013	Cancelada
Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	2013	Cancelada
Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	2013	Cancelada
Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74	2013	Cancelada

	03.698.870/0007-60		
EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	2013	Cancelada
FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	2013	Cancelada
Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	2013	Cancelada
FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	2013	Cancelada
Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	2013	Cancelada
IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	2013	Cancelada
Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	2013	Cancelada
Overmax do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda.	00.902.770/0001-20	2013	Cancelada
Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	2013	Cancelada
Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	2013	Cancelada
SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	2013	Cancelada
Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	2013	Cancelada
Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	2013	Cancelada
Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	2013	Cancelada
Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	2013	Cancelada
Spinner Com. Equipamen tos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	2013	Cancelada
SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	2013	Cancelada
Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	2013	Cancelada
Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	2013	Cancelada
Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	2013	Cancelada
XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	2013	Cancelada
ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	2013	Cancelada
AGC Ind. e Com. de Equip. Elétricos e Eletr. Ltda.	07.987.840/0001-39	2014	Suspensa
Bilfinger Manuell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	2014	Suspensa
Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	2014	Suspensa
BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	2014	Suspensa
BR1 Distribuidora de Produtos de Inform. Ltda.	07.123.164/0001-55	2014	Suspensa
Competence Ind. Metalúrgica e Autom. Ltda.	11.338.577/0001-24	2014	Suspensa
Dexcom Indústria e Comércio de Inf. Ltda.	07.875.712/0001-01	2014	Suspensa
Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	2014	Suspensa
EGPX Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	2014	Suspensa
Fácil Computadores e Indústria e Com. Ltda.	06.325.441/0001-40	2014	Suspensa
Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	2014	Suspensa
Gieseck & Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	2014	Suspensa
Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	2014	Suspensa
JFA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	2014	Suspensa
LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	2014	Suspensa
Marxtel Ind. Com. de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	2014	Suspensa
Max Free Indústria e Comércio Import. Exp. Ltda.	08.811.814/0001-18	2014	Suspensa
Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	2014	Suspensa
Memory One Indústria e Com. de Inform. Ltda.	10.199.240/0001-10	2014	Suspensa
Microboard Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	2014	Suspensa
Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	2014	Suspensa
Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	2014	Suspensa
Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	2014	Suspensa
Oppitz Soluções Tecnológicas e Particip. Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	2014	Suspensa
Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	2014	Suspensa
Portotec – Indústria e Com. de Comput. Ltda.	07.421.794/0001-06	2014	Suspensa
Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	2014	Suspensa
Power Fast Indústria Com. Imp. Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	2014	Suspensa
R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	2014	Suspensa
Redecamp Ind. Com. Serv. de Telecom. Ltda.	05.425.950/0001-81	2014	Suspensa
Reistar Indústria e Comércio de Eletr. Ltda.	05.949.989/0002-89	2014	Suspensa
Reycom Indústria e Com. de Prod. Eletr. Ltda.	07.839.070/0001-87	2014	Suspensa
RMS Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	2014	Suspensa
S&V Consultoria, Ind. Com. de Equil. El. Ltda.	01.730.203/0001-04	2014	Suspensa
Tech Corp Ind. Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773.0001-44	2014	Suspensa
Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	2014	Suspensa

Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.432.713/0001-56	2014	Suspensa
Telemed Automação e Contr. Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	2014	Suspensa
Webcarstore do Brasil Acess. Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	2014	Suspensa

*Tabela com informações gerais sobre os processos de suspensão e cancelamento, motivos de instauração e situação ao final do exercício.*

**Tabela – Processo de suspensão e cancelamento instaurados ou em curso no exercício**

<b>Nº processo</b>	<b>Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária</b>	<b>CNPJ da empresa beneficiária</b>	<b>Motivo da suspensão ou cancelamento*</b>	<b>Situação do processo**</b>
01200.004093/2013-91	3I Soluções Indústria e Com. de Equip. Eletrônicos Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.131, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 673, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004094/2013-25	André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.050, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 765, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.003046/2014-09	Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.044, de 02/10/2014, DOU de 03/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 585, de 22/07/2015, DOU 23/07/2015
01200.004095/2013-70	Bit Mais Eletro Eletrônicos Ltda.	02.979.667/0001-03	Descumprimento: § 3º do Art. 22, Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 01/11/2013 - DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.340, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento Desc. § 3º Art. 22: Portaria MCTI/MDIC nº 1.071, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004096/2013-14	Carci Ind. Com. Aparelhos Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda.	61.461.034/0001/78	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.132, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.342, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013
01200.004097/2013-69	Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	Descumprimento Art. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 189, de 14/02/2014, DOU de 18/02/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.266, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014
01200.004098/2013-11	Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.078, de 17/10/2013, DOU de 22/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 762, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004099/2013-58	FICS Brasil Informática Ltda. ME	09.177.756/0001-85	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.135, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.139, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento a Pedido, Portaria MCTI/MDIC nº 750, de 22/07/2014 – DOU 24/07/2014
01200.004291/2013-44	Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.182, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 793, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004295/2013-22	H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	Descumprimento Arts. 22, 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.184, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 90, de 27/02/2015, DOU de 02/03/2015
01200.004296/2013-77	Hightech Informática Comércio e Serviços Ltda.	00.481.679/0001-88	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.190, de 14/11/2013 – DOU 18/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 829, de 14/08/2014 – DOU 15/08/2014
01200.004101/2013-99	LCE Tecnologia da Inf. e	09.286.571/0001-09	Descumprimento Arts.	Arquivado – Portaria Suspensão

	Integração Sist. Ltda.		33 e 36 do Dec. 5.906/2006	MCTI nº 1.186, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 764, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004297/2013-11	Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.349, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.096, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004102/2013-33	PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.052, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 767, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004294/2013-88	Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.136, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 768, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.005433/2013-91	SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.351, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.095, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004195/2013-77	STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.094, de 21/10/2013, DOU de 23/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 769, de 28/07/2014 – DOU de 29/07/2014
01200.004103/2013-88	Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.185, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 770, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004104/2013-22	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.134, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 672, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004293/2013-33	UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.133, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 772, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004063/2014-55	3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.282, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.078, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004113/2014-02	All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.155, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 576, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004129/2014-15	Arquimedes Automação e Informática Ltda.	05.374.975/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.277, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.387, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004121/2014-41	C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.156, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 577, de 55/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004112/2014-50	CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.271, de 21/11/2014 – DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 892, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004111/2014-13	Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.278, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.073, de 07/12/2015 – DOU

				08/12/2015
501200.004123/2014-30	DAE Eletrônica Ltda.	59.236.844/0001-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.149, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 419, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004071/2014-57	Datasonic Indústria e Distribuição de Eletrônicos Ltda.	07.179.175/0001-57	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.268, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.426, de 31/12/2014 – DOU 06/01/2015
01200.004125/2014-29	Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.275, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 894, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004072/2014-46	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.159, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 420, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004122/2014-95	DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.285, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.081, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004104/2014-11	Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.157, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 581, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004108/2014-91	Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.294, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.080, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004074/2014-35	Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.286, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.076, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004124/2014-84	Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74 03.698.870/0007-60	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.160, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 582, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004110/2014-61	EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.267, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.069, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004070/2014-57	Fabinject Indústria Comércio Import. e Exportação Ltda.	02.289.126/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.269, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.386, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004107/2014-47	FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.154, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 580, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.003982/2014-10	Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.273, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 882, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004109/2014-36	FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.274, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 886, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004067/2014-33	Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.272, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria



				Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.070, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004128/2014-62	IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.153, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 583, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004064/2014-08	Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.280, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 983, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004445/2014-89	Overmax do Brasil Soluções em Tenologia Ltda.	00.902.770/0001-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.297, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.077, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004068/2014-88	Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.161, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 229, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004678/2014-81	RAD do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.662.863/0001-01 04.662.863/0002-92	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.296, de 25/11/2014, DOU 26/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 8, de 22/01/2015 – DOU 23/01/2015
01200.004065/2014-44	SC&C Indústria Eletrônica Ltda.	06.242.969/0001-55 06.242.969/0003-14	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.150, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 27/02/2015 – DOU 02/03/2015
01200.004106/2014-01	Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.276, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.067, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003983/2014-56	SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.284, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.074, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004541/2014-27	Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.298, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.068, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004446/2014-23	Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.299, de 25/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.075, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003984/2014-09	Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MC/TI nº 1.283, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 885, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004105/2014-58	Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.270, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.082, de 07/12/2015 – DOU 07/12/2015
01200.003980/2014-12	Spinner Com. Equipamentos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.158, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 584, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004126/2014-73	SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.151, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 579,

				de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004127/2014-18	Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.281, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 243, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004120/2014-04	Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.279, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.079, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003981/2014-67	Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.152, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 821, de 22/09/2015 – DOU 23/09/2015
01200.004540/2014-82	XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.293, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 884, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004447/2014-78	ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.295, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 883, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.000291/2015-37	RM Indústria de Eletrônicos Ltda.	03.313.250/0001-70	Descumprimento Art. 36, § 2º do Dec. 5.906/2006 (Exercícios de 2006 e 2008 – Valores dos Débitos: 2006=R\$4.701,28 e 2008=R\$17.825,05)	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 275, de 28/04/2015 – DOU 27/04/2015 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 124, de 16/02/2016 – DOU 17/02/2016
01200.004260/2015-55	AGC Indústria e Comércio de Equip. Eletr. e Eletrônicos Ltda.	07.987.840/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 988, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004511/2015-00	ATI – Automação Telecom. e Informática Ltda.	23.311.229/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.019, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 99, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004256/2015-97	Automatiza Sistemas Ltda.	04.698.769/0001-86	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 985, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 21, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004255/2015-42	Bilfinger Mauell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.004, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004257/2015-31	Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 987, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004258/2015-86	BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 986, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004252/2015-17	BR1 Distribuidora de Produtos de Informática Ltda.	07.123.164/0001-55	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.022, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004253/2015-53	Competence Indústria Metalurg. E Automação Ltda.	11.338.577/0001-24	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 996, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004590/2015-41	Dexcom Indústria e Comércio de Informática Ltda.	07.875.712/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.257, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004351/2015-91	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.006, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004254/2015-06	Dynalf Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda.	04.631.183/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.003, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 24, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.005414/2015-35	EGPX Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.024, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004417/2015-42	Elgin S.A.	52.556.578/0001-22	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 997, de 27/11/2015 –

				DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004357/2015-68	Fácil Computadores Indústria e Comércio Ltda.	06.325.441/0001-40	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 999, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004248/2015-41	Gelth Sistemas Eletrônicos Ltda.	02.357.885/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.011, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004583/2015-49	Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.126, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004577/2015-91	Gieseck e Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.016, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004261/2015-08	High Bridge Solutions Indústria Eletrônica Ltda.	09.514.660/0002-46	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.005, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 23, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004521/2015-37	Howcom Indústria, Com. Serviços em Inform. Eletr. Ltda.	10.836.739/0001-91	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 989, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 20, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004517/2015-79	Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.025, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004418/2015-97	FJA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 990, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004420/2015-66	LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.018, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004421/2015-19	Marxtel Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 991, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004365/2015-12	Max Free Indústria e Comércio Import. e Export. Ltda.	08.811.814/0001-15	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.000, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004592/2015-30	Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.013, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004585/2015-38	Memory One Indústria e Comércio de Informática Ltda.	10.199.240/0001-10	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 993, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004589/2015-16	Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.014, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004362/2015-71	Micropress S.A.	56.606.544/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.023, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 22, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004355/2015-79	Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.008, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004425/2015-99	Neocontrol Soluções em Automação Ltda.	07.048.760/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.010, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 25, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004512/2015-46	Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.027, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004516/2015-24	Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.026, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004366/2015-59	Omega Tecnologia da Informação Ltda. EPP	04.808.453/0001-08	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.002, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 91, de 27/01/2016 – DOU 28/01/2016
01200.004356/2015-13	Omnisys Engenharia Ltda.	01.773.463/0001-59	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 995, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 26, de

				08/01/2016 – DOU 11/01/2015
01200.004364/2015-60	Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.001, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004422/2015-55	Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 992, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004586/2015-82	Portotec – Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	07.421.794/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.015, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004578/2015-36	Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.128, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Cancelamento a Pedido: Portaria MCTI/MDIC nº 194, de 07/03/2016 – DOU 08/03/2016
01200.004518/2015-13	Prorege do Brasil Ltda.	19.998.178/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.009, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 97, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004510/2015-57	Power Fast Indústria, Comércio Import. e Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.028, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004427/2015-88	R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.030, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004426/2015-81	Redecamp Indústria Comércio Serv. de Telecom. S.A.	05.425.950/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.020, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004513/2015-91	Reistar Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.	05.949.989/0002-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.021, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004594/2015-29	Reycom Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	07.839.070/0001-87	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004352/2015-35	RMS Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.007, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004429/2015-77	S&V Consultoria Ind. Com. Equip. Eletr. Software Ltda.	01.730.203/0001-04	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.029, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004519/2015-68	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.017, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004593/2015-84	Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.012, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004423/2015-08	Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.423.713/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 994, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004363/2015-16	Telemed Automação e Controle de Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 998, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004595/2015-73	Webcarstore do Brasil Acessórios Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.129, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias

## SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)

Informações sobre gestão de ativos:

a) Arrecadação em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – tabela com detalhamento por modalidades legais;

**Tabela – Arrecadação em favor do FNDCT por modalidade legal**

Ano-base**	Depósitos Trimestrais (Decreto 5.906/2006, art. 8º, § 1º, inc. III) *	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. I)	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. II)	Opção de Investimento (Decreto 5.906/2006, art. 10, §3º, e art. 35)	Parcelamento ou Quitação de Débitos (Decreto 5.906/2006, art. 37, caput, e §3º)
2008	60.309.503,20	2.633.834,50		567.904,63	3.077.555,61

<b>2009</b>	55.821.469,71	6.409.070,25	126.199,34	4.478.524,21
<b>2010</b>	65.867.834,79	5.963.739,19	1.045,36	5.119.069,39
<b>2011</b>	72.516.906,28	5.082.295,94	214.158,13	38.676.012,71
<b>2012</b>	88.765.012,45	4.286.982,92	337.684,23	42.906.295,05
<b>2013</b>	102.720.016,34	28.624.196,78	99.691,16	40.058.775,97
<b>2014</b>	111.487.391,43	5.364.434,13	45.825,61	74.693.976,26
<b>2015</b>	115.193.149,37	9.946.130,19	311.866,51	27.397.424,79

\* Apenas os Depósitos Trimestrais apresentam uma correlação com os depósitos realizados em anos anteriores, pois são calculados com base no faturamento trimestral com bens incentivados pela empresa habilitada aos incentivos fiscais da Lei nº 8.248/91.

*b) Arrecadação em favor dos Programas e Projetos Prioritários (PPIs) – tabela e dados sobre Programas e Projetos Prioritários (PPIs) no último exercício, entidade executora, valores aportados, objetivos e subprojetos em execução;*

**Tabela – Arrecadação em favor de PPIs**

<b>Exercício*</b>	<b>Saldo em 31/12 do exercício anterior</b>	<b>Arrecadação no exercício</b>	<b>Transferência de recursos no exercício em favor de PPIs**</b>	<b>Saldo de recursos em 31/12 do exercício</b>
<b>2011</b>	14.411.349,15	12.053.185,68	9.554.004,12	18.527.621,42
<b>2012</b>	18.527.621,42	5.805.242,57	889.640,86	25.328.056,87
<b>2013</b>	25.328.056,87	30.920.611,93	3.365.000,00	56.698.171,55
<b>2014</b>	56.698.171,55	22.833.726,30	7.563.370,00	79.645.398,26
<b>2015</b>	79.645.398,26	12.621.901,67	15.000.000,00	83.863.536,20
<b>TOTAIS</b>	<b>194.610.597,25</b>	<b>84.234.668,15</b>	<b>36.372.014,98</b>	---

A Tabela a seguir apresenta os Programas e Projetos Prioritários (PPIs) vigentes, entidade executora e valores aportados, para os anos de 2011 a 2015:

**Tabela – PPIs Projetos vigentes no período**

<b>Exercício</b>	<b>Ofício Transferência</b>	<b>Instituição Executora</b>	<b>Projeto</b>	<b>Data Transferência</b>	<b>Valor Transferido</b>
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 572/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 712.000,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 568/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 1.450.597,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 570/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 551.000,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 565/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	11/01/2011	R\$ 1.522.715,98
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 581/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	12/01/2011	R\$ 1.095.000,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 575/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	13/01/2011	R\$ 652.832,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 06/2010	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN	18/01/2011	R\$ 630.000,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 579/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 587.620,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 577/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 583.900,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 05/2010	Instituto de Pesquisa Eldorado	PNM DESIGN	20/01/2011	R\$ 731.000,00
2011	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 179/2011	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	HARDWARE BR	13/07/2011	R\$ 1.037.339,14
2012	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 192/2012	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN /HARDWARE BR	07/05/2012	R\$ 889.640,86
2013	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 285/2013	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	19/06/2013	R\$ 3.365.000,00
2014	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 418/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	29/09/2014	R\$ 1.915.000,00
2014	Repasso Ofício/MCT/SEPIN nº 562/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	12/12/2014	R\$ 5.648.370,00
2015	Repasso Ofício 098 - GAB/SEPIN	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	27/02/2015	15.000.000,00

TOTAL	R\$ 36.372.014,98
-------	----------------------

c) *Gestão dos débitos de aplicação insuficiente em P&D – tabelas com dados gerais e de eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT;*

**Tabela (a) – Estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática (em R\$)**

Ano-base*	Total de débitos de P&D após análise técnica do RD (A)**	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de contestação (B)	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de recurso ao Ministro de Estado (C)	Total de débitos de P&D plenamente exigíveis (D)
2007	22.590.470,84	17.948.597,12	0	4.641.873,72
2008	8.591.481,15	6.002.541,55	0	2.588.939,60
2009	12.327.010,92	8.337.135,55	0	3.989.875,37
2010	13.609.807,14	6.643.092,24	0	6.966.714,90
2011	531.138,78	152.106,08	0	379.032,70
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>57.649.908,83</b>	<b>39.083.472,54</b>	<b>0</b>	<b>18.566.436,29</b>

**Tabela (b) – Eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT (em R\$)**

Ano-base*	Total de débitos de P&D exigíveis (A)**	Valores recolhidos no exercício em favor do FNDCT (B)**	Valores exigíveis mas não recolhidos no exercício* em favor do FNDCT (C)**	Valores exigíveis há mais de seis meses sem sucesso (D)***
2007	4.641.873,72	157.285,50	4.485.588,22	2.627.111,72
2008	2.588.939,60	61.316,95	2.527.622,65	2.240.167,11
2009	3.989.875,37	78.021,10	3.911.854,27	2.300.387,56
2010	6.966.714,90	53.677,76	6.913.037,14	1.895.051,16
2011	379.032,70	5.832,15	373.200,55	246.232,89
2012	0,00	0,00	0	0,00
2013	0,00	0,00	0	0,00
2014	0,00	0,00	0	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>18.566.436,29</b>	<b>356.133,46</b>	<b>18.210.302,83</b>	<b>9.308.950,44</b>

d) *Avaliação das razões do sucesso ou insucesso dos procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D;*

A SEPIN/MCTI entende ser necessário aperfeiçoar os procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D, utilizando preferencialmente sistema informatizado. Nos casos de aviso de débitos com mais de 6 meses sem manifestação da empresa, a SEPIN procede à suspensão dos incentivos conforme o disposto no art. 36 do Decreto nº 5.906/2006.

e) *Avaliação da adequação, suficiência e qualidade dos procedimentos administrativos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D. Apresentar eventuais inovações ou modificações introduzidas nesse processo de trabalho no exercício sob exame, de forma a maximizar o potencial de arrecadação dos débitos de aplicação insuficiente em P&D;*

A SEPIN adotou melhorias nos procedimentos de acompanhamento dos avisos de débitos encaminhados para as empresas, baseada em controle visual das correspondências expedidas referentes às cobranças administrativas de débitos de aplicação insuficiente em P&D.

f) Medidas adotadas para garantir que os débitos de aplicação insuficiente em P&D cujos procedimentos de cobrança administrativa não lograram sucesso se revertam em arrecadação para o FNDCT.

A SEPIN procede, conforme previsto na legislação (Decreto no 5.906/2006), à Suspensão, ao Cancelamento e posterior comunicação à RFB, para os casos de não quitação dos débitos de P&D.

g) Informações sobre auditorias e inspeções de P&D nas empresas beneficiárias – tabela com dados gerais acompanhada das conclusões obtidas a partir das fiscalizações nos projetos, em termos de: caráter inovador; relevância social; perspectivas comerciais, geração de capacitação; qualificação da equipe envolvida; e geração de empregos.

**Tabela – Realização de auditorias e inspeções de P&D**

Exercício	HDF* em empresas beneficiárias	HDF* em instituições conveniadas das beneficiárias	Nº de empresas / nº de projetos próprios de empresas visitados	Nº de institutos / nº de projetos conveniados visitados
2011	10	8	4/9	2/3
2012	0	0	0	0
2013	40,5	44,5	14/30	9/35
2014	57	3	23/50	1/2
2015	10	5	4/8	2/4
<b>TOTAIS</b>	<b>117,50</b>	<b>60,50</b>	<b>45/97</b>	<b>14/44</b>

Obs.: HDF é uma medida de esforço fiscalizatório que representa a quantidade de homens/dia/fiscalização *in loco*. Exemplos: fiscalização com duração de um dia com um servidor representa 1 HDF (1x); fiscalização com duração de três dias com dois servidores representa 6 HDF (2x3); fiscalização com duração de meio dia (um período manhã ou tarde) com um servidor representa ½ HDF.

A SEPIN/MCTI, em suas auditorias e inspeções de P&D, avalia a estrutura de P&D das empresas e das instituições de ensino e pesquisa e busca evidências da real execução do projeto, servindo de subsídios para análise dos RDAs.

As auditorias e inspeções de P&D permitem a constatação da qualificação das equipes de P&D, das parcerias e das metodologias utilizadas na execução dos projetos, que possibilita à equipe da SEPIN/MCTI uma visão da realidade de P&D, como contrapartida da fruição aos incentivos fiscais da lei de Informática.

Adicionalmente busca-se sanar eventuais dúvidas das empresas e instituições na execução e contratação (realização de convênios) de projetos e apresentar sugestões de melhorias nos controles dos dispêndios.

g) Informações sobre fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB) – tabela que retrate a atuação fiscalizatória da Sepin/MCTI e da SDP/MDIC em relação ao cumprimento dos PPBs.

**Tabela – Realização de fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)**

Exercício	Nº de empresas fiscalizadas à distância	Nº de empresas fiscalizadas <i>in loco</i>	Nº de casos de descumprimento de PPB**	Nº de denúncias externas de descumprimento de PPB encaminhadas para fiscalização
2011	0	26	1	0
2012	1	29	2	0
2013	7	32	6	3
2014	0	22	2	6
2015	3	28	6	1
<b>TOTAIS</b>	<b>11</b>	<b>137</b>	<b>17</b>	<b>10</b>

*h) Avaliação do P&D incentivado pela Lei de Informática – tabela com a apuração dos valores dos indicadores exemplificativos previstos no Decreto 5.906/2006, art. 24, § 2º, ou outros ao critério da unidade, informando o alcance do grupo de projetos de P&D avaliados (universo ou amostra).*

No ano de 2015 foram avaliados 229 RDAs, que totalizaram 385 projetos de P&D com indicação dos seguintes indicadores de resultados:

**Tabela: Projetos avaliados (Indicadores de Resultados)**

Ano Base	Número de Projetos Avaliados	Quantidade de Patentes Requeridas	Quantidade de Publicações Técnicas	Empresas/RDs
2006	17	0	0	8
2007	29	0	0	14
2008	60	0	0	33
2009	131	3	13	74
2010	130	16	45	100
2011	18	1	25	7
2012	0	---	---	0
2013	0	---	---	0
2014	0	---	---	0

*i) Valores ou tabelas (em formato livre) com estatísticas e/ou indicadores relacionados à avaliação quantitativa e qualitativa da atuação dos institutos conveniados que executaram projetos com recursos de contrapartida de P&D das empresas beneficiárias no exercício.*

Nome do Instituto	Projetos Executados em 2014	Valor Total Repassado para os Projetos	Projetos que Geraram Patentes	Projetos que Geraram Publicações
ELDORADO - Instituto de Pesquisas Eldorado	101	133.802.745,32	0	5
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	19	76.311.916,30	1	8
C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	62	69.919.888,32	7	9
SIDI - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	15	39.085.305,36	2	0
VENTURUS - Venturus Centro de Inovação Tecnológica	62	36.047.403,37	0	0
UFC - Universidade Federal do Ceará	54	26.814.433,21	4	23
FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia	36	26.111.255,41	1	2
BRISA - Brisa Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação	14	23.487.056,76	0	0
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná	4	20.927.499,39	0	2
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	31	16.882.205,82	0	7
LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico	5	16.664.105,33	0	0
ATLÂNTICO - Instituto Atlântico	33	14.795.205,02	2	2
CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	46	12.812.173,01	3	4
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie - Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica	1	12.502.783,66	0	0



UECE - Universidade Estadual do Ceará	46	11.632.724,18	1	3
FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica	2	10.285.609,37	0	0
FITec - Fundação para Inovações Tecnológicas	63	9.976.991,19	1	1
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Informática - FACIN	16	7.971.649,52	2	10
INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações - Instituto Nacional de Telecomunicações, mantido pela FINATEL - Sede	40	7.220.845,69	0	1
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	8	6.349.489,96	0	0
SAPIENTIA - Instituto Sapientia	11	6.267.266,24	2	1
CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	22	5.710.837,73	2	1
SENAC-SP - Centro Universitário SENAC	2	4.790.146,14	0	0
PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Informática - INF	1	4.473.068,79	0	0
IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia	13	4.365.852,65	0	0
IFPB - Instituto Federal da Paraíba	13	3.798.997,86	0	3
FACTI - Fundação de Apoio à Capacitação em TI	2	2.808.270,76	0	0
CITS - Centro Internacional de Tecnologia de Software	24	2.804.873,70	1	3
UnB - Universidade de Brasília - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT	14	2.773.155,41	0	1
UCB - Universidade Católica de Brasília	1	2.313.771,80	0	0
SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia	11	2.255.911,50	0	0
UNIFOR - Universidade de Fortaleza	3	1.925.382,37	0	1
USP - Universidade de São Paulo	10	1.891.756,92	1	3
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC	2	1.726.061,29	1	2
CEPEDI - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus	10	1.689.588,41	0	3
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Computação - IC	13	1.648.953,29	4	13
VON BRAUN - Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun	2	1.624.071,94	0	0
SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife	7	1.458.568,53	5	5
CTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software	9	1.357.369,87	0	1
SOFTSUL - Associação Sul-riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software	10	1.312.625,81	0	0
UFPA - Universidade Federal do Pará	4	1.081.641,75	2	3
FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	11	1.070.000,00	5	9
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6	1.031.113,35	1	0
CITEB Incubadora - Centro de Inovação e Tecnologia de Biquaçu	3	974.860,52	0	0
ITIC (ANTIGO INSOFT) - Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (antigo Instituto do Software do Ceará)	5	925.752,36	0	1
UNERJ - Centro Universitário Católico de Santa Catarina (Ex-Centro Universitário de Jaraguá do Sul)	17	924.875,75	2	2
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	7	922.346,42	0	6

SENAI-CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Ceará	5	898.367,24	1	1
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Informática - INF	5	784.667,33	1	2
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	7	735.517,00	0	1
IFBA - Instituto Federal da Bahia	3	689.891,56	0	0
UFMA - Universidade Federal do Maranhão	2	529.217,78	0	1
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá	6	522.748,00	0	1
FEEVALE - Centro Universitário FEEVALE	2	515.980,15	0	1
LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	6	474.127,00	0	2
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO	1	439.950,90	0	0
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	4	436.928,73	0	4
UNIVAP Incubadora - Incubadora Tecnológica UNIVAP	1	415.299,00	0	0
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1	389.300,00	0	0
IBTI - Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação	8	389.160,35	0	0
IFGO - Instituto Federal de Goiás	1	379.665,37	0	1
CIETEC - Centro Incubador de Empresas Tecnológicas	5	336.939,85	0	0
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	311.528,78	0	1
SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Unidade Cidade Industrial de Curitiba	2	270.743,00	0	0
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	6	256.575,72	0	0
IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont	1	212.000,00	0	0
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	2	189.588,77	0	0
PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Engenharia Elétrica - ELE	2	181.000,00	2	0
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	3	178.511,68	2	2
FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba - Departamento de Engenharia Elétrica e de Automação	4	168.028,97	0	0
UNITAU - Universidade de Taubaté	4	154.090,95	0	0
UFS - Universidade Federal de Sergipe	1	145.756,28	0	0
IFRN-RN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1	144.267,65	0	1
IFMA - Instituto Federal do Maranhão	1	144.267,65	1	1
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Departamento de Engenharia Elétrica - ELETRO	2	135.525,57	0	1
URB - Universidade Regional de Blumenau	1	123.692,80	0	1
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	2	101.731,00	0	2
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	1	91.286,08	0	1
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí	2	83.330,00	0	0
UPE - Universidade de Pernambuco	1	77.055,00	0	0
CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia	2	72.417,22	0	0
SENAI-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina	5	60.000,00	0	5
UNISALLE - Centro Universitário La Salle	1	51.645,71	0	0
UFBA - Universidade Federal da Bahia	1	42.695,41	0	0
UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília	1	40.165,03	0	0
FEI - Centro Universitário da FEI	1	32.328,96	0	1
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	2	11.049,68	0	0

PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Engenharia - FENG	1	3.150,00	0	0
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba	4	0,00	0	0
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina	1	0,00	0	0
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	2	0,00	0	0
INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1	0,00	0	1
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	8	0,00	5	8
FAI - Faculdade de Administração e Informática	1	0,00	0	0
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	1	0,00	0	1
SENAI-RS - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul	1	0,00	0	0
MIDI - Micro Distrito Industrial Tecnológico	1	0,00	0	0
UFPR - Universidade Federal do Paraná	2	0,00	1	2
FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software	1	0,00	0	0
UnB CDT - Incubadora de Empresas do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	1	0,00	0	0
<b>Total</b>	<b>1024</b>	<b>654.748.599,52</b>	<b>63</b>	<b>177</b>

Obs.: As instituições que aparecem com Valor Total Repassado para os Projetos, de R\$ 0,00, executaram projetos no ano base com recursos repassados no ano base anterior.

j) Regionalização dos benefícios socioeconômicos da Lei de Informática – tabelas e gráficos com a quantidade e valor total de projetos por Unidade Federativa (UF) e quantidade e valor total de projetos por região geográfica.

**Tabela – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e UF – Ano Base 2014**

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
AC	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
AL	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
AM	Próprio	2	7.102.246,48	7.102.246,48
	Conveniado	0	0,00	
AP	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
BA	Próprio	50	20.987.993,17	28.585.294,70
	Conveniado	16	7.597.301,53	
CE	Próprio	154	51.088.872,90	56.207.928,22
	Conveniado	10	5.119.055,32	
DF	Próprio	81	46.231.450,16	46.643.556,91
	Conveniado	5	412.106,75	
ES	Próprio	1	91.286,08	91.286,08
	Conveniado	0	0,00	
GO	Próprio	1	379.665,37	379.665,37
	Conveniado	0	0,00	
MA	Próprio	3	527.611,39	527.611,39
	Conveniado	0	0,00	
MG	Próprio	75	23.173.440,19	64.183.244,19
	Conveniado	303	41.009.804,00	
MS	Próprio	1	389.300,00	597.547,81
	Conveniado	1	208.247,81	
MT	Próprio	0	0,00	200.000,00
	Conveniado	1	200.000,00	
PA	Próprio	4	1.299.996,14	1.299.996,14
	Conveniado	0	0,00	

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
PB	Próprio	46	18.797.177,26	19.262.694,39
	Conveniado	2	465.517,13	
PE	Próprio	112	165.479.862,59	167.648.622,41
	Conveniado	12	2.168.759,82	
PI	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
PR	Próprio	47	40.561.420,63	71.950.301,82
	Conveniado	156	31.388.881,19	
RJ	Próprio	5	9.199.100,07	10.182.311,05
	Conveniado	15	983.210,98	
RN	Próprio	7	959.679,30	959.679,30
	Conveniado	0	0,00	
RO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
RR	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
RS	Próprio	57	31.052.120,64	144.341.616,20
	Conveniado	341	113.289.495,56	
SC	Próprio	59	11.697.351,74	64.718.162,69
	Conveniado	161	53.020.810,95	
SE	Próprio	1	145.756,28	145.756,28
	Conveniado	0	0,00	
SP	Próprio	318	403.398.111,00	839.995.322,87
	Conveniado	613	436.597.211,87	
TO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e valor total de projetos de P&D executados, por região geográfica.

**Tabela – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e Região**

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade Total	Total Regional (R\$)
Centro-Oeste	Próprio	7	820.354,00	90	47.820.769,00
	Conveniado	83	47.000.415,00		
Norte	Próprio	0	0,00	6	8.402.242,00
	Conveniado	6	8.402.242,00		
Nordeste	Próprio	40	15.350.633,80	413	273.337.586,80
	Conveniado	373	257.986.953,00		
Sul	Próprio	658	197.699.188,00	821	281.010.081,00
	Conveniado	163	83.310.893,00		
Sudeste	Próprio	931	478.590.227,00	1330	914.452.164,00
	Conveniado	399	435.861.937,00		

k) Apresentar providências adotadas em atenção às recomendações do Acórdão 3.695/2013-TCU-Plenário, subitens 9.8 e 9.9, e às do Acórdão 454/2014-TCU-Plenário, no que lhe couber.

No tocante às Avaliações Bienais da Lei nº 8.248/91 e Trienais da Lei nº 11.484/2007, essas não foram realizadas tendo em vista às restrições de recursos para custear esse tipo de atividade.

A mesma justificativa se estende para os estudos setoriais recomendados no Acórdão 454/2014-TCU/Plenário. Entretanto, a SEPIN está desenvolvendo esforços no sentido de utilizar os recursos previstos no inciso VII do art. 31 do Decreto no 5.906/2006.

*l) Avaliação da SEPIN sobre o ambiente de gestão de riscos relacionados às políticas de renúncia de receitas – consignar os avanços estruturais obtidos pela unidade em relação às medidas para fazer frente aos eventos constantes da Matriz de Riscos do TC 015.436/2013-6.*

No tocante à gestão de riscos e mais especificamente à Matriz de Riscos objeto do TC 015.436/2013-6 - TCU, a SEPIN vem constantemente sistematizando seus procedimentos operacionais, padronizando Pareceres, Roteiros de Inspeção, Relatórios de Inspeção, e geração de manuais para orientar a execução das principais rotinas.

*m) Avaliação da SEPIN sobre a qualidade e a suficiência dos controles internos relacionados à gestão das políticas de renúncias de receitas – questionário preenchido sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos relativos à gestão das políticas de renúncias de receitas a seu cargo.*

As unidades da SEPIN responsáveis pela avaliação dos RDAs e dos pleitos de incentivos desenvolveram controles e procedimentos que auxiliam na gestão operacional dessas atividades.

Ainda não há um questionário e ainda não foi feita uma avaliação desses controles e procedimentos com vistas de avaliar sua eficácia.

*n) Práticas de governança estabelecidas no exercício para o aprimoramento de controles internos das políticas de renúncia de receitas.*

Foram estabelecidas práticas que aprimoraram o acompanhamento e geração de relatórios das empresas aptas à habilitação para novos incentivos.

*o) Avaliação da SEPIN sobre a qualidade e a suficiência da Política de Segurança da Informação (PSI) para a gestão das políticas de renúncia de receita. Trabalhos realizados pela Controladoria-Geral da União.*

A CGU via seu Assessor de Controle Interno possibilitou que representantes da SEPIN participassem de seminário, promovido pela ABIN, com foco na Segurança da Informação. Além do mais o assessor realizou reuniões com analistas da SEPIN com o propósito de orientar no entendimento da legislação de segurança da informação em vigor.

*p) Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para orientar os gestores na condução das políticas públicas de renúncia de receita (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. I)*

Essa prática ainda não foi adotada no âmbito do MCTI, com foco nas políticas públicas de renúncias sob gestão da SEPIN.

*q) Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para acompanhar a implementação das recomendações do Sistema de Controle Interno e do TCU no que tange às políticas públicas de renúncia de receitas (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. V)*

A SEPIN tem uma prática de recorrer ao Assessor de Controle Interno para orientá-la no atendimento das demandas formuladas pelos Órgãos de Controle, mais especificamente pelo TCU.

*r) Balanço do Plano de Providências para estabelecimento de gestão de risco nas políticas públicas de renúncias de receitas em parceria com o TCU (TC 015.436/2013-6).*

A SEPIN tem adotado medidas com vistas de mitigar os riscos identificados pelo TCU (TC 015.436/2013-6), inclusive estabelecendo procedimentos internos que aprimoraram o acompanhamento dos pleitos de habilitação e das cobranças débitos após a análise dos RDAs.

s) *Informações gerenciais e/ou estatísticas sobre a gestão das políticas públicas de renúncia de receitas a cargo da unidade.*

O Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncia de Receitas – AGRE, anexo II deste Relatório de Gestão, contém informações gerenciais e estatísticas da gestão das políticas públicas de renúncias de receitas a cargo da SEPIN, mais especificamente da Lei de Informática – Lei no 8.248/91.

t) *Informações sobre eventuais trabalhos teóricos (acadêmicos ou não) de avaliação de impactos/resultados da Lei de Informática, executados ou concluídos no exercício pela unidade ou por terceiros (academia, consultorias, instituições contratadas) de conhecimento da Sepin/MCTI. Informar como/onde podem ser obtidos. Avaliar utilidade das conclusões para alimentar ajustes estratégicos ou operacionais na política.*

- **Complexo eletrônico: Lei de Informática e competitividade.** (BNDES Setorial 31, p. 5-48 - Regina Maria Vinhais Gutierrez);
- **Política de inovação no Complexo Eletrônico: o papel da Portaria 950/2006 MCT** (BNDES Setorial 39, p. 55-96 – Rivera, Ricardo et al.);
- **Política de Desenvolvimento Tecnológico Nacional no setor de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação** (Publicado pela P&D Brasil, disponível em: <http://www.pedbrasil.org.br/ped/artigos/D31C773A79E13995.pdf>)
- **“Brazilian Manufacturing in International Perspective: A Global Value Chain Analysis of Brazil’s Aerospace, Medical Devices and Electronic Industries”;** Sturgeon, Timothy et al, CNI; disponível em: [http://www.cggc.duke.edu/pdfs/CNI\\_Brazil\\_GVC\\_Report\\_Final\\_2013-09-05.pdf](http://www.cggc.duke.edu/pdfs/CNI_Brazil_GVC_Report_Final_2013-09-05.pdf)

u) *Autoavaliação da imagem da Sepin/MCTI perante seus clientes em relação à qualidade da gestão das políticas públicas de renúncia de receita.*

Para atender essa solicitação disponibilizaremos endereços eletrônicos de instituições de pesquisa e desenvolvimento que destacam a contribuição dos incentivos da Lei de Informática enquanto instrumento de promoção das atividades de P&D em TIC:

I – Instituto Eldorado: <http://www9.eldorado.org.br/>

II – ABINEE: <http://www.abinee.org.br/programas/imagens/lei.pdf>

III – BNDES:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100920\\_cartao\\_componentes.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100920_cartao_componentes.html)

v) *Identificação clara e completa dos caminhos, no sítio na Internet da Sepin/MCTI, onde podem ser obtidas informações sobre os relatórios produzidos pela UPC, tais como: mapa estratégico, planejamento estratégico, organograma, relatórios de evolução dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho utilizados na gestão, balanços financeiros e orçamentários,*

*relatórios de gestão, Relatórios de Auditoria de Gestão, regimentos internos e outros, discriminando a periodicidade de atualização dos documentos.*

Destacamos:

I – página da SEPIN no site do MCTI: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73431.html>

II - mapa estratégico, planejamento estratégico, organograma, relatórios de evolução dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho utilizados na gestão: [http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento\\_Estrategico\\_da\\_SEPIN.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html)

III – relatórios estatísticos dos resultados da Lei de Informática: <http://sigplani.mct.gov.br/>

IV - relatórios de gestão, relatórios de auditoria de gestão: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/304641.html>

## **2.4.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

*a) economicidade: mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade;*

- Valor total do custo da Força de Trabalho da SEPIN: R\$ 3.166.180,92.
- Valor total gasto com capacitação da Força de Trabalho da SEPIN: R\$ 0,00.
- Número de profissionais alocadas na atividade de Concessão de Incentivos: 3
- Número de profissionais alocadas na atividade de Análise de RDAs: 6
- Número de profissionais alocadas na atividade de cancelamento de Incentivos: 1

*b) eficácia: mede a quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços;*

- Número de novas empresas incentivadas em 2015: 56
- Número de empresas com incentivos cancelados em 2015: 46
- Número de RDAs analisados em 2015: 259

*c) eficiência: mede relações entre quantidade de produtos e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção;*

- Quantidade média de RDAs analisados por servidor no ano de 2015: 41 RDAs.
- Quantidade média de incentivos cancelados em 2015, por servidor: 46
- Quantidade média de incentivos concedidos em 2015, por servidor: 18

*d) efetividade: mede o alcance dos objetivos finalísticos, traduzidos em solução ou redução de problemas na sociedade.*

- Patentes geradas no ano de 2015: 63
- Publicações Técnicas geradas em 2015: 177
- Crescimento do montante de aplicação em P&D 2014 em relação a 2013: 24,75%

*Ao Demonstrar os resultados dos indicadores, a UPC deve, sempre que possível, oferecer análise crítica dos resultados obtidos notadamente quando discrepantes do índice de referência ou dos índices previstos.*

Os resultados dos indicadores não são os desejados pela SEPIN, mas estão consistentes com as atuais deficiências de plataformas computacionais de apoio as atividades de gestão e ao número de servidores atualmente disponíveis para desenvolver todas as atividades sob responsabilidades da Secretaria.



### **3. GOVERNANÇA**

#### 3.1 Descrição das estruturas de governança

**Não se aplica**

#### 3.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

**Não se aplica.** Atividade de correção e apuração de ilícitos é realizada pela Administração Central do MCTI.

#### 3.3 Gestão de riscos e controles internos

**Não se aplica.** A SEPIN ainda não realizou a gestão sistemática de riscos.

## 4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Secretaria de Política de Informática mantém relacionamento contínuo com órgãos governamentais, empresas e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento envolvidos no ecossistema nacional de tecnologia da informação e comunicação.

Alguns projetos a cargo da SEPIN demandam atenção especial no contato com parceiros ou pessoas interessadas.

A gestão das renúncias fiscais costuma gerar demandas das associações de empresas vinculadas ao setor, com quem a SEPIN busca se relacionar de forma transparente e aberta.

No caso do Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação – CERTICS, a implementação da metodologia é realizada por meio de uma rede de entidades certificadoras que interagem diretamente com as empresas do setor em coordenação com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.

Para o projeto de incentivo ao empreendedorismo de base tecnológica – StartUp Brasil – é mobilizada uma equipe especializada, incluindo servidores da SEPIN, consultores e mentores especializados, para tratar dos assuntos de interesse dos participantes dos projetos, parceiros e empreendedores.

No projeto de capacitação em TI – Brasil Mais TI – as demandas por informação e a divulgação das atividades ocorrem diretamente com a Secretaria ou por meio dos colaboradores do projeto.

No que se refere ao tema de governança da internet, a SEPIN tem bastante contato com a sociedade civil organizada, além de acadêmicos e empresários com atuação no setor, tendo em vista que todos esses setores estão representados no Comitê Gestor da Internet.

Ademais, a equipe da SEPIN, quando requerida, mantém interlocução com o público em geral, seja pelo contato direto (por e-mail, telefone ou pessoalmente), seja por meio das ouvidorias do MCTI e de outros órgãos públicos.

### 4.1 Canais de acesso do cidadão

O Cidadão tem acesso às informações através dos meios oficiais adotados no âmbito do MCTI, tais como Protocolo Central para recebimento e encaminhamento das demandas da sociedade e ainda o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC disponível através do sistema e-SIC (<http://www.acessoinformacao.gov.br/>). O Cidadão pode acessar informações das ações da SEPIN através do Diário Oficial da União, Boletim de Serviços Interno do MCTI, endereço na internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI ([www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br)) e através do endereço na internet da SEPIN ([www.mct.gov.br/sepim](http://www.mct.gov.br/sepim)).

### 4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

**Não se aplica.** A SEPIN não possui Carta de Serviços ao Cidadão

### 4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

**Não se aplica.** A SEPIN não realiza atendimento direto aos cidadãos-usuários ou clientes de produtos e/ou serviços.

#### 4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A SEPIN realiza a divulgação de seus atos administrativos, programas e iniciativas por meio do Diário Oficial da União, Boletim de Serviços Interno do MCTI , endereço na internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI ([www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br)) e através do endereço na internet da SEPIN ([www.mcti.gov.br/sepim](http://www.mcti.gov.br/sepim)).

#### 4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

**Não se aplica.**

## **5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos

**Não se Aplica.** A SEPIN não realiza procedimentos para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos, uma vez que essas ações são realizadas de forma centralizada pela Coordenação de Contabilidade e Programação, vinculada a administração central do MCTI (SEXEC).

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

**Não se aplica.**

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015

PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMATICA

EMISSÃO 29/03/2016

PÁGINA 1

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DESPESAS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>			<b>Despesas Orçamentárias</b>			
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	3.290.000,00	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	3.290.000,00	-
Educação	-	-	Educação	-	-	-
Segurança Social (Exceção RGPS)	-	-	Segurança Social (Exceção RGPS)	-	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-	-
(*) Deduções da Receita Orçamentária	-	-				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>12.272.712,90</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	-	<b>12.334.387,32</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	6.789.625,04	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	11.421.426,00	-
Cota Recebida	5.813.625,00	-	Cota Concedida	-	7.800,00	-
Repasse Recebido	955.000,04	-	Repasse Concedido	-	11.413.626,00	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	5.504.086,86	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	912.961,32	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.504.086,86	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	905.000,04	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	7.961,28	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-	-
<b>Recabimentos Extraorçamentários</b>	<b>2.119.711,69</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	<b>3.489.780,00</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	763.507,53	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.259.831,59	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	3.489.780,00	-
Outros Recabimentos Extraorçamentários	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	96.372,57	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-	-
			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-	-

*(Handwritten signature)*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 29/03/2016 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMATICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	96.372,97	-	-	-
Varição Cambial	-	-	-	-
Valores para Compensação	-	-	-	-
Valores em Trânsito	-	-	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-
Demais Recebimentos	-	-	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>5.628.606,96</b>	-	<b>896.894,13</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.628.606,96	-	896.894,13	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.021.031,45</b>	<b>-</b>	<b>20.021.031,45</b>	<b>-</b>

*Elina Yuriko Takemura*  
Coord. Contab e Proq. Financeira  
CPF: 210.645.591-67 (RCDJ - 00666/0-1)  
COCF/CGO/F/S/POA/IMCTI







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29/03/2016 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
Bens Imóveis	-	-	-	-
Bens Móveis	-	-	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Intangível</b>	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
<b>Diferido</b>	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada	-	-	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.194.488,13</b>	<b>16.026.450,86</b>	<b>11.194.488,13</b>	<b>16.026.450,86</b>

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>896.894,13</b>	<b>9.228.606,86</b>	<b>7.742.634,19</b>	<b>12.728.386,86</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>10.297.604,00</b>	<b>6.797.844,00</b>	<b>-</b>	<b>-3.499.750,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.451.853,94</b>	<b>6.797.844,00</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>10.034.401,35</b>	<b>3.600.000,00</b>	<b>120.806,86</b>	<b>28.606,86</b>
Exercício dos Atos Potenciais Ativos	10.034.401,35	3.600.000,00	120.806,86	28.606,86
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	10.034.401,35	3.600.000,00	120.806,86	28.606,86
Direitos Contratuals a Executar	-	-	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.034.401,35</b>	<b>3.600.000,00</b>	<b>120.806,86</b>	<b>28.606,86</b>






MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA	2015	Anual
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	EMISSÃO	PÁGINA
		29/03/2016	3
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-6.134.161,35
Recursos Vinculados		-711.588,71
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-711.588,71
TOTAL		-6.845.750,06

  
Elina Yukko TakanaKa  
Coord. Contab. e Progr. Financeira  
CPF: 210.645.351-07 (RND) - 00666/0-1  
COFC/CGOF/SPOA/MCTI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	29/02/2016	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015	2014
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>18.097.932,33</b>	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Inerência das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>88.411,29</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obrigados	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	88.411,29	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>12.272.712,90</b>	-
Transferências Intergovernamentais	12.272.712,90	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Serviços Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Passos Fiscais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>5.728.846,86</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Destituição de Passivos	5.728.846,86	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>7.961,28</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	7.961,28	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

*ad*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015

PERÍODO Anual

EMISSÃO 29/03/2016

PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL	
-----------------------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		7.961,28	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>23.683.850,80</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>30.168,41</b>	-
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		30.168,41	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Oditos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>14.334.387,32</b>	-
Transferências Intergovernamentais		12.334.387,32	-
Transferências Intergovernamentais		2.000.000,00	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>9.319.285,07</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		57.19.285,07	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DENONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ORÇAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCICIO	2015	PERIODO	Anual
EMISSAO	29/03/2016	PAGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	3.600.000,00	-
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERIODO</b>	<b>-5.585.918,47</b>	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

*Eliana Yuriko Takemura*  
Coord. Contab. e Progr. Financeira  
CPF: 210.545.551-87 (RG/Df: 406656/0-1)  
COCF/CGOF/SPOA/MCTI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29/03/2016 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Receitas Tributárias</b>				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
<b>Receitas de Contribuições</b>				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
<b>Receta Patrimonial</b>				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receta de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receta do Cassio de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
<b>Receitas Agropecuárias</b>				
Receta da Produção Vegetal				
Receta da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
<b>Receitas Industriais</b>				
Receta da Indústria Extrativa Mineral				
Receta da Indústria de Transformação				
Receta da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
<b>Receitas de Serviços</b>				
<b>Transferências Correntes</b>				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Passivos				
Transferências de Comércio				
Transferências para o Combate à Fome				
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receta da Dívida Ativa				
Recetas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RPPS				
Receitas Correntes Diversas				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29/03/2016 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ORGA SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		RECEITA		SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiadm.	-	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-	-
Mobilização	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-	-
Mobilização	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-
		3.290.000,00			3.290.000,00
		3.290.000,00			3.290.000,00





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015

PERÍODO Anual

EMISSÃO 29/03/2015

PÁGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	3.290.000,00	2.030.168,41	1.266.660,88	-3.290.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	3.290.000,00	2.030.168,41	1.266.660,88	-3.290.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	3.290.000,00	2.030.168,41	1.266.660,88	-3.290.000,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	3.290.000,00	2.030.168,41	1.266.660,88	-3.290.000,00
<b>TOTAL</b>	-	-	3.290.000,00	2.030.168,41	1.266.660,88	-3.290.000,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADAS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	3.499.760,00	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS


DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TOPOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Annual
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA	EMISSÃO	29/03/2016	PÁGINA	4
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-

  
**Eliana Yukie Takemura**  
 Coord. Contab. e Progr. Financeira  
 CPF: 210.645.551-87 (RGDF - 606666/0-1)  
 COFC/GOF/SPOA/MCTI





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29/03/2019 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
ORÇAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Recetas Derivadas e Originárias</b>		
Receta Tributária	-4.731.722,73	-
Receta de Contribuições	-	-
Receta Patrimonial	-	-
Receta Agropecuária	-	-
Receta Industrial	-	-
Receta de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Recetas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		
Inter governamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	12.369.085,47	-
Ingressos Extracramentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	12.272.712,90	-
Arrecadação de Outra Unidade	96.372,57	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOWEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-17.100.808,20	-
Legislativo	-15.541,88	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

*[Handwritten signature]*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29/03/2016 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	2015	2014
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMÁTICA		
ORÇAO SUPERIOR	2400 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO		
Cultura			
Direitos da Cidadania			
Urbanismo			
Habituação			
Saneamento			
Gestão Ambiental			
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária			
Indústria			
Comércio e Serviços			
Comunicações			
Energia			
Transporte			
Desporto e Lazer			
Encargos Especiais			
(+/-) Outros Bancários não Sacados - Cartão de Pagamento			
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas			
Intergovernamentais			
A Estados e/ou Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Concedidas			
Outros Desembolsos das Operações			
Despêndios Extraorçamentários			
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			
Pagamento de Passivos Recebidos			
Transferências Financeiras Concedidas			
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior			
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade			
Variação Cambial			
Valores Compensados			
Valores em Trânsito			
Ajuste Acumulado de Conversão			
Demais Pagamentos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			

*val*




**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
29032016 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA		
ORÇAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO		
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento de Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-4.731.722,73	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	5.628.606,86	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	896.884,13	-


  
**Eliana Yuriko Takemura**  
Coord. Contab. e Progr. Financeira  
CPF: 210.645.551-67 (RUBR - 00665/0-1)  
COCF/CGOF/SPOA/MCTI



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**  
**Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças**  
**Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira**

Subitem 7.6 da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
<b>Secretaria de Política de Informática - SEPIN</b>			<b>240116</b>
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete, auditores contábeis (CONDESAUD) e na conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Política de Informática - SEPIN, <b>EXCETO</b> no tocante à restrição registrada na conformidade contábil do mês de dezembro, apresentada na Unidade Gestora Executora 240116-SEPIN, conforme abaixo:</p> <p>a) Restrição Contábil 767 – Termo de Cooperação a Comprovar - data expirada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília, DF</b>	<b>Data</b>	<b>29/01/2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Eliana Yukiko Takenaka</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-006666/O-1</b>





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração**  
**Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças**  
**Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira**

**Subitem 7.5 do Anexo Único da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015**

7.5 – Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora da conta e de suas subunidades:

- a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;
- b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;
- c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

- Transação BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;

1

- Transação CONDESAUD – consulta desequilíbrio de equação de auditor: permite identificar as inconsistências detectadas pelas equações cadastradas nos sistemas, em função de lançamentos ou saldos nas contas e itens de demonstrativo;
- Transação CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação CONDEMCON – consulta inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

No âmbito Secretaria de Política de Informação – SEPIN – Unidade Gestora executora no SIAFI nº 240116, demonstro abaixo, o quantitativo de restrições registradas durante o exercício de 2015:

UG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
240116 SEPIN	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	17

Justificativa: Durante o exercício a unidade apresentou ocorrência de ressalva recorrente por Termo de Execução Descentralizada – TED a comprovar com data expirada, contudo a unidade têm envidado todos os esforços junto às áreas técnicas responsáveis pela execução para a adequada regularização das pendências dos 10 (dez) termos firmados.

Brasília, DF., 29 de janeiro de 2016.




---

Eliana Yukiko Takenaka  
CRC/DF – 006666/O-1

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 Gestão de pessoas

#### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

##### Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>44</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		44	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		41	1	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Empregados Públicos</b>		<b>5</b>	<b>2</b>	
<b>5. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>49</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 12/15

##### Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>		<b>44</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		<b>44</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		41
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		
<b>4. Empregados Públicos</b>		<b>5</b>
<b>5. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>49</b>

#### Detalhamento de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

##### Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SEPIN

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>		15	4	5

1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		15	4	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14	3	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1	1	2
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2.2.6. Empregados Públicos				
<b>2. Funções Gratificadas</b>		6		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		<b>21</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 12/15



6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal  
Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**Custos do Pessoal da UPC**

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previd			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2015									
	2014									
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>										
Exercícios	2015	2.419.327,08		1.889.294,28	113.357,52		7.980,00			
	2014	2.247.905,04		1.787.098,92	109.466,16		32,370,48			
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>										
Exercícios	2015	578.314,08				27.266,66				
	2014	952.166,76				37.200,00				
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>										
Exercícios	2015									
	2014									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2015									
	2014									
<b>Servidores com contrato temporário</b>										
Exercícios	2015									
	2014									
<b>Empregados Públicos</b>										
Exercícios	2015	177.156,60								
	2014	88.920,00								

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 12/15

### 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

#### 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A SEPIN não possui contratação direta de pessoal de apoio, os serviços de apoio da Secretária como Secretárias, Copeiragem e Limpeza são vinculados à administração direta do MCTI (SEEXEC)

#### Quadro– Composição do Quadro de Estagiários

SETOR	NÍVEL	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre		Total de estagiários	Valor Total
		Quantidade	Total	Quantidade	Total	Quantidade	Total	Quantidade	Total		
SEPIN	Superior	0	0,00	1	17,33	0	0,00	0	0,00	1	17,33
	Medio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1</b>	<b>17,33</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1</b>	<b>17,33</b>

SEPIN						
1º TRIMESTRE						
JANEIRO						
sem estagiários no 1º trimestre						
2º TRIMESTRE						
ABRIL						
<b>Superior</b>						
Estagiário	C.P.F	Bolsa-auxilio	Auxílio-Transporte	Recesso	Total	
João Ricardo Estevam da Silva	134.387.367-30	537,33	252,00		789,33	
<b>Total</b>		<b>537,33</b>	<b>252,00</b>	<b>0,00</b>	<b>789,33</b>	
MAIO						
<b>Superior</b>						
Estagiário	C.P.F	Bolsa-auxilio	Auxílio-Transporte	Recesso	Total	
João Ricardo Estevam da Silva	134.387.367-30	-520,00	-252,00		-772,00	
<b>Total</b>		<b>-520,00</b>	<b>-252,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-772,00</b>	
sem estagiários em junho						
<b>TOTAL DO 2º TRIMESTRE</b>						
01 estagiário de nível superior R\$					<b>17,33</b>	
SEPIN - 2015						
	<b>Superior</b>	<b>total</b>				
1º trimestre	0					
2º Trimestre	1	17,33				
3º Trimestre						
4º Trimestre	0					
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>17,33</b>				
3º TRIMESTRE						
SEM ESTAGIARIOS NO 3º TRIMESTRE						
3º TRIMESTRE						
SEM ESTAGIARIOS NO 4º TRIMESTRE						

#### 6.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve contratação de consultores no ano do Relatório de Gestão

### 6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

#### 6.2.1 Gestão da frota de veículos

Não se aplica. A SEPIN não possui frota de veículos.

#### 6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais

Não se aplica.

#### 6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não se aplica. A SEPIN não possui domínio sobre patrimônio imobiliário da União.

#### 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Não se aplica. A SEPIN não realizou cessão de espaços físicos e imóveis

#### 6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não se aplica.

### **6.3 Gestão da tecnologia da informação**

Não se aplica.

### **6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

Não se aplica

#### 6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Não se aplica

### **6.5 Gestão de fundos e de programas**

Não se Aplica

#### 6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas e não Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.436/2013-6	3.695/2013	9.4.1 a 9.4.4	Relatório de Levantamento de Auditoria	
2	013.747/2013-4	458/2014	9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6	Auditoria Operacional	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Descrição da Deliberação – Itens 9.4.1 a 9.4.4					
“9.4.1. racionalize a utilização de sua força de trabalho, atribuindo importância à realização de fiscalizações contábeis e financeiras sobre os projetos de investimento das empresas beneficiárias nos temas albergados pelas legislações específicas (P&D nos termos das Leis 8.248/1991 e 11.484/2007), com a finalidade de confirmar a adequação e a fidedignidade dos valores dos custos declarados dos projetos;”					
“9.4.2. normatize a metodologia e implemente a apresentação de relatórios demonstrativos simplificados, previstos no art. 33, § 2o, do Decreto 5.906/2006, como maneira de desafogar a utilização da força de trabalho na análise de RDs, e viabilizar maior capacidade fiscalizatória em relação aos custos dos projetos de investimento em P&D;”					
“9.4.3. “adote exigências de comprovação de custos incorridos com recursos humanos no âmbito de projetos de investimento realizados em contrapartida às Leis 8.248/1991 e 11.484/2007, adotando, preferencialmente, as informações apresentadas pelas empresas beneficiárias ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; e”					
“9.4.4. adote processo administrativo formal, com folhas sequencialmente numeradas e demais requisitos legais, para juntada de pareceres técnicos de análise dos RDs dos diversos anos-base de cada empresa, de sorte a minimizar o risco de perdas, erros ou fraude documental, em homenagem aos princípios da legalidade e da segurança jurídica.”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Síntese das providências adotadas – Itens 9.4.1 a 9.4.4					
9.4.1. A contratação dos Serviços Técnicos Especializados junto ao Centro de Pesquisa Renato Archer – CTI –RA contribuirá para o atendimento dessa Recomendação.					
9.4.2. A utilização do Relatório Demonstrativo Simplificado está prevista para ser implementada com a operacionalização do Projeto AQUARIUS. Cabe ressaltar que para o ano base 2013, no exercício de 2014, mesmo utilizando o sistema SIGPLANI, essa opção foi disponibilizada as empresas beneficiárias.					
9.4.3. O Acordo de Cooperação do MCTI com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para consulta à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, quando da análise dos RDs, está em processo de assinaturas dos Ministros das pastas.					
9.4.4. Trata-se de prática de processo administrativo adotada pela SEPIN, embora possa haver casos isolados ou de processos antigos em que tal providência não tenha sido tomada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Publicação das Portarias: Portarias MCTI n <sup>os</sup> 863, de 19/08/2014 e 1325, de 28/11/2014.					

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
<p><b>Positivos:</b></p> <p>- Comprometimento e engajamento da Alta Administração do MCTI na automação dos processos inerentes à gestão da Lei de Informática conduzida pela SEPIN, considerados processos críticos e incluídos no desenvolvimento da Plataforma Aquarius.</p> <p><b>Negativos:</b></p> <p>- As mudanças na alta administração do MCTI prejudicaram o cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos Módulos PARDA e PACI da Plataforma Aquarius.</p>
<b>Descrição da Deliberação – Itens 9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6</b>
9.2.1. designe servidores para comporem a Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC), de forma que as atividades dessa câmara sejam contínuas e capazes de atender a demanda de concessão de benefícios da Lei de Informática e ao prazo estabelecido no Decreto 5.906/2006 (art. 18, <b>caput</b> );
9.2.2. aperfeiçoe o processo de análise dos RDA, de forma que a atuação da Sepin seja racionalizada e se torne mais tempestiva e eficaz, considerando, para isso, além da utilização de relatório simplificado, outras ações, como, por exemplo, a análise dos relatórios por amostragem, calcada na utilização de critérios formais, a automatização das etapas dos processos e a avaliação qualitativa das atividades de P&D;
9.2.3. aprimore o conjunto de indicadores utilizados para monitorar os resultados dos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Lei de Informática (Lei 8.248/1991), em compatibilidade com os objetivos pretendidos, considerando, para tanto, as orientações do guia metodológico de indicadores de programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
9.2.4. proponha ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati) estrutura de governança mínima a ser adotada pelos institutos de pesquisa para garantir a sua independência, impedindo que possam ser alocados exclusivamente a uma empresa ou a um grupo de empresas, evitando-se o risco de se tornarem mera extensão de seus departamentos de engenharia;
9.2.5. estabeleça, para cada projeto conveniado, formulário de avaliação a ser preenchido pela empresa contratante, de modo a contribuir na identificação dos projetos de sucesso, bem como na futura identificação dos institutos de pesquisa e universidade mais experientes e possivelmente aptos a executar projetos em cada área de aplicação;
9.2.6. defina critérios para identificar e categorizar os institutos de pesquisa e universidades de acordo com o seu desempenho na execução de projetos, de modo a orientar as empresas no processo de escolha dos institutos de pesquisa, avaliando a conveniência de divulgar publicamente essas informações;
9.2.7. divulgue em seu sítio eletrônico informações públicas sobre as empresas e os convênios celebrados, a exemplo das seguintes informações:
9.2.7.1. quantidade de convênios;
9.2.7.2. valores dos convênios;
9.2.7.3. renúncia fiscal concedida;
9.2.7.4. outras informações sobre o uso dos recursos, a exemplo de indicadores de P&D e de produção industrial;
9.4. recomendar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, em observância ao princípio da eficiência (Constituição Federal, art. 37, <b>caput</b> ), promovam a efetiva continuidade das atividades da Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC), de forma que sejam capazes de atender a demanda de concessão de benefícios da Lei de Informática.
9.5. recomendar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que, em obediência ao princípio constitucional da eficiência:
9.5.1. aprimorem o processo de concessão dos benefícios da Lei de Informática no sentido de torná-lo mais ágil, atentando para a necessidade de automatizar suas etapas, dando maior eficácia à lei, considerando, para isso, evitar a duplicidade nas análises dos mesmos processos e a inclusão de trâmite rápido para produtos correlatos já analisados previamente, além de avaliar a efetividade da habilitação provisória instituída pelo Decreto nº 8.072/2013;
9.5.2. utilizem metodologia para formulação e planejamento de políticas públicas, de modo a aprimorar as etapas de monitoramento e de avaliação da política pública disposta na Lei nº 8.248/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 5.906/2006 (Lei de Informática), utilizando para tanto ferramentas tais como o modelo lógico de programa;
9.5.3. definam um conjunto de indicadores para monitorar os resultados fabris dos processo produtivos básicos da Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), compatíveis com os objetivos pretendidos, considerando, para tanto, as orientações do guia metodológico de indicadores de programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
9.5.4. elaborem estudos técnicos sobre a cadeia de valor dos bens incentivados, de modo a tornar as suas políticas públicas mais eficientes, monitorando as etapas técnica e economicamente viáveis, e, portanto, considerando-as prioritárias em seus instrumentos de incentivo e fomento;

9.5.5. elaborem estudos sobre a possibilidade de incluir como indicador o valor de transformação industrial (VTI) ou outro que represente o valor agregado da indústria nacional, procurando tratar de forma diferenciada as empresas que executam as etapas mais nobres da cadeia de valor dos bens incentivados;	
9.5.6. elaborem estudos sobre a possibilidade de incluir como indicadores os resultados da balança comercial dos produtos incentivados, por código NCM, monitorando comportamentos e tendências, de modo a acompanhar o desempenho da indústria;	
9.5.7. elaborem estudos sobre a possibilidade de os benefícios concedidos serem uma função objetiva da agregação de valor apresentada pelas empresas para seus produtos;	
9.5.8. elaborem estudos sobre a possibilidade de tratar entre os instrumentos disponíveis na Lei de Informática as empresas que realizam as etapas mais nobres da cadeia de valor dos produtos incentivados, mas optaram, por razões econômicas, por realizar as etapas de produção final do bens incentivados no exterior;	
9.5.9. ao realizarem alterações nos processos produtivos básicos, procurem fazê-las de forma a considerar o monitoramento da política pública, estabelecendo, sempre que possível, os indicadores necessários e suficientes para acompanhá-los, considerando os objetivos almejados pelas alterações;	
9.5.10. definam, sempre que possível, metas para os indicadores estabelecidos;	
9.5.11. estabeleçam, em conjunto, caso considerem pertinente a permanência de uma política pública para substituir a atual Lei de Informática, grupo de estudo para debater alternativas disponíveis a fim de aperfeiçoar o atual regramento da Lei de Informática e subsidiar a eventual proposta de renovação a ser apresentada;	
9.5.12. produzam relatório próprio de análise sempre que houver contratação de avaliação externa da Lei de Informática, encaminhando ao CATI as suas considerações, e considerando essas conclusões para proposição de ajustes na política pública;	
9.6. recomendar ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI) que:	
9.6.1. avalie a possibilidade de estabelecer diretrizes e controles internos de adoção obrigatória pelos institutos de pesquisa credenciados para receber projetos da Lei de Informática, de modo a mitigar o risco de que eles sejam utilizados como extensão dos departamentos de engenharia das empresas beneficiadas;	
<b>Providências Adotadas</b>	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT	2058
<b>Síntese das providências adotadas – Itens 9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6</b>	
9.2.1. A CTI-PC já tem servidores indicados, como titulares e suplentes, representantes da SEPIN/MCTI, SDP/MDIC e RFB/MF.	
9.2.2. A utilização do Relatório Demonstrativo Simplificado está prevista para ser implementada com a operacionalização do Projeto AQUARIUS. Cabe ressaltar que para o ano base 2013, no exercício de 2014, mesmo utilizando o sistema SIGPLANI, essa opção foi disponibilizada as empresas beneficiárias.	
9.2.3. Há necessidade de contratação de Estudo Técnico para subsidiar a proposição de novos indicadores para aprimorar a avaliação dos resultados monitorar os resultados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Lei de Informática (Lei 8.248/1991).	
9.2.4. A SEPIN/MCTI promoveu em 2014 Seminários com as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e Incubadoras, objetivando colher subsídios para incorporar na revisão das Resoluções nºs 13 e 18/2005.	
9.2.5. Reavaliando essa recomendação, a SEPIN/MCTI, entendeu que sua implementação exigirá a disponibilidade de um sistema informatizado em função da quantidade de projetos (da ordem de 3.000 por ano).	
9.2.6. Essa Recomendação será submetida à avaliação do CATI.	
9.2.7. A SEPIN/MCTI está ampliando a quantidade de informações a serem divulgadas, referentes aos RDs do ano base de 2013.	
9.4. Desde 2013 foi ampliado o número de reuniões da CTI-PC por meio do mecanismo de reuniões não presenciais, visando a atender a crescente demanda de pleitos e vem se reunindo semanalmente.	
9.5.1. O Módulo PACI da Plataforma Aquarius, prevê a eliminação de processo físico e automatização de etapas do parecer técnico e da portaria interministerial.	
9.5.2. Reitera-se a necessidade de contratar estudo para fins de prover a SEPIN/MCTI de metodologia apropriada para apoio às etapas de monitoração e avaliação da Lei de Informática.	
9.5.3. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.4. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.5. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.6. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.7. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.8. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.9. A SEPIN/MCTI submeterá a proposta para discussão com o setor produtivo.	

9.5.10. Idem ao item 9.5.9.
9.5.11. Os incentivos previstos na Lei no 8.248/91 (Lei de Informática) foram prorrogados até 2029, pela Lei 13.023/2014.
9.5.12. Essa recomendação será considerada em futuras avaliações externas contratadas pela SEPIN.
9.6. Idem ao item 9.2.4.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
- Realização dos Seminários mencionados no item 9.2.4. - Aumento da frequência de realização de reuniões da CTI-PC, conforme mencionado item 9.4.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
<b>Positivos:</b> - Empenho da SEPIN em promover os seminários mencionados no item 9.2.4.
<b>Negativos:</b> - A falta de recursos financeiros para a contratação dos estudos recomendados pelo TCU; - O atraso no cronograma de implantação dos Módulos PACI e PARDA do Sistema Aquarius.

## 7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

### Resumo das Recomendações do Órgão de Controle interno

<b>UNIDADE GESTORA</b>	
<b>240116 - SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMATICA</b>	<b>QTD.</b>
<b>Recomendações Atendidas</b>	3
<b>Recomendações Canceladas</b>	3
<b>Recomendações Em Monitoramento</b>	51
<b>Recomendações Em Outras Situações</b>	1
<b>Recomendações Em Monitoramento e Em Análise CGU</b>	51
<b>Recomendações Em Monitoramento e Aguardando Providências do Gestor</b>	0
<b>Recomendações Em Monitoramento, Aguardando Providências do Gestor e no Prazo</b>	0
<b>Recomendações Em Monitoramento, Aguardando Providências do Gestor e com Prazo Expirado</b>	0

Fonte: Sistema Monitor CGU – Março/2016

Plano de Providências Permanente – CGU – Posição em março/2016

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE POLITICA DE INFORMATICA									
Dados da Recomendação			Dados Atuais						
ID	Data de Envio	Texto	Situação Atual	Data da Última Manifestação Gestor	Última Manifestação Gestor	Data do Último Posicionamento CGU	Tipo Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU	Pendência
34848	12/01/2012	Que, ao realizar despesas e descentralizações orçamentárias, a SEPIN utilize as fontes orçamentárias, os programas e as ações especificamente relacionados a tais objetos, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	Monitorando	09/03/2016	SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO ATÉ 30/6/2016.	17/12/2015	Reiteração	Em decorrência do decurso de prazo e a ausência de manifestação do gestor, reitera-se esta recomendação para que o gestor apresente evidências de que as rotinas informadas no Manual de Rotina de Projetos da SEPIN tenham sido formalmente comunicadas às partes interessadas desses macroprocessos, bem como de que ao menos a atribuição formal da responsabilidade pelo seu monitoramento tenha sido realizada.	Em análise pela CGU
34849	12/01/2012	Que a SEPIN implemente mecanismo de controle com a finalidade de certificar qual a alocação orçamentária mais adequada para cada uma de suas	Monitorando	09/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	17/12/2015	Reiteração	Considerando que não foram encaminhadas pelo gestor evidências que demonstrem a efetiva comunicação e a	Em análise pela CGU



		despesas.					implementação de mecanismos de monitoração para os controles informados anteriormente, entende-se necessário reiterar a recomendação.		
483 31	16/10 /2012		Monitor ando	09/03/2016	<p>A SEPIN está avaliando a conveniência e a melhor forma de estabelecer um processo para, semestralmente, dar ciência do passivo ao Ministro, com os seguintes aspectos a serem apontados:</p> <p>1 - Total de renúncia tributária gerida pela SEPIN com risco de ser usufruída sem contrapartida (Renúncia sem análise?)</p> <p>2 - Total de RDAs pendentes de análise</p> <p>3 - Total de contrapartida ainda sem análise</p>	17/12/20 15	Reiteração	<p>Considerando que o gestor não apresentou manifestação em relação ao texto recente da recomendação, qual seja "Implementar controle interno, com base no art. 14, incisos I e II, da Portaria MCTI nº 756, de 03 de outubro de 2006, que garanta o assessoramento ao menos semestral do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação quanto ao total de RDs sem análise, quanto ao total de renúncia tributária gerida pela SEPIN com risco de ter sido usufruída sem contrapartida, quanto ao total da contrapartida ainda carente de análise por essa Secretaria, quanto aos potenciais impactos da decadência do prazo para constituição de eventuais</p>	Em análise pela CGU

					<p>4 - Total de análises no período.</p> <p>5 - Ações para redução de risco, com respectivas dificuldades.</p> <p>Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.</p>			créditos tributários relacionados aos RDs sem análise e ações em andamento da Unidade para redução desses riscos, com suas respectivas dificuldades." entende-se necessário reiterar a recomendação.	
483 32	16/10 /2012	Que sejam capacitados servidores da SEPIN para que possam obter dados do sistema SIAFI, com o objetivo de apresentar as informações de forma adequada, no Relatório de Gestão.	Monitorando	22/02/2016	ENVIANDO CERTIFICADOS DE CAPACITAÇÃO EM CURSOS DE SIAFI E AFINS. DATA 22/02/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou evidências que comprovem a participação dos servidores informados nos treinamentos listados relevantes à recomendação em questão reitera-se essa recomendação.	Em análise pela CGU
725 72	16/10 /2012	Que seja estabelecido e adotado pela SEPIN um procedimento de revisão dos dados apresentados no Relatório de Gestão dos próximos exercícios, evitando a deficiência nas informações prestadas.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	17/12/2015	Reiteração	Considerando que não foram apresentadas manifestações pelo gestor de que tenham sido implementados mecanismos de controle que garantam a revisão do Relatório de Gestão da SEPIN, entende-se	Em análise pela CGU

								pela necessidade de reiteração da recomendação.	
725 73	16/10 /2012	Que sejam implementados indicadores de gestão, a exemplo daqueles apresentados no item 6 do planejamento estratégico da SEPIN (painel de gestão), caso aplicáveis, independente da implementação de outros sistemas de informação para monitoração da gestão.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a publicação do planejamento estratégico, bem como de atas de reunião de avaliação dos indicadores estratégicos, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
725 74	16/10 /2012	Que sejam formuladas diretrizes para a operacionalização e o monitoramento das transferências voluntárias sob responsabilidade da SEPIN.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que até o momento não foram encaminhadas evidências de comunicação às partes interessadas bem como de monitoramento dos mecanismos de controle interno informados pela SEPIN, entende-se pela reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
725 75	16/10 /2012	Que sejam implementados mecanismos de controle de prazos e de avaliação das transferências	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que não foram encaminhadas evidências de sua comunicação às partes interessadas bem como não foram encaminhadas evidências de monitoramento dos	Em análise pela CGU

								mecanismos de controle informados pela SEPIN, entende-se pela reiteração da recomendação.	
725 76	16/10 /2012	Que sejam elaboradas e implantadas rotinas de controle, com as devidas atribuições de responsabilidades, para a detecção e a prevenção de riscos na gestão dos Programas e Ações de Governo sob responsabilidade da SEPIN.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que não foram encaminhadas manifestações pelo gestor que atestem que a comunicação e a monitoração dos mecanismos descritos no Manual de Rotinas dos Projetos da SEPIN estejam funcionando, entende-se pela reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
725 77	16/10 /2012	Que seja refinado o Planejamento Estratégico da SEPIN para contemplar as atividades de detecção e análise de riscos na gestão dos Programas e Ações de Governo.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não apresentou evidências de que se tenha elaborado um "modelo de gestão de Riscos", entende-se pela reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
725 78	16/10 /2012		Monitorando	10/03/2016	A SEPIN irá Organizar Seminário para levantamento dos riscos das atividades operacionais, táticas e estratégicas. PRAZO 30/06/2016	18/12/2015	Reiteração	Considerando que não foram apresentadas pelo gestor manifestações em relação a avaliação da oportunidade e conveniência de implementar controles internos que garantam a gestão de riscos no	Em análise pela CGU

								âmbito das atividades estratégicas, táticas e operacionais realizadas pela SEPIN/MCTI, entende-se por necessário reiterar a recomendação.	
725 79	16/10 /2012		Monitor ando	22/02/2016	A SEPIN publicou em Setembro/2015, em seu site ( <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html</a> ) o Planejamento Estratégico período 2015-2019, contemplando análise de riscos. No mês de Fevereiro/2016 será realizado um Seminário Interno, para Monitoramento e Avaliação dos resultados do Planejamento Estratégico. Prazo 31/03/2016.	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação sobre a conveniência e oportunidade de implementar controles internos que garantam a integração entre os planejamentos estratégicos da SEPIN/MCTI e sua gestão de riscos, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
726 65	16/10 /2012	Que seja estabelecido um procedimento para a revisão dos dados apresentados pela SEPIN nos Relatórios de Gestão dos próximos exercícios, com definição dos responsáveis pela execução desse procedimento.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação informando a equipe formalmente responsável pela revisão do Relatório de Gestão, entende-se necessário a	Em análise pela CGU

								reiteração da recomendação.	
726 67	16/10 /2012	Que a SEPIN defina uma forma mais abrangente de evidenciação dos resultados das Ações de Governo sob sua responsabilidade, com a finalidade de fazer constar, nos Relatórios de Gestão dos próximos exercícios, uma análise contextualizada do que foi executado em cada Ação de Governo, abrangendo os benefícios, a relevância e a aderência dessas atividades ao planejamento anual da unidade.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que informe o ingresso na SEPIN/MCTI de novos servidores bem como suas atribuições, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
726 68	16/10 /2012	Que seja estabelecido um procedimento para revisão dos dados apresentados pela SEPIN nos Relatórios de Gestão dos próximos exercícios, com definição dos responsáveis pela execução desse procedimento.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate o estabelecimento de um procedimento visando a revisão dos dados apresentados pela SEPIN/MCTI no Relatório de Gestão, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 557	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de modelar o processo de gestão de riscos estabelecendo papéis específicos para os analistas da	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate as medidas adotadas para implementar uma gestão	Em análise pela CGU

		CGGTI/SPOA/MCTI, particularmente nas atividades de identificação e tratamento de riscos.						de riscos no âmbito da SEPIN/MCTI, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	
137 558	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir formalmente a responsabilidade pela gestão dos riscos oriundos dos dados coletados junto a beneficiárias da Lei de Informática a servidor que tenha o poder decisório necessário para efetivamente planejar, coordenar e controlar as atividades de estabelecimento de contexto, avaliação de riscos e tratamento de riscos, conforme ABNT NBR ISO 31000:2009, entre as diferentes áreas da SEPIN/MCTI relacionadas à Lei de Informática.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a elaboração de regramento para tratar a gestão de riscos no âmbito da Lei de Informática, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 559	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de revisar o processo de análise dos RDAs para incluir validações dos dados fornecidos pelas beneficiadas da Lei de Informática junto a fontes externas independentes, cujos dados sejam reconhecidamente confiáveis.	Monitorando	22/02/2016	Foi firmado e publicado no DOU de 29/04/2015, seção 3, página 8, acordo de cooperação técnica entre o MTE e o MCTI para que seja disponibilizado acesso à RAIS.  Em 28/04/2015 foi encaminhado um ofício ao MTE e foi estabelecido um canal de comunicação entre	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a concessão de acesso aos dados da RAIS, bem como de consultar a RFB quanto a possibilidade de confirmar informações das empresas habilitadas prestadas nos RDAs, entende-se necessário reiterar a recomendação.	Em análise pela CGU

os dois Ministérios para a validação desses dados, quando necessário.

Ainda se trabalha na operacionalização do processo, uma vez que os dados informados da Lei de Informática estão em campos texto, o que dificulta a sistematização da consulta.

A RFB participa atualmente de toda a fase de concessão de incentivo da Lei de Informática, tem acesso aos RDAs e aos Parceres Técnicos emitidos pela SEPIN.

Adicionalmente, estão sendo realizados contatos com a RFB para o estabelecimento de um procedimento de validação dos dados dos RDAs junto às suas bases de dados.



137 560	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar o estabelecimento de contexto do processo de gestão de riscos da SEPIN/MCTI definindo metas e objetivos a serem atingidos, responsabilidades pelo processo, escopo dos riscos analisados, metodologia de avaliação de riscos, mensuração do desempenho e da eficácia na gestão desses riscos, decisões de alto nível a serem tomadas, critérios para tratamento de riscos.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou a Matriz de Riscos mencionada e que não foi informado à CGU os eventos com risco máximo, nem as primeiras medidas que estão em elaboração para mitigá-los, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 561	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de definir requisitos de segurança da informação e comunicações para os dados e as informações dos RDAs e seus respectivos contêineres.	Monitorando	22/02/2016	"Firmou-se entendimento de que os RDAs enquadram-se no Art. 22 da LAI, não sendo, portanto, classificáveis. Ademais, por se tratar de informações de propriedade das empresas, e não do MCTI, tais dados não podem ser objeto de divulgação.  Apesar do sigilo, não há impedimento para a divulgação de dados consolidados. Anualmente é publicado pelo MCTI um documento com	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate definição dos requisitos de segurança da informações e comunicações para os dados e informações dos RDA's, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

				<p>as informações consolidadas, tais como o total de obrigações, projetos, profissionais de P&amp;D, convênios, entre outros.</p> <p>Os relatórios estatísticos anuais são publicados no sítio do MCTI:</p> <p><a href="http://sigplani.mct.gov.br">http://sigplani.mct.gov.br</a></p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

137 562	25/07 /2014	Adaptar os sistemas automatizados utilizados para a gestão dos dados sigilosos presentes nos RDAs geridos pelo MCTI para atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 38 do Decreto nº 7.845, de 14/11/2012.	Monitor ando	22/02/2016	<p>"A Portaria MCTI 70, de 21/10/2015, revoga a Portaria nº 3, de 28 de março de 2012, da Secretaria-Executiva do MCTI, que estabelecia a Plataforma Aquarius como estrutura global de informação do Ministério.</p> <p>A CGTI está avaliando ainda a possibilidade de absorver os módulos PARDA e PACI.</p> <p>Quanto à segurança da informação, o projeto AvalRDA estabeleceu uma Política de Segurança (POSIC), de 06/03/2015, publicada no Boletim do CTI e encaminhada à SEPIN/MCTI (Próton 00000.014730/2015). Também foram estabelecidos mecanismos para a</p>	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a conclusão do desenvolvimento dos módulos PARDA e PACI do Sistema Aquários, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
------------	----------------	--	-----------------	------------	---	----------------	------------	---	---------------------

			<p>troca de informações de maneira segura.</p> <p>Foi realizada uma apresentação ao Coordenador da CGTI, para conhecimento.</p> <p>Foi encaminhado Ofício 40/2014-SEPIN/CGTE, de 21/08/2014, à CGTI deste Ministério, reforçando as necessidades de segurança dos sistemas de informação com dados sensíveis, o que foi ratificado pelo Ofício 1/2015-SEPIN/CGTE, de 08/01/2015.</p> <p>Foi encaminhado Ofício 38/2014-SEPIN/CGTE, de 13/08/2014, à CGTI, apontando as necessidades de</p>			
--	--	--	--	--	--	--

					adaptação do sistema SigPlani identificadas pela CGU."				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

137 563	25/07 /2014	<p>Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir um valor objetivo, qualitativo ou quantitativo, numa escala formalmente aprovada pela Alta Direção do MCTI aos dados e às informações coletadas nos RDAs.</p>	Monitor ando	22/02/2016	<p>"Firmou-se entendimento de que os RDAs enquadram-se no Art. 22 da LAI, não sendo, portanto, classificáveis. Ademais, por se tratar de informações de propriedade das empresas, e não do MCTI, tais dados não podem ser objeto de divulgação.</p> <p>Apesar do sigilo, não há impedimento para a divulgação de dados consolidados. Anualmente é publicado pelo MCTI um documento com as informações consolidadas, tais como o total de obrigações, projetos, profissionais de P&amp;D, convênios, entre outros.</p> <p>Os relatórios estatísticos anuais são publicados no sítio do MCTI: <a href="http://sigplani.mct.gov.br">http://sigplani.mct.gov.br</a></p>	28/12/20 15	Reiteração	<p>Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.</p>	Em análise pela CGU
------------	----------------	--	-----------------	------------	---	----------------	------------	--	------------------------

					v.br"				
137 564	25/07 /2014	Marcar os documentos que contenham informações e dados sigilosos relacionados à gestão dos RDAs, nos termos do art. 23 Decreto nº 7.845, de 14/11/2012.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a marcação dos documentos que contenham informações e dados sigilosos relacionados à gestão dos RDAs, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 565	25/07 /2014	Promover a divulgação em local de fácil acesso das informações não sigilosas presentes nos RDAs recebidos pela SEPIN/MCTI, incluindo a disponibilização desses dados e informações na Internet, possibilitando o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina e as demais diretrizes apresentadas no § 3o do art. 8º da	Monitorando	22/02/2016	"Firmou-se entendimento de que os RDAs enquadram-se no Art. 22 da LAI, não sendo, portanto, classificáveis. Ademais, por se tratar de informações de propriedade das empresas, e não do MCTI, tais dados não podem ser objeto de	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a publicação em local de fácil acesso das informações não sigilosas presentes nos RDAs, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

	Lei nº 12.527, de 18/11/2011.		divulgação.  Apesar do sigilo, não há impedimento para a divulgação de dados consolidados. Anualmente é publicado pelo MCTI um documento com as informações consolidadas, tais como o total de obrigações, projetos, profissionais de P&D, convênios, entre outros.  Os relatórios estatísticos anuais são publicados no sítio do MCTI:  <a href="http://sigplani.mct.gov.br">http://sigplani.mct.gov.br</a>			
--	-------------------------------	--	---	--	--	--



137 566	25/07 /2014	Formalizar as decisões de classificação dos dados e das informações presentes nos RDAs em Termos de Classificação da Informação, conforme art. 31 do Decreto nº 7.724, de 16/05/2012.	Monitor ando	22/02/2016	<p>"Firmou-se entendimento de que os RDAs enquadram-se no Art. 22 da LAI, não sendo, portanto, classificáveis. Ademais, por se tratar de informações de propriedade das empresas, e não do MCTI, tais dados não podem ser objeto de divulgação.</p> <p>Apesar do sigilo, não há impedimento para a divulgação de dados consolidados. Anualmente é publicado pelo MCTI um documento com as informações consolidadas, tais como o total de obrigações, projetos, profissionais de P&amp;D, convênios, entre outros.</p> <p>Os relatórios estatísticos anuais são publicados no sítio do MCTI: <a href="http://sigplani.mct.gov.br">http://sigplani.mct.gov.br</a></p>	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a formalização da decisão de classificar dados e informações constantes nos RDAs, conforme Decreto nº 7.724/2012, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
------------	----------------	---	-----------------	------------	---	----------------	------------	--	------------------------

					v.br"				
137 567	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de identificar formalmente os proprietários e os custodiantes, nos termos da Norma Complementar nº 10 do DSIC/GSI/PR, de 30/01/2010, pelos dados e informações fornecidas pelas beneficiadas pela Lei de Informática em seus Relatórios Demonstrativos Anuais (RDAs).	Monitorando	10/12/2014	A SEPIN avaliará em conformidade com o fluo dos documentos dentro do MCTI a oportunidade de identificar formalmente os proprietários e os custodiantes dos processos sob sua gestão.  Prazo solicitado: dezembro de 2015.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a identificação formal dos proprietários e os custodiantes, nos termos da Norma Complementar nº 10 do DSIC/GSI/PR, de 30/01/2010, pelos dados e informações fornecidas pelas beneficiadas pela Lei de Informática em seus Relatórios Demonstrativos Anuais (RDAs), entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Para providências do Gestor
137 568	25/07 /2014	Sanar as desconformidades do SIGPLANI quanto às diretrizes presentes no Decreto nº 7.845, art 38, e na Instrução Normativa nº 03 GSI/PR, caso ele continue em	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate o saneamento das desconformidades do	Em análise pela CGU

		utilização.						SIGPLANI quanto às diretrizes presentes no Decreto nº 7.845, art 38, e na Instrução Normativa nº 03 GSI/PR, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	
137 569	25/07 /2014	Sanar as desconformidades da Plataforma Aquarius quanto às diretrizes presentes no Decreto nº 7.845, art 38, e na Instrução Normativa nº 03 GSI/PR, no que for referente a informações e transações relacionadas com a Lei de Informática.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate a adoção de medidas efetivas para sanar as desconformidades da Plataforma Aquarius quanto às diretrizes presentes no Decreto nº 7.845, art 38, e na Instrução Normativa nº 03 GSI/PR, no que for referente a informações e transações relacionadas com a Lei de Informática, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 570	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de envolver a Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI ao longo do ciclo de desenvolvimento e manutenção de soluções computacionais adquiridas pela SEPIN/MCTI, particularmente quanto à elaboração e à validação de	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/20 15	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que relate o envolvimento formal da Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI ao longo do ciclo de desenvolvimento e manutenção de soluções	Em análise pela CGU

		requisitos, design, codificação, testes e implantação.						computacionais adquiridas pela SEPIN/MCTI, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	
137 571	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir responsabilidade pela gestão dos riscos oriundos ao acúmulo de RDAs na SEPIN/MCTI a colaborador com poder decisório necessário para viabilizar os recursos indispensáveis a esse processo.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 572	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de realizar uma avaliação de riscos formal sobre o acúmulo de RDAs de alta materialidade na SEPIN/MCTI, incluindo a identificação de seus impactos negativos sobre os objetivos estratégicos, processos e atividades dessa Secretaria, comunicando-os formalmente a sua Alta Direção.	Monitorando	10/03/2016	"A SEPIN elabora, trimestralmente, Relatórios de Balanço da Análise dos RDAs, que é encaminhado à CGU pelo Secretário de Política de Informática.  O documento contém as principais ocorrências do período, o volume de análise de RDAs e o planejamento para os próximos 3	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não apresentou manifestação que informe os níveis atuais de riscos do estoque atual de RDAs de alta materialidade, bem como de medidas adotadas para gerenciar e minimizar tais riscos, entende-se necessário que seja reiterada a recomendação.	Em análise pela CGU

					trimestres.  A SEPIN está avaliando a possibilidade de implementar uma avaliação de riscos, com identificação dos impactos sobre s objetivos estratégicos, processos e atividades dessa Secretaria, e com comunicação formal à alta direção"  Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.				
137 573	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de tratar os riscos identificados nessa avaliação formal de riscos, estabelecendo controles internos que garantam a maximização do custo/benefício na análise dos RDAs acumulados.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providencias adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

137 574	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de solicitar formalmente ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos do MCTI estudo sobre as deficiências quantitativas e qualitativas de pessoal na SEPIN/MCTI, detalhando de forma clara os principais impactos negativos que podem ocorrer sobre essa Secretaria caso a situação não seja resolvida de forma satisfatória.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 575	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de, a partir do estudo realizado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCTI sobre a deficiência de pessoal na SEPIN/MCTI, realizar gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o recebimento de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI's) e junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o recebimento de Analistas de Comércio Exterior (ACE's) objetivando a análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais (RDA's) oriundos dos beneficiários da Lei de Informática.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

137 576	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de atribuir formalmente a responsabilidade pela revisão periódica desse estudo, de modo a cada nova revisão, um novo ciclo de comunicação às partes interessadas relevantes possa ser realizado.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 577	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de publicar e divulgar formalmente esse estudo realizado com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCTI às partes interessadas relevantes, como o Ministro e o Secretário-Executivo do MCTI.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	18/12/2015	Reiteração	Considerando que o gestor não encaminhou manifestação que evidencie a publicação do estudo realizado com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MCTI às partes interessadas relevantes, como o Ministro e o Secretário-Executivo do MCTI, entende-se necessário a reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 578	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de publicar e divulgar formalmente o plano estratégico da SEPIN/MCTI a todo o MCTI, em particular às partes interessadas relevantes para o alcance de seus objetivos estratégicos, como o Ministro do MCTI, o Secretário-Executivo, o Coordenador-Geral de Recursos	Monitorando	10/03/2016	A SEPIN publicou em Setembro/2015, em seu site ( <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html</a> ) o Planejamento Estratégico período	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da	Em análise pela CGU

		Humanos e o Coordenador-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação.			2015-2019, atualizado com o Painel de Indicadores. No mês de Fevereiro/2016 será realizado um Seminário Interno, para Monitoramento e Avaliação dos resultados e indicadores do Planejamento Estratégico.  Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.			recomendação.	
137 579	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de submeter os processos de credenciamento de instituições e centros de pesquisa pelo CATI à avaliação prévia da Consultoria Jurídica desse Ministério.	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providencias adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 580	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar controles internos que permitam auditar anualmente o relacionamento entre as beneficiárias da Lei de Informática e instituições e centros de pesquisa	Monitor ando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providencias adotadas pela unidade para o atendimento da	Em análise pela CGU



		credenciados, identificando possíveis irregularidades relacionadas à Política Nacional de Informática.						recomendação entendese pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	
137 581	25/07 /2014	Solicitar à Consultoria Jurídica desse Ministério a elaboração de estudo sobre a legalidade do caso em questão, tomando as medidas necessárias para o emprego adequado de contrapartidas mal aplicadas pela beneficiária da Lei de Informática.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entendese pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 582	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de priorizar pela materialidade do usufruto de renúncia fiscal, na ausência de outros critérios formalmente aprovados pela SEPIN/MCTI, a análise dos RDAs em estoque na SEPIN/MCTI.	Monitorando	10/03/2016	O projeto AvalRDA, Serviço Técnico Especializado contratado junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI-RA, priorizará a análise dos RDAs pelos critérios de antiguidade e de materialidade, entre outros.  Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entendese pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

137 583	25/07 /2014	Realizar inspeções e auditorias nas instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI avaliando o cumprimento por essas organizações dos dispositivos presentes no Decreto nº 5.906, de 26/09/2006, incluindo entre os itens a ser avaliados a manutenção das condições mínimas de habilitação presentes no art. 27 desse Normativo.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 584	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de propor ao CATI a alteração de seu Regimento Interno para explicitar as obrigações de controle já impostas pelo legislador, entre as quais aquelas existentes no art. 13 do Decreto-Lei 200, de 25/02/1967.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 585	25/07 /2014	Envolver a Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI nas atividades a serem realizadas ao longo do ciclo de desenvolvimento da Plataforma Aquarius, atendendo ao disposto no art. 56, incisos II e VII, do anexo da Portaria MCTI nº 758, de 03/10/2006. Esse envolvimento deve compreender, dentre outros, o levantamento e a análise dos requisitos, bem como a verificação	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

		e a validação desses requisitos e do sistema entregue.							
137 586	25/07 /2014	Submeter o plano de gerenciamento do escopo e o plano de gerenciamento da qualidade do projeto da Plataforma Aquarius à Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI para que ela possa exercer a competência prevista no art. 56, incisos II e VII, da Portaria MCTI nº 758, de 03/10/2006.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 587	25/07 /2014	Submeter à Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI os incrementos do sistema e seus respectivos requisitos já validados pela SEPIN/MCTI para a identificação de oportunidades de melhoria por essa Coordenação em relação à Plataforma Aquarius.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

137 588	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de submeter à Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI demanda visando a realização de estudo, a partir das especificações já elaboradas da Plataforma Aquarius, de como incluir métodos de aprendizagem de máquina nesse sistema, ou em algum outro a interoperar com este, para automatizar pelo menos parte da análise hoje realizada sobre os Relatórios Demonstrativos Anuais (RDAs) entregues anualmente à SEPIN/MCTI.	Monitorando	10/03/2016	"A Portaria MCTI 70, de 21/10/2015, revoga a Portaria nº 3, de 28 de março de 2012, da Secretaria-Executiva do MCTI, que estabelecia a Plataforma Aquarius como estrutura global de informação do Ministério.  Atualmente, a CGTI avalia a possibilidade de absorção do desenvolvimento dos módulos PARDA e PACI."  Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 589	25/07 /2014	Implementar controles internos que garantam que nenhuma demanda de recursos de tecnologia da informação seja realizada sem prévio envolvimento da Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI.	Monitorando	10/03/2016	Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/2015	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU

137 590	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de publicar formalmente o Plano Estratégico da SEPIN/MCTI e os seus demais instrumentos acessórios, como o registro de partes interessadas relevantes. Avaliar a conveniência e a oportunidade de disponibilizar esses planejamentos na intranet do Ministério.	Monitor ando	10/03/2016	A SEPIN publicou em Setembro/2015, em seu site ( <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html</a> ) o Planejamento Estratégico período 2015-2019, atualizado com o Painel de Indicadores. No mês de Fevereiro/2016 será realizado um Seminário Interno, para Monitoramento e Avaliação dos resultados e indicadores do Planejamento Estratégico. Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.	Em análise pela CGU
137 591	25/07 /2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar controles internos que garantam a realização periódica anual de Revisões de Avaliação da Estratégia, envolvendo o máximo possível de partes interessadas relevantes.	Monitor ando	10/03/2016	A SEPIN publicou em Setembro/2015, em seu site ( <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html</a> ) o Planejamento	28/12/20 15	Reiteração	Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providências adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de	Em análise pela CGU

				<p>Estratégico período 2015-2019, atualizado com o Painel de Indicadores. No mês de Fevereiro/2016 será realizado um Seminário Interno, para Monitoramento e Avaliação dos resultados e indicadores do Planejamento Estratégico.</p> <p>Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.</p>			nova reiteração da recomendação.		
137 592	25/07 /2014	<p>Avaliar a conveniência e a oportunidade de formalizar junto com cada Plano Estratégico da SEPIN/MCTI um registro de partes interessadas relevantes para cada objetivo estratégico incluído nesse Instrumento, as quais não se limitam aos colaboradores lotados nessa Secretaria.</p>	Monitor ando	10/03/2016	<p>A SEPIN publicou em Setembro/2015, em seu site (<a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html</a>) o Planejamento Estratégico período 2015-2019, atualizado com o Painel de Indicadores. No mês de Fevereiro/2016 será realizado um Seminário Interno,</p>	28/12/20 15	Reiteração	<p>Em virtude da ausência de encaminhamento pela SEPIN/MCTI de informações sobre providencias adotadas pela unidade para o atendimento da recomendação entende-se pela necessidade de nova reiteração da recomendação.</p>	Em análise pela CGU

				<p>para Monitoramento e Avaliação dos resultados e indicadores do Planejamento Estratégico.</p> <p>Solicitação de prorrogação de prazo para 30/06/2016.</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

### 7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não se aplica. Nenhum dano ao Erário apurado no âmbito da UPC.

### 7.4 Demonstrações da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Não se aplica. A SEPIN não possui obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

### 7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não se aplica. A SEPIN não possui contratos nesta situação.

### 7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A SEPIN realiza a divulgação de seus atos administrativos, programas e iniciativas por meio do Diário Oficial da União, Boletim de Serviços Interno do MCTI, endereço na internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI ([www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br)) e através do endereço na internet da SEPIN ([www.mct.gov.br/sepim](http://www.mct.gov.br/sepim)). Essas iniciativas não acarretam custos diretos a SEPIN tendo em vista que os contratos são firmados em nível de Administração Geral do MCTI.

## **8. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

Desde 2001, com publicação da Lei nº 10.176/2001 que a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), ocorreu um aumento contínuo e expressivo das atribuições/competências da SEPIN. Citamos por exemplo, a aprovação do regime de incentivos para o setor de semicondutores e TV digital (Lei nº 11.484/2007), regulamentação do poder de compra para bens de informática e automação nas compras públicas (Decretos nºs 7.174/2010 e 7.903/2013), o que não foi acompanhado com a adequada reestruturação do Órgão frente às novas realidades. Tais solicitações e pedidos já foram expostos em diversos relatórios de acompanhamento realizados pelo Tribunal.

No entendimento da UJ, uma contribuição oportuna do TCU poderia se dar ao enfatizar em suas auditorias um destaque a resultados ou casos de sucesso que podem ser compilados diretamente junto às instituições credenciadas que receberam recursos nas diversas regiões, assim como o impacto dos investimentos regionais; e que podem mesmo, contribuir para uma avaliação do nível de eficácia do mecanismo de incentivo adotado para o setor de TIC, comparativamente a outras políticas de renúncia federal direcionadas ao diversos setores econômicos e grau de impacto no ecossistema de P&D comparativamente a outros instrumentos, sendo oportuno ressaltar que se trata de uma política pública complexa, direcionada a um setor produtivo extremamente inovador, dinâmico, exigindo articulações com múltiplos atores.

Neste sentido, há uma expectativa de que o expressivo acúmulo de informações pelo TCU quanto aos regimes de incentivos sob gestão da SEPIN, em mais de uma década de acompanhamento sistemático, possibilite ao Tribunal não apenas apontar medidas corretivas ou oportunidades para o seu aperfeiçoamento, quanto mesmo, entender e apoiar os órgãos governamentais responsáveis por sua execução, uma vez que os resultados da política pública não são restritos apenas à atuação da SEPIN e que conforme exhaustivamente demonstrado em resposta a diversos acórdãos, as falhas apuradas refletem crônicas restrições operacionais e por vezes,



limitações em instrumentos legais (cujo equacionamento, em alguns casos irá requerer mudanças a cargo do Legislativo).

Novamente acrescentamos que a avaliação da SEPIN deveria levar em conta os indicadores e resultados concretos da evolução do setor de TIC no Brasil (considerando os limites da Lei de Informática, que não contempla, por exemplo, mecanismos para reverter o déficit da balança comercial do setor), inclusive realizando estudos comparativos com resultados produzidos em outros regimes de renúncias tributárias federais sob gestão de outros Órgãos. Vale ressaltar que a efetividade e a importância dessa política pública -- particularmente como instrumento indutor de atividades de P&D no setor produtivo -- tem sido reconhecida em publicações de instituições públicas, como o BNDES; além de recentes trabalhos acadêmicos e em depoimentos de representantes do setor produtivo e das instituições de ensino e pesquisa.

Não obstante essas considerações anteriormente apresentadas, gostaríamos de frisar que as recomendações do Tribunal estão sendo consideradas para não apenas aperfeiçoar a gestão operacional da Lei, mas também como contribuições para o aperfeiçoamento da legislação, o que contribui para o debate nacional sobre os impactos dos incentivos fiscais nas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Adicionalmente, gostaríamos de destacar a importância para o Brasil de políticas públicas para o setor de TICs, não apenas a Lei de Informática, mas também as iniciativas mais recentes, tais como o TI Maior ou mesmo o Startup Brasil, que têm apresentado resultados positivos para apoiar o empreendedorismo no setor de TIC, com grande visibilidade nacional e internacional.

# **ANEXO I**

**2015**

**Anexo Especial sobre Gestão de  
Políticas de Renúncias de Receitas (AGRE)  
Lei nº 8.248/91 – Lei de Informática**

**Secretaria de Política  
de Informática  
(Sepin/MCTI)**

---

---

## INTRODUÇÃO

O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC constitui no mundo atual o setor mais dinâmico da economia caracterizando-se como propulsor do desenvolvimento econômico e social. Representa, portanto, uma grande oportunidade para países emergentes, que a exemplo do Brasil construíram uma base produtiva diversificada e estruturaram um conjunto de instituições de pesquisa e desenvolvimento, buscarem a inserção nessa nova economia.

Em muitos países, atualmente, as TICs estão sendo incorporadas às suas estratégias, como poderoso instrumento para impulsionar o desenvolvimento social e econômico; para auxiliar na superação de gargalos de infraestrutura; e bem como, para fortalecer a modernização e eficiência da gestão pública.

A Lei nº 8.248/91 (Lei de Informática), se constitui há mais de 20 anos no principal instrumento de estímulo ao setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, tanto no que se refere à realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, quanto na competitividade do setor produtivo.

Com a prorrogação de seus instrumentos até 2029, pela Lei nº 13.023/2014, afastou-se o risco de descontinuidade dessa política que tem apresentado resultados positivos na manutenção da base industrial, na geração de empregos qualificados e no fortalecimento das Instituições de Pesquisa que executam atividades de P&D em Tecnologia da Informação e Comunicação.

Essa política tem dado segurança aos investidores, sem distinção de origem do capital, e garante um fluxo permanente de investimentos em P&D. A Lei nº 8.248/91, Lei de Informática, proporciona a desoneração fiscal do IPI para as empresas que investirem em atividade de P&D.

Em 2015 o setor alcançou a marca de 625 empresas habilitadas à fruição desses incentivos, com faturamento da ordem de R\$ 96 Bilhões, gerando 130.00 empregados, dos quais 1/3 com Nível Superior, e investimentos anuais de R\$ 2,0 Bilhões (com uma obrigação de R\$ 1,5 Bilhões) em atividades de P&D.

Dos resultados mais importantes da Lei, destaca-se o estabelecimento no País de empresas com tecnologia nacional, atuando nos setores de automação industrial e comercial, de telecomunicações e equipamentos médico-hospitalares; bem como a implantação de centros privados de Pesquisa e Desenvolvimento em tecnologia da informação, tendo alguns destes alcançando projeção internacional.

# ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

## 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) e da(s) política(s) pública(s) de renúncia de receitas sob sua gestão

**Quadro 1 – Identificação da UJ e políticas de renúncias de receitas geridas**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Política de Informática			
Denominação Abreviada: SEPIN/MCTI			
Código SIORG: 2058	Código LOA: 240101	Código SIAFI: 240116	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			CNPJ: -----
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: Ver IBGE
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7855	(061) 2033-7900	(061 ) 2033-7532
Endereço Eletrônico: sepin@mcti.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.mcti.gov.br/sepin">http://www.mcti.gov.br/sepin</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP 70063-900, Brasília-DF			
Políticas Públicas de Renúncia de Receitas sob gestão da UJ			
Nome	Lei(s)	Decreto(s)	Subunidade responsável
Lei de Informática	8.248/1991*	5.906/2006	CGTE
PADIS	11.484/2007**	6.233/2007	CGME
PATVD	11.484/2007	6.234/2007	CGME

\* Alterada pelas Leis nºs 10.176/2001, 11.077/2004 e 13.023/2014.

\*\* Alterada pelas Leis nºs 13.159/2015 13.169/2015.

**Nota:** Os Regimes PADIS e PATVD (Lei nº 11.484/2007) não serão objeto de detalhamento nesse relatório, pois os montantes da renúncia auferida, comparativamente ao da Lei de Informática, são pouco significativos. Entretanto, faram parte do AGRE do ano de 2016.

### Identidade funcional

**Quadro 2 – Identificação dos gestores de políticas de renúncias de receitas geridas**

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão	Vínculo com o serviço público federal*
Secretário de Política de Informática	Virgilio Augusto Fernandes Almeida	130.465.196-72	01/2015 a 10/2015	estatutário efetivo
	Manoel Augusto Cardoso da Fonseca	206.519.450-20	11/2015 a 12/2015	estatutário efetivo
Diretor do Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação (DETIC)	Luanna Sant'Anna Roncaratti	962.337.961-72	01/2015 a 09/2015	estatutário efetivo
Coordenador-Geral de Microeletrônica (CGME/DETIC)	Henrique de Oliveira Miguel	224.751.091-49	01/2015 a 12/2015	estatutário efetivo
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação (CGTE/DETIC)	Adalberto Afonso Barbosa	363.011.407-53	01/2015 a 12/2015	estatutário efetivo
Chefe da Divisão de Acompanhamento e Avaliação (DAAV/CGTE/DETIC)	Karina Domingues Bressan Vidal	801.894.156-49	01/2015 a 12/2015	estatutário efetivo
Chefe da Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento (DIPD/CGTE/DETIC)	Marcelo Souto Maior Monteiro	248.210.148-40	01/2015 a 12/2015	estatutário efetivo

---

## ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### **2.1. Ambiente de atuação da unidade**

#### **a) caracterização e comportamento do mercado de atuação:**

O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC constitui no mundo atual o setor mais dinâmico da economia caracterizando-se como propulsor do desenvolvimento econômico e social. Representa, portanto, uma grande oportunidade para países emergentes, que a exemplo do Brasil construíram uma base produtiva diversificada e estruturaram um conjunto de instituições de pesquisa e desenvolvimento, buscarem a inserção nessa nova economia.

Em muitos países, atualmente, as TICs estão sendo incorporadas às suas estratégias, como poderoso instrumento para impulsionar o desenvolvimento social e econômico; para auxiliar na superação de gargalos de infraestrutura; e bem como, para fortalecer a modernização e eficiência da gestão pública.

O Brasil tem condições de adotar estratégia semelhante, mas deve fazê-lo estimulando o desenvolvimento de tecnologias próprias, que mesmo sendo desenvolvidas para superar desafios locais criem oportunidades para o setor empresarial em escala global, como aconteceu no setor aeronáutico.

No ano de 2015 o mercado brasileiro de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC foi abalado pela crise econômica, que pela primeira vez, desde 1994, experimentou redução nos volumes de produção e de faturamento nos segmentos de microinformática e telefonia celular (de 36% e de 27%, na comparação 2015/2014, respectivamente).

Mesmo com a conjuntura adversa no ano de 2015 o setor alcançou a marca de 625 empresas habilitadas à fruição desses incentivos, mantendo a geração de empregos acima de 100.000 postos de trabalho, com investimentos anuais de R\$ 2,0 Bilhões (com uma obrigação de R\$ 1,5 Bilhões) em atividades de P&D.

No tocante à capacitação tecnológica alguns centros de pesquisa e desenvolvimento já demonstram grande evolução considerando os projetos executados, tais como, por exemplo: projetos de circuitos integrados para dispositivos móveis (LSI-TEC e Instituto Eldorado), desenvolvimento de equipamentos para a área educacional e para o agronegócio (Fundação CERTI) e aplicativos para telefonia celular (Instituto Cesar). Além do mais, há centros que vem desenvolvendo atividades de cooperação com instituições de exterior de comprovada competência, como é o caso da Fundação CERTI com o Instituto FRAUNHOFER, da Alemanha.

#### **b) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:**

1 – Ameaças: a principal ameaça à política de incentivos para o setor brasileiro de TIC advém do plano externo, decorrente de pleito formulado em 2014 pela União Europeia (UE), junto à Organização Mundial de Comércio – OMC, para a abertura de um Painel em que a UE alega que a legislação brasileira de incentivos para esse setor fere regras da OMC.

2 – Oportunidades: realização de encomendas tecnológicas no contexto do poder de compras do Governo, Grandes Programas Nacionais (Pré-sal, Energia, Saúde, Defesa, Logística, dentre outros.)

- Ainda no contexto da atual legislação que prevê o emprego do poder de compras entre os mecanismos de apoio ao desenvolvimento do setor, uma oportunidade a ser explorada concerne à realização de encomendas tecnológicas com foco na criação local de competências e fortalecimento da capacitação

tecnológica nas linhas de pesquisa prioritárias definidas pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, Resolução CATI nº 01, de 7 de dezembro de 2015.

- E por fim, o aprimoramento de mecanismos como os Programas Prioritários e a implementação do Programa de Apoio ao Setor de Tecnologia da Informação – PADSTI, poderão viabilizar a realização de ações e projetos estruturantes sob governança direta do MCTI e coordenação operacional da SEPIN.

c) informações sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

- A SEPIN realiza frequentemente encontros e reuniões de trabalho com as empresas incentivadas, entidades de classe do setor, instituições de P&D e Órgãos de Governo; e disponibiliza via Internet roteiros, formulários, legislação relacionada e informações setoriais coletadas por meio dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs, nos seguintes endereços eletrônicos:

- <http://sigplani.mct.gov.br/#>;

- <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73431.html>

- <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/723.html?execview=>

d) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

O setor de equipamentos de tecnologia da Informação e comunicação no Brasil apresentou uma redução de 19,0%, no faturamento das empresas, comparativamente no ano de 2015 em relação ao ano de 2014.

Diversos fatores contribuíram para esse cenário de redução acentuada, dentre os quais podemos destacar:

- Alta do Dólar Americano (US\$) em relação Real (R\$), cerca de 40,% se comparada à cotação do ano de 2015 em relação ao ano de 2014, que refletiu diretamente na elevação dos preços dos bens finais;
- A inflação no ano de 2015 foi da ordem de 10,0%; e
- Aumento do desemprego em relação ao ano de 2014.

Várias medidas para mitigar essa situação poderiam ser adotadas, tais como:

- Intensificar a formulação e assinaturas de Acordos de Negociação de Margens de Preferência com Países com indústria de TIC em desenvolvimento e dependente de importações para atender sua demanda;
- Fortalecer o mecanismo de compras públicas, com foco em segmentos que demandam grandes volumes, como é o caso da saúde e educação;
- Promoção de Marcas nacionais explorando os casos de produtos de sucesso no mercado interno nos segmentos de automação industrial, comercial e bancária.

e) principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

- A pressão internacional sobre esse modelo de incentivos às atividades de P&D, principalmente vindo da União Europeia e do Japão, poderão exigir alterações significativas na legislação;
- A manutenção do modelo atual de incentivos ao P&D é prevista até 2029, conforme a Lei nº 13.023/2014, que também estende os incentivos para a produção de bens de TIC no Polo Industrial de Manaus/AM;

## **2.2. Planejamento Estratégico**

Apresentar planejamento estratégico da UJ para gestão da(s) política(s) pública(s) de renúncia de receitas. No caso de inexistência de planejamento estratégico específico para o tema, demonstrar como a(s) política(s) se inserem no planejamento estratégico da unidade ou do ministério. Informar a validade temporal do planejamento estratégico.

Durante o ano de 2015 (do mês de janeiro ao mês de agosto) a SEPIN desenvolveu, em parceria com a ENAP, seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2019, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los. O Planejamento Estratégico da SEPIN pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico:

[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento\\_Estrategico\\_da\\_SEPIN.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html)

A seguir apresentamos tabela destacando os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e as Metas para o ano de 2015, estabelecidos no Planejamento Estratégico da SEPIN.

<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Metas</b>
Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo.	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI;	Crescimento de 2,0%/ano, com uma base R\$ 1,50 Bilhão (2015).
	Exportações de bens de TIC com tecnologia nacional (Portaria 950)	Expansão do montante com exportações, de US\$ 30,0 milhões (2015) para US\$ 40,0 milhões.
Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.	Investimentos em P&D pela LI em Instituições credenciadas pelo CATI	Ampliar o volume recursos anuais, de R\$ 740 milhões (2015) para R\$ 790 milhões
Disponibilizar Bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas.	Bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas nos segmentos de energia e automação industrial	Crescimento da disponibilidade, de 20 e 22 soluções nacionais, em energia e automação industrial, respectivamente, para um patamar de 25 em ambos os segmentos.
Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil	De: 85, para: >= 100.
	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	De: 20, para: >= 25
	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI (valor acumulado)	De: 200 mil (2014), para: 300 mil
	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	De: R\$ 100 milhões (2014), para: R\$ 200 milhões
	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	Ampliação, de uma base de 700, para 770 (engenheiros especializados no projeto de circuitos integrados).

**Missão:** Promover o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação para fortalecer o Brasil na economia digital e na sociedade do conhecimento.

**Visão de Futuro:** Ser referência internacional em políticas públicas de TIC, contribuindo para que o Brasil seja uma das economias mais competitivas e inovadoras.

### **Recomendações Estratégicas**

A SEPIN, com base em estudos setoriais, informações obtidas nos relacionamentos institucionais, e mesmo, experiência de seu corpo técnico, identificou no seu Planejamento Estratégico um conjunto de Recomendações que, na sua avaliação, caso concretizadas, podem impactar positivamente o ecossistema nacional de C,T& I em TIC.

Neste sentido, como ações para fortalecer a capacidade local de inovação e desenvolvimento, a SEPIN/MCTI recomenda:



- Viabilizar o acesso de empresas nacionais aos regimes alfandegários diferenciados, com vistas a aumentar suas competitividades;
- Criar regime especial, aos moldes do PADIS, direcionado para empresas que desenvolvam tecnologia do setor de TIC no País;
- Gerar encomendas tecnológicas, com recursos do PADSTI, nos Centros de Excelência de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC;
- Propor instrução normativa ou portaria, que discipline as condições para fruição conjunta dos incentivos da Lei de Informática e da Lei do Bem, pela mesma empresa, gerando segurança jurídica para o setor industrial de TIC;
- Viabilizar no País rede temática de serviços tecnológicos com ênfase na implantação de laboratórios de referência para certificação de equipamentos, software e serviços associados tendo como referência padrões internacionais;
- Ampliar o escopo dos projetos desenvolvidos, no âmbito da contrapartida de aplicação em atividades de P&D em TIC, para incluir linhas de pesquisa em segurança cibernética, manufatura avançada e internet das coisas;
- Fomentar, no âmbito do Programa PNM (design), projetos de circuitos integrados com vistas a ampliar a competitividade dos bens desenvolvidos e produzidos no País.

### **2.3 Informações complementares**

*Gestões realizadas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal e outros) com o objetivo de aprimorar a operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da SEPIN.*

A Secretaria-Executiva do MCTI criou um Grupo de Trabalho, 2014, para propor normas e regulamentos para aprimorar a gestão das Políticas de Renúncia Tributária sob a gestão desta pasta, conforme recomendação objeto do Acórdão nº 3695/2013 – TCU – Plenário, com participação ativa da SEPIN.

Os trabalhos do GT foram desenvolvidos e concluídos no ano de 2015, com a elaboração de um Relatório de final de conclusão dos trabalhos, com proposta de aprimoramento da gestão das Políticas de Renúncia Tributária sob responsabilidade da SEPIN.

Em 2015 foi mantida conversação com representantes da Secretaria da Receita Federal com a vistas à implantação de mecanismo de consulta anual junto à base de dados daquela Secretaria, objetivando validação dos valores declarados nos RDAs.

*Principais conquistas obtidas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal e outros) em relação a medidas externas de apoio ao aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da SEPIN, decorrentes das gestões realizadas em exercícios anteriores.*

Foi firmado Acordo de Cooperação entre o MCTI e o MTE, por meio da SEPIN da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. A CGTE/SEPIN tem mantido conversação com a Receita Federal do Brasil, com vista a firmar acordo semelhante.

Ações junto à Secretaria-Executiva do MCTI visando o aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da SEPIN, tiveram continuidade em 2015, conforme a seguir:

- conclusão dos trabalhos do GT constituído pela Portaria SEXEC/MCTI nº 25, de 11 de novembro de 2014, para atender as determinações do Acórdão 3695/2013 – TCU/Plenário.

- apoio na continuidade do Contrato de Serviço Técnico junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI - RA), para fins de avaliação de Relatórios Demonstrativos Anuais da Lei de Informática (RDAs).

---

*Medidas concretas de atuação e envolvimento da alta direção (diretores, coordenadores e secretários) para a consecução de objetivos relacionados às políticas de renúncia de receitas, tais como: participação em grupos de trabalho, expedição de atos relacionados ao tema, realização de negociações com outras unidades e esferas de governo, resultados alcançados em suas gestões, entre outros.*

**I - Contratação de Serviço Técnico junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)**  
O MCTI contratou Serviço Técnico junto ao CTI para fins de avaliação de Relatórios Demonstrativos Anuais da Lei de Informática (RDA's), totalizando 2000 (dois mil) RDA's, com utilização de metodologia informatizada, em conformidade com o estabelecido na legislação que trata das atividades de P&D em Tecnologia da Informação e da adequação dos dispêndios, realizados para o cumprimento das obrigações, no âmbito da Lei nº 8.248/1991 e Decreto nº 5.906/2006.

A Portaria MCTI nº 863, de 19/08/2014 estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na análise dos relatórios demonstrativos anuais pelo CTI.

**II – Proposição de nova Estrutura Funcional para a SEPIN.**

Para fazer frente a todos os desafios e atribuições relacionados à gestão de uma política pública com a amplitude e o potencial da política para o setor brasileiro de TIC, a SEPIN/MCTI postula ser imprescindível que seja dotada de uma estrutura funcional compatível, que viabilize alcançar os objetivos e as recomendações propostos no Planejamento Estratégico.

A nova Estrutura Funcional é premissa essencial à melhoria da gestão da SEPIN e ainda contribuirá para promover:

- a) a mudança de uma cultura organizacional baseada em rotina operacional para uma baseada em eficiência operacional;
- b) uma estratégia de comunicação mais proativa junto à sociedade;
- c) uma atuação de caráter mais estratégico da SEPIN na condução de ações no contexto de uma futura Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – PDTN; e
- d) formular programas e ações cooperadas que permitam ao setor de TIC contribuir de forma efetiva com setores de caráter estratégico, como a defesa e a saúde.

Mesmo antes da conclusão de seu Planejamento Estratégico, a SEPIN vem fazendo gestões junto à Administração Superior do MCTI neste sentido, conforme denotado pelo Memorando nº 454/2011, de 30 de setembro de 2011, endereçado ao Exmo. Ministro da pasta de C,T&I.

---

## **ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

### **3.1. Objetivo Estratégico nº 1**

#### **a) Descrição**

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo</b>
<b>Responsável</b>	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTE/SEPIN
<b>Definição geral</b>	Esse objetivo almeja que seja ampliado o atendimento da demanda interna por bens inovadora, desenvolvidos no Brasil, e que sejam potencializadas as exportações e o surgimento de marcas nacionais globais.

## **Objetivo Estratégico nº 2**

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC</b>
<b>Responsável</b>	Coordenação Geral de Software e Serviços de TI – CGPC/SEPIN
<b>Definição geral</b>	
Esse objetivo almeja ampliar: - fortalecer a base de empresas com capacidade de desenvolvimento local (Programa Star Up) - oferta de Programas de Computador para o setor público; - a base produtiva do setor de microeletrônica; e - a oferta de profissionais capacitados em microeletrônica e em desenvolvimento de Software.	

## **Objetivo Estratégico nº 3**

<b>Nome do objetivo</b>	<b>Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.</b>
<b>Responsável</b>	Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI
<b>Definição geral</b>	
Esse objetivo pretende o desenvolvimento de ações que construam para ampliar a cooperação das empresas incentivadas com as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento credenciadas junto ao CATI. Para tanto, faz-se necessário a ampliação dos projetos em convênio, a operacionalização de programas como o PADSTI e aperfeiçoar o mecanismo de permuta de etapas do PPB por investimentos adicionais em P&D.	

### ***Relação entre objetivos e possíveis indicadores da Lei de Informática (TC 013.747/2013-4)***

<i>Descrição do objetivo</i>	<i>Indicadores</i>
Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo	Crescimento de bens com Tecnologia Nacional (Portaria MCTI 950)
	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI
	Exportações de bens de TIC com tecnologia nacional (Portaria 950)
Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil.
	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS.
	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI.
	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica.
	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil.
Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC	Investimentos em P&D pela Lei de Informática em Instituições credenciadas pelo CATI

### ***b) Análise***

1. O Planejamento Estratégico da SEPIN foi aprovado e publicado em agosto de 2015. Em decorrência das alterações administrativas ocorridas na SEPIN a partir de setembro de 2015 (saída do Diretor da SEPIN) e em novembro de 2015 (mudança do Secretário da SEPIN), a execução dos Objetivos Estratégicos previstos no plano foi postergada para 2016.
2. A principal restrição para implementação do PE da SEPIN tem sido a falta de recursos financeiros para desenvolver ações necessárias a execução do plano, como por exemplo: realizar reuniões do CATI ou promover oficinas de discussões com os diversos atores alcançados pela política TIC ( Governo, Academia e Setor Produtivo).

*c) Conclusão (Avaliação de resultados e impactos socioeconômicos da política a partir da análise dos indicadores)*

Conforme já ressaltado em outras oportunidades, a “**Avaliação de resultados e impactos socioeconômicos da política a partir da análise dos indicadores**” deve se respaldar em estudos técnicos elaborados por entidades com amplo conhecimento no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Particularmente seria importante que alguns desses estudos contemplassem o potencial dos Centros Privados de P&D, criados no âmbito da Lei de Informática; e também investigasse os impactos socioeconômicos em Municípios (por exemplo: Santa Rita do Sapucaí/MG, São Carlos/SP e Florianópolis/SC) onde a indústria de TIC é sabidamente desenvolvedora de bens com tecnologia desenvolvida no País, comparativamente ao seu impacto em Municípios onde predominam empresas apenas fabricantes.

***Principais desafios a serem enfrentados nos próximos exercícios.***

No âmbito da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTE/SEPIN os principais desafios e tarefas relativos à política de Informática para o quadriênio 2015-2018 concernem a: i) revisão do Decreto nº 5.906/2006, com ênfase no aperfeiçoamento dos dispositivos relativos às atividades de pesquisa e desenvolvimento, contrapartida à fruição dos incentivos; ii) reformulação da sistemática de análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs; e iii) aprimoramento dos regulamentos operacionais inerentes à gestão desta política.

No que se refere à reformulação da sistemática de análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs, trata-se de questão afeta à gestão da Lei de Informática em que a CGTE/SEPIN está atuando com o apoio do Centro de P&D Renato Archer - CTI. Trata-se de uma abordagem que pretende explorar a experiência alcançada pelo CTI, enquanto unidade de pesquisa e desenvolvimento, vinculada ao MCTI e conhecedora da legislação.

*Medidas ou estratégias planejadas para melhorar o desempenho das renúncias públicas de receitas por meio do aperfeiçoamento operacional e/ou ações administrativas internas de responsabilidade da SEPIN.*

Várias ações estão em processo de avaliação, concepção ou implementação, com esse propósito, dentre os quais citamos:

- Aperfeiçoamento dos regramentos para operacionalização dos PPIs e da análise dos RDAs;
- Reivindicar junto à Administração Superior do MCTI o acesso aos recursos previstos no inciso VII do art. 33 do Decreto nº 5.906/2006;
- Implementação do Programa de Apoio ao Setor de Tecnologia da Informação – PADSTI; e
- Implantação de mecanismo de acompanhamento, no próprio exercício, de projetos de grande valor ou aqueles que envolvam mais de uma instituição executora.

*Propostas de alteração para aperfeiçoamento do marco normativo da Política Pública.*

- Elaboração de Decreto de regulamentação da nova Lei de Informática – Lei nº 13.023/2014, em conjunto as entidades de classe afetas ao setor e outros Órgãos da Administração pública;

- Proposição de agenda junto ao MPOG, MF, MDIC objetivando o aperfeiçoamento do Marco Legal que trata das compras públicas de bens e serviços de TIC; e
- Debater junto às entidades de classe do setor e com Órgãos de Governo (MF, MDIC, MC, MD, BNDES) uma Política de Desenvolvimento Tecnológico Nacional (PDTN) que priorize atributos como:
  - a) autonomia tecnológica em segmentos estratégicos;
  - b) TIC aplicada à defesa; e
  - c) priorização do desenvolvimento no País, em detrimento do processo produtivo.

## **ITEM 4 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO DE POLÍTICAS DE RENÚNCIAS DE RECEITAS**

### **4.1. Avanços na gestão das renúncias tributárias**

*Melhorias internas (organizacionais e administrativas) implementadas no exercício em relação à gestão das políticas de renúncias de receitas a cargo da SEPIN.*

Durante o ano de 2015 a SEPIN implementou metodologias unificando modelos de Portarias e Pareceres Técnicos de concessão de incentivos; foi aprimorado o sistema interno de informação no tocante a depuração de dados e na elaboração de relatórios que tornaram visíveis as empresas aptas, canceladas e suspensas.

Também foi validada pela SEPIN a metodologia de análise dos RDAs e desenvolvida uma plataforma informatizada para apoio à análise desses relatórios pelo CTI-RA.

### **4.2. Informatização de Processos de Trabalho**

*Principais avanços implementados no exercício em relação à informatização de processos de trabalho no âmbito da Plataforma Aquarius.*

As etapas de especificação de requisitos e desenvolvimento dos módulos PACI e PARDA, que são de interesse da SEPIN, foram concluídas. Entretanto, para sua disponibilização, resta concluir a fase de testes e homologação dos respectivos módulos.

### **4.3. Recursos Humanos**

#### **a) Quadro de pessoal**

Estrutura de Pessoal da CGTE/SEPIN: *Demonstração quantitativa da força de trabalho, considerando efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários;*

Unidades	Cargos					Total
	Analista em C&T - NS	Tecnologista NS	Assistente Técnico - NM	Requisitado NS	Apoio Administrativo NM (Terceirizado)	
CGTE	1	---	1	---	---	2
- DIPD	2	3	5	---	1	11
- DAAV	3	3	5	1	2	14

<b>Total</b>	6	6	11	1	3	27
--------------	---	---	----	---	---	----

Força de Trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)

a.1) demonstração quantitativa da força de trabalho, considerando efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários;

a.3) tempo de serviço de cada colaborador no MCTI e na Sepin;

a.4) alocação entre atividades finalísticas e meio;

Nome	Origem	Tempo de Serviço (Ano)		Alocação/Atividade	
		No MCTI	Na SEPIN	Fim	Meio
Adalberto Afonso Barbosa	Efetivo	7	7	X	---
Armando Pereira Júnior	Efetivo	3	3	X	---
Caio Mário Gomes Zebral*	Celetista	6	6	---	X
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Efetivo	7	7	X	---
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Efetivo	7	7	X	---
Gilson da Silva Santiago	Efetivo	3	3	X	---
José Ferreira Neves	Efetivo	30	26	---	X
Leonardo Camargo Neves	Efetivo	3	3	X	---
Marcelo Souto Maior Monteiro	Efetivo	3	3	X	---
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Efetivo	3	3	X	---
Scheyla Vasconcelos	Efetivo	36	26	---	X
Alander Pereira Dos Santos	Efetivo	3	1	X	---
Angelo Pelli Junior	Efetivo	2	2	X	---
Antonia Leiliane Gomes Silva	Terceirizado	20	20	---	X
Antonio Pereira Lopo	Efetivo	37	37	---	X
Celso Wilian Borges	Efetivo	37	37	X	---
Davi Cancado Dutra Cota	Cedido MPOG	5	5	X	---
Debora Maria Da Silva Freitas	Efetivo	29	6	---	X
Eliana Maria Ramos Kowalski	Efetivo	3	2	X	---
Euripedes José de Sousa	Efetivo	36	36	---	X
Fabio Francisco Costa dos Santos	Efetivo	2	2	X	---
Javier Andres Garcia Alfaro	Efetivo	2	2	X	---

Jessica Lamara Marques Chaves	Terceirizado	1	1	---	X
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Efetivo	28	1	X	---
Karina Domingues Bressan Vidal	Efetivo	7	7	X	---
Liliane Silva dos Santos	Terceirizado	20	20	---	X
Marcos Antonio De Sousa	Efetivo	6	6	X	---
Saulo Guerreiro Lacerda	Efetivo	3	3	X	---
Vinicius Pimenta Veloso	Efetivo	3	3	X	---
Hamilton José Mendes da Silva	Efetivo	30	26	X	---
Francisco Silveira dos Santos	Efetivo	30	26	X	---
Patrícia Soares dos Santos	Terceirizado	4	4	---	X
Eunides Vieira Rolim*	Celetista	6	6	---	X

\* Anistiado Celetista

a.2) Qualificação da força de trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)

Nome	Cargo	Idade	Nível de Escolaridade	Área de Formação
Adalberto Afonso Barbosa	Coordenador Geral		Mestrado	Engenharia Eletrônica
Armando Pereira Júnior	Assistente em C&T	38	Especialização	Gestão de Projetos
Caio Mário Gomes Zebral	Assistente Adm.	49	Ensino Médio	---
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Analista em C&T	43	Mestrado	Engenharia Elétrica
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Assistente em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Gilson da Silva Santiago	Assistente em C&T	40	Graduação Incompleta	Tecnólogo em Redes de Computadores
José Ferreira Neves	Assistente em C&T	50	Graduado	Gestão de Marketing
Leonardo Camargo Neves	Tecnologista em C&T	31	Mestrado	Engenharia Elétrica
Marcelo Souto Maior Monteiro	Tecnologista em C&T	40	Mestrado	Engenharia da Computação
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Tecnologista em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Scheyla Vasconcelos	Analista em C&T	56	Mestrado	Ciência da Computação Aplicada
Alander Pereira Dos Santos	Assistente em C&T	34	Graduado	Administração de Empresas
Angelo Pelli Junior	Assistente em	32	Graduado	Engenharia

	C&T			Mecatrônica
Antonia Leiliane Gomes Silva	Técnico Secretariado	40	Graduado	Serviço Social
Antonio Pereira Lopo	Analista em C&T	57	Graduado	Administração de Empresas
Celso Wilian Borges	Analista em C&T	59	Graduado	Administração de Empresas
Davi Cancado Dutra Cota	Gestpr MPOG	27	Graduado	Administração Pública
Debora Maria Da Silva Freitas	Analista em C&T	47	Mestrado	Administração de Empresas
Eliana Maria Ramos Kowalski	Assistente em C&T	50	Graduado	Letras
Euripedes José de Sousa	Assistente em C&T	54	Graduado	Teologia
Fabio Francisco Costa dos Santos	Tecnologista em C&T	44	Graduado	Ciência da Computação
Javier Andres Garcia Alfaro	Tecnologista em C&T	38	Mestrado	Engenharia Elétrica
Jessica Lamara Marques Chaves	Técnico Secretariado	22	Nível Médio	---
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Analista em C&T	55	Pós-Graduado	Administração em Empresas
Karina Domingues Bressan Vidal	Analista em C&T	44	Mestrado	Engenharia Elétrica
Liliane Silva dos Santos	Técnico Secretariado	30	Graduado	Sec. Executivo
Marcos Antonio De Sousa	Assistente em C&T	45	Graduado	Análise de Sistemas
Saulo Guerreiro Lacerda	Tecnologista em C&T	33	Mestrado	Engenharia da Computação
Vinicius Pimenta Veloso	Assistente em C&T	31	Graduado	Direito
Hamilton José Mendes da Silva	Coordenador	54	Mestrado	Engenharia Eletrônica
Francisco Silveira dos Santos	Coordenador	61	Especialização	Engenharia Elétrica
Patrícia Soares dos Santos	Técnico Secretariado	28	Nível Médio	---
Eunides Vieira Rolim	Técnico Secretariado	51	Nível Médio	---

### **b) Avaliação**

*Avaliar a suficiência, a qualidade e a quantidade do quadro de pessoal existente frente às demandas da gestão das políticas de renúncia de receitas. Considerar medidas de racionalização dos métodos de trabalho para atendimento às demandas com a força de trabalho disponível.*

A Lei nº 10.176/2001 introduziu novos mecanismos na Lei nº 8.248/1991, entre as quais destacamos:



- a) redução do IPI e não mais somente isenção;
- b) investimentos em P&D proporcionalmente decrescentes;
- c) lista de produtos passíveis de receberem os incentivos;
- d) criação do Fundo Setorial de Informática: depósitos de investimentos em P&D não realizados, no FNDCT;
- e) apresentação do programa de investimentos em P&D (que inclusive poderia ser alterado durante sua execução, desde que justificadamente) e cumprimento obrigatório do Processo Produtivo Básico (PPB) e não mais fabricação com significativo valor agregado local, como condição para habilitação ao incentivo;
- f) obrigatoriedade de implantação de sistema da qualidade e de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas;
- g) incentivos e investimentos regionais diferenciados para as empresas e instituições localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- h) credenciamento de instituições junto ao CATI; e, principalmente,
- i) a aprovação e concessão da habilitação aos incentivos por três ministérios (MCT, MDIC e MF), a partir de 2014 apenas pelo MCTI e MDIC.

No que diz respeito à habilitação das empresas aos incentivos e aos investimentos em P&D, novos critérios foram introduzidos (apresentação prévia de projeto de P&D e adequação da fabricação dos produtos ao PPB), permanecendo a obrigatoriedade de verificação da regularidade fiscal da empresa (certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, SRF e PGFN).

Além do mais, a análise e enquadramento de investimentos como P&D não é uma atividade comum, de rápida realização. Pelo contrário, é complexa, requerendo tempo e analistas qualificados e experientes, conhecedores da matéria, pois não basta apenas, por exemplo, examinar o produto ou a solução, de vez que se impõe verificar se resultou de um efetivo desenvolvimento tecnológico nos termos do artigo 24 do Decreto 5.906/2-006.

Essa atividade, morosa por natureza, posto que complexa e detalhada, é realizada com o critério e o rigor exigido pela legislação; e agravada pelo reduzido quadro de analistas disponível na SEPIN, o que determinante para gerar os atrasos na conclusão de análises de Relatórios Demonstrativos, de Contestações e de Recursos Administrativos e, por consequência, acúmulo de trabalho ano após ano.

Isto posto, a SEPIN sempre dispôs de força de trabalho muito aquém em quantidade e qualidade daquela que representava e representa a real necessidade para o desempenho a contento das multivariadas atribuições que lhe são cometidas pela legislação.

---

*Apresentar eventuais mudanças quantitativas e qualitativas na força de trabalho e períodos de afastamento de colaboradores com impacto na rotina da unidade.*

O número de servidores entrantes e saíntes tem sido equivalente, não sendo este o principal problema até o momento na rotina de trabalho da SEPIN. Assim, os reais problemas impactantes debatidos na elaboração do Planejamento Estratégico as SEPIN são: Estrutura defasada e que não alcança todas as atribuições da Secretaria; reduzido número de servidores com formação na área de TIC e com experiência na gestão de políticas tecnológicas; ausência de um plano de treinamento continuado em temas atualizados no campo das TICs.

---

*Apresentar síntese de treinamentos efetuados no exercício e outros aspectos relevantes em termos de formação profissional da equipe.*

A SEPIN está desenvolvendo esforços com vistas a viabilizar o acesso dos recursos previstos no inciso VII do Art. 31 do Decreto nº 5.906/2006, e que poderá instrumentalizar a Secretaria para realizar um programa de capacitação para atender suas necessidades.

#### **4.4. Normatização e Procedimentos**

*Síntese das inovações normativas de qualquer nível (leis, decretos, regulamentos, portarias, resoluções, portarias interministeriais etc.) relacionadas às regras das políticas de renúncias de receitas ocorridas no exercício.*

A alteração do Decreto nº 5.906/2006, com vistas a incorporar, também, mudanças ocorridas na legislação pela Lei 13.023/2014, está em processo de discussão entre o MCTI/SEPIN, MDIC e SUFRAMA.

No âmbito dos Programas Prioritários – PPI foram publicadas Portaria MCTI e Resolução CATI.

*Síntese das inovações realizadas no último exercício em termos de normatização de rotinas e/ou procedimentos administrativos da unidade, com objetivo de aprimoramento de controles administrativos (e.g. manuais de procedimentos, instruções de serviço, fluxogramas de atividades, construção de bancos de dados, roteiros de análise etc.).*

## **ITEM 5 – DADOS E INDICADORES DE GESTÃO DA LEI DE INFORMÁTICA**

### **5.1. Dados Gerais**

#### **a) Volume financeiro de renúncia fiscal e contrapartidas (investimentos em P&D)**

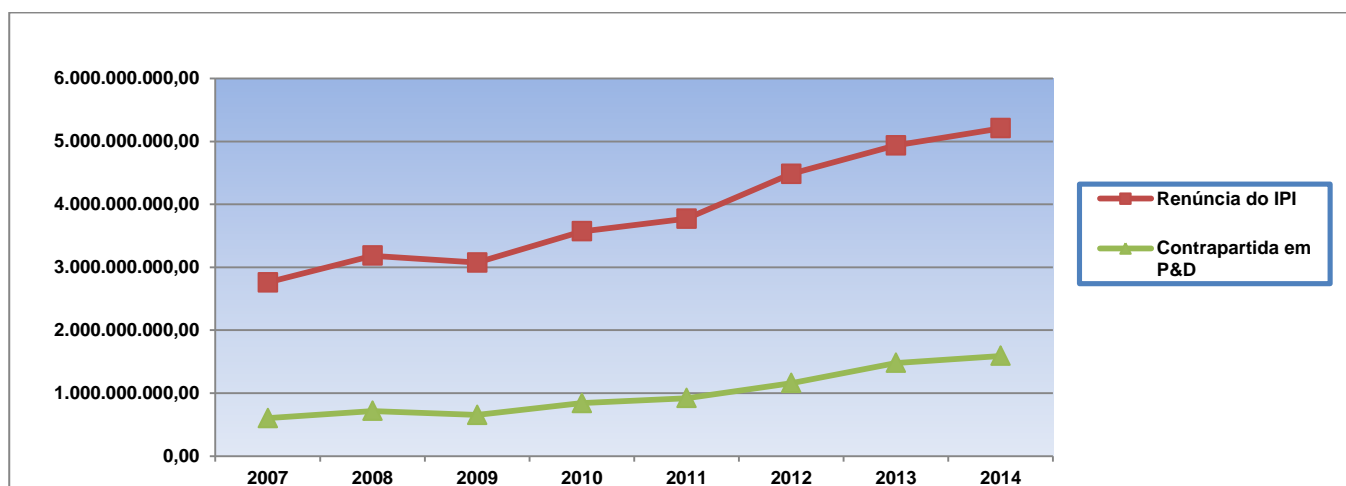
A Tabela a seguir apresenta os valores de renúncia fiscal e investidos em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei 8.248/91. Trata-se de valores declarados pelas empresas incentivadas em seus Relatórios Demonstrativos Anuais, cuja situação de análise é apresentada na Tabela 10 – Estoque de RDAs.

**Tabela 2 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal –**

<b>Ano-base*</b>	<b>Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)</b>	<b>Contrapartida (Investimento em P&amp;D)</b>	<b>% do faturamento do setor incentivado***</b>
<b>2007</b>	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
<b>2008</b>	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
<b>2009</b>	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
<b>2010</b>	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
<b>2011</b>	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
<b>2012</b>	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
<b>2013</b>	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
<b>2014</b>	5.207.255.216,98	1.590.593.739,92	30,54%
<b>TOTAIS</b>	<b>30.983.527.544,00</b>	<b>7.962.364.706,22</b>	<b>25,70%</b>

**Nota: Convém destacar o aumento do percentual**

O Gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores renunciados e contrapartida do benefício fiscal (Aplicação em atividades de P&D):



- A inflexão observada em 2009 reflete o efeito da crise de 2008, sentida no ano seguinte pelo mercado de bens de informática (especialmente no segmento de microinformática).

### b) Perfil e valores do setor apoiado e da política pública

A Tabela a seguir apresenta os dados gerais dos RDAs referentes aos anos base de 2013 e 2014:

Tabela 3 – Materialidade e relevância do setor e da política pública

	<i>Exercício 2013</i>	<i>Exercício 2014</i>
<b>Total de empresas habilitadas</b>	575	600
<b>Total de empresas habilitadas com faturamento positivo em relação aos produtos incentivados</b>	493	510
<b>Faturamento Bruto Total - Global</b>	72.950.617.729,42	103.653.400.000,00
<b>Faturamento Bruto Total – Produtos (Hw) Incentivados no mercado interno (A+B)</b>	34.746.082.525,10	57.049.090.000,00
<b>Microcomputadores e suas partes (A)</b>	14.156.614.719,19	13.240.510.000,00
<b>Demais bens (B)</b>	20.589.467.805,91	33.363.790.000,00
<b>Serviços</b>	4.091.381.420,03	2.038.790.000,00
<i>Software</i>	1.569.641.559,11	2.493.100.000,00
<b>Exportações</b>	3.770.822.750,74	3.793.390.000,00
<b>Exportações de Produtos Incentivados</b>	1.036.827.255,46	903.130.000,00
<b>Importações</b>	23.021.109.249,14	34.393.640.000,00
<b>Importações de Insumos para produção de produtos incentivados</b>	16.189.514.227,27	23.048.310.000,00
<b>Importações de produtos acabados para revenda (bens de informática)</b>	1.811.000.000,56	2.186.590.000,00
<b>Renúncia Fiscal do IPI</b>	4.482.198.330,85	5.207.260.000,00
<b>Impostos pagos de produtos incentivados</b>	5.280.863.901,56	9.381.046.453,77
<b>Obrigações em P&amp;D - Global</b>	1.159.868.844,50	1.446.980.000,00
<b>Obrigações de Aplicação em Projetos Próprios (A)</b>	558.006.634,20	610.640.000,00
<b>Obrigações de Aplicação em Projetos Conveniados (B)</b>	481.191.846,56	709.280.000,00
<b>Obrigações de Aplicação Total em Projetos (A+B=C)</b>	1.039.198.480,76	1.319.920.000,00
<b>Depósitos Trimestrais no FNDCT (D)</b>	89.845.316,07	114.760.000,00
<b>Aportes em Programas Prioritários de TI – PPIs (E)</b>	30.825.047,67	12.260.000,00
<b>Obrigações Totais de Investimento em P&amp;D (C+D+E)</b>	1.159.868.844,50	1.446.980.000,00
<b>Total de Recursos Humanos</b>	124.501	130.092
<b>Recursos Humanos de Nível Superior</b>	33.007	37.906
<b>Recursos Humanos em P&amp;D</b>	7.994	8.436
<b>Recursos Humanos em P&amp;D de nível superior</b>	5.644	5.896
<b>Quantidade de patentes</b>	417	528
<b>Quantidade de publicações</b>	499	580

- É oportuno destacar os seguintes aspectos no tocante às importações, exportações e recursos humanos, respectivamente:

**i) importações:** as importações de insumos tiveram uma taxa de expansão mais acentuada dos que as importações globais, o que possivelmente reflete recente ampliação de requisitos de agregação de valor nos regulamentos de fixação do processo produtivo básico (PPB) para bens de elevado volume (terminais telefônicos celulares, tablets e microcomputadores portáteis), e que se mostrou decisiva para a implantação de recentes empreendimentos para a fabricação local de circuitos integrados da categoria “memória”;

**ii) exportações:** não obstante a Lei de Informática não incorporar na sua arquitetura mecanismos de apoio à competição no mercado externo, observa-se um ligeiro crescimento nas exportações, concentradas em “software”, tendência que se mantida nos próximos exercícios poderá ser potencializada por medidas previstas no programa TI Maior;

**iii) recursos humanos:** não obstante o ligeiro decréscimo no contingente de profissionais no universo de empresas incentivadas, observa-se que não houve redução nos recursos humanos que atuam em pesquisa e desenvolvimento, o que denota coesão com o principal propósito da legislação, qual seja, incentivar as atividades de P&D no setor produtivo.

### c) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de projetos próprios das empresas beneficiárias e conveniados (Lei 8.248/91, art. 11, inc. I e II), total de valores aplicados, percentual da distribuição por regiões geográficas brasileiras e modalidades de aplicação de que trata o art. 24, incisos e §1º, do Decreto 5.906/2006, para o ano base de 2014:

**Tabela 4 – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade – AB 2014**

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Não conveniados (próprios)			Convênios outras regiões			Convênios SUDAM, SUDENE e Região Centro-Oeste		
	Qtde.	Valor Total (A)	%* (A/TA)	Qtde.	Valor Total (B)	%* (B/TB)	Qtde.	Valor Total (C)	%* (C/TC)
I	103	61.173.179,50	6,93	95	103.764.680,74	20,51	60	69.203.002,85	22,28
II	1.604	689.436.064,17	78,14	462	329.306.541,33	65,08	397	168.669.981,30	54,31
III	96	55.957.343,10	6,34	53	20.060.216,58	3,96	22	12.632.535,99	4,07
IV – A	41	56.774.911,50	6,43	28	7.504.004,87	1,48	34	11.980.665,94	3,86
IV – B	32	13.067.069,70	1,48	35	34.981.427,77	6,91	31	44.285.195,26	14,26
IV – C	5	2.015.262,73	0,23	22	7.029.900,28	1,39	13	2.527.782,96	0,81
§ 1º	11	3.937.254,48	0,45	4	3.377.827,95	0,67	3	1.252.574,76	0,40
<b>TOTAIS</b>	<b>1.892</b>	<b>882.361.085,18</b>	<b>100</b>	<b>699</b>	<b>506.024.599,52</b>	<b>100</b>	<b>560</b>	<b>310.551.739,06</b>	<b>100</b>

Os Projetos executados em convênios com instituições localizadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste, são realizados em instituições de ensino onde a vocação natural e as competências disponíveis favorecem a realização de projetos de pesquisa, sendo consequência direta da determinação da Lei relativamente à obrigação de aplicação em atividades de P&D, de no mínimo 30% em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Nas regiões Sul e Sudeste, não existe a exigência legal de aplicação em instituições de ensino e pesquisa, por sua vez as empresas contam com uma opção variada de centros de P&D bem estruturados para realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Por outro lado, e uma vez que a vocação maior das Universidades concerne à realização de projetos de pesquisa e a necessidade maior do setor produtivo ainda se refere a projetos de desenvolvimento, como

resultado, nos projetos realizados internamente as empresas priorizam aqueles referentes à evolução de seus produtos com a adição de novas funcionalidades e que possam dar vantagens competitivas.

Portanto, é natural que a maior concentração de investimentos em P&D em projetos internos e em convênio com centros de P&D dê-se na modalidade *projetos de desenvolvimento* e não de *projetos de pesquisa*.

A Tabela a seguir apresenta os valores médios dos projetos executados no ano base 2013, por modalidade de projetos conforme o art. 24, incisos e §1º, do Decreto 5.906/2006:

**Tabela 4 (A) – Valores Médios dos Projetos de P&D por modalidade – AB 2014**

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Aplicações em P&D (R\$) (A)	Número de Projetos	Valor Médio dos Projetos (R\$)	(A/TA) %
I	<b>135.195.462,81</b>	<b>229</b>	<b>590.373,20</b>	10,20
II	946.139.668,49	2070	457.072,30	71,38
III	87.657.527,82	201	436.107,10	6,61
IV – A	55.968.799,46	120	466.406,66	4,22
IV – B	<b>78.886.888,08</b>	<b>84</b>	<b>939.129,62</b>	5,95
IV – C	12.299.183,45	32	384.349,48	0,93
§ 1º	9.339.111,56	20	466.955,58	0,70
<b>TOTAIS</b>	<b>(TA)1.325.486.641,67</b>	<b>2.756</b>	<b>480.945,81</b>	<b>100,00</b>

Convém destacar na tabela acima os Valores Médios, os Montantes de Aplicação em P&D e o Número de Projetos executados, para as modalidades de Projetos de Pesquisa (inciso I, do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*trabalho teórico ou experimental realizado de forma sistemática para adquirir novos conhecimentos, visando a atingir objetivo específico, descobrir novas aplicações ou obter ampla e precisa compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observados, sem prévia definição para o aproveitamento prático dos resultados*”) e dos Projetos de Formação e Capacitação de Profissionais de Níveis Médio e Superior (inciso IV(b), do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*para aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos envolvidos nas atividades de que tratam os incisos de I a III deste artigo*”).

A Tabela a seguir apresenta a distribuição regional dos Valores de Aplicação em Projetos de P&D, destacando os montantes aplicados em Instituições Públicas, em Instituições Privadas e os Projetos executados pelas próprias empresas:

**Tabela 5 – Distribuição dos projetos de P&D por modalidade/região**

Aplicações em P&D – Investimentos	Valores (R\$)	% do total
Instituições Públicas - Áreas de influência Sudam, Sudene e Região CO	117.293.473,08	8,1
Instituições Privadas - Áreas de influência Sudam, Sudene e Região CO	151.737.325,85	10,48
Instituições Públicas - Outras Regiões	13.631.731,49	0,94
Instituições Privadas - Outras Regiões	437.839.420,66	30,23
Projetos Próprios	727.967.171,06	50,26
<b>TOTAIS</b>	<b>1.448.469.122,14</b>	<b>100,00</b>

Fazendo uma análise do percentual de obrigação de aplicação em P&D em convênio com instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, situadas nas outras Regiões (Região Sul e Região Sudeste), com base na Tabela 5, percebemos que apenas 3,01% do total de recursos para “Outras Regiões = R\$ 451.471.152,15” foi destinado às Instituições Públicas dessas Regiões, enquanto as Instituições Privadas captaram 96,99%.

Mesmo as Regiões Sul e Sudeste concentrando as melhores instituições públicas de ensino e pesquisa do Brasil, estas captam 32 vezes menos recursos da contrapartida da Lei de Informática que as Instituições Privadas das mesmas Regiões.

Esse desequilíbrio possivelmente ocorre porque não há obrigação de aplicação de percentual mínimo nas instituições públicas de ensino e pesquisa situadas nas Regiões Sul e Sudeste, como acontece com as mesmas instituições situadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste.

#### **d) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto**

A Tabela a seguir apresenta os valores aplicados e percentuais da distribuição dos convênios por modalidade de dispêndio de que trata o art. 25 do Decreto 5.906/2006:

**Tabela 6 – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto.**

Art. 25, incisos e parágrafo 3º	Não conveniados (próprios)		Convênios outras regiões		Convênios regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	
	Valor (A)	%* (A/TA)	Valor (B)	%* (B/TB)	Valor (C)	%* (C/TC)
I	16.836.023,11	2,41	52.594.036,00	14,75315088	32.325.292,57	15,50
II	4.663.918,94	0,67	13.832.168,87	3,880061122	4.947.196,65	2,37
III	553.662.838,77	79,38	227.252.867,76	63,74669261	135.380.097,86	64,91
IV	28.640.567,50	4,11	17.755.739,82	4,980661849	11.920.045,31	5,72
V	50.528,13	0,30	68.381,87	0,019181796	44.476,37	0,02
VI	23.789.750,42	3,41	3.684.867,19	1,033641944	954.168,76	0,46
VII	5.811.291,85	0,83	7.059.255,99	1,980191608	3.632.385,89	1,74
VIII	2.603.442,82	0,37	4.108.688,75	1,152528113	972.115,22	0,47
IX	29.084.781,26	4,17	9.862.928,19	2,766649582	8.325.117,38	3,99
X	32.380.990,62	4,64	20.274.647,33	5,687240491	10.067.843,29	4,83
§ 3º	---	---	xxx	xxx	xxx	xxx
<b>TOTAIS</b>	<b>697.524.133,42</b>	<b>100</b>	<b>356.493.581,77</b>	<b>100</b>	<b>208.568.739,30</b>	<b>100</b>

§ 5º - Com relação aos custos incorridos nos projetos conveniados, destacamos que os valores dos projetos já contemplam esse tipo de dispêndio.

Não foram observadas anomalias no perfil dos dispêndios, uma vez que a concentração dos gastos foi na rubrica de Recursos Humanos Diretos, conforme era esperado, pois essa rubrica de dispêndios é a que representa a execução das atividades dos projetos de P&D.

Nos projetos conveniados merecem destaque os gastos com laboratórios, o que sinaliza a capacitação e aprimoramento das Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento no que refere às condições de infraestrutura para execução dos Projetos de P&D.

## **5.2. Concessão de benefícios fiscais**

### **a) *Estoque e atendimento da demanda de pedidos de concessão por parte da Sepin/MCTI***

A Tabela a seguir apresenta os quantitativos e situação de Pleitos de Concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91):

**Tabela 7 – Estoque e atendimento às concessões de benefícios fiscais**

Exercício	A. Quantidade de Portarias de Concessão Vigentes	B. Pedidos de Concessão (pleitos) protocolados	C. Pedidos de Concessão (pleitos) aprovados (Portaria Interministerial)	D. Pedidos de Concessão (pleitos) reprovados	E. Pedidos de Concessão (pleitos) pendentes de decisão**
2011	1195	246	74	35	345
2012	1295	223	150	8	417
2013	1475	337	265	124	315
2014	1657	252	296	93	181
2015	1787	262	231	63	152

\*\* Em 31 de dezembro de 2015 a CGTE/SEPIN contava com 152 Pleitos de Concessão de pendentes de decisão, destes, 143 deram entrada no Protocolo do MCTI no ano de 2015. Vale ressaltar que destes, 79 estavam em tramitação entre MCTI e MDIC, para assinatura dos Pareceres Técnicos.

A Tabela a seguir apresenta Índices (Percentuais) de Atendimento de Pleitos de Concessão de Incentivos e de Não Atendimento:

**Tabela 8 – Índices (Percentual) relativos sobre atendimentos de pedidos de concessão de benefícios fiscais**

Exercício *	Aumento da demanda por concessões de incentivo fiscal (=B/A)**	Atendimento à demanda de concessão (= [C+D]/B)**	Evolução de estoque de pedidos de concessão pendentes (=E/A)**	Índice de não atendimento à demanda (=E/B)***
2011	20,59%	44,31%	28,87%	140,24%
2012	17,22%	70,85%	32,20%	187,00%
2013	22,85%	115,43%	21,36%	93,47%
2014	15,21%	154,37%	10,92%	71,83%
2015	14,66%	112,21%	8,51%	58,02%

Os principais motivos de indeferimento de pleitos de concessão são:

- Não cumprimento de exigências formuladas pela CGTE/SEPIN durante a análise do Pleito;
- Solicitação pela empresa para desconsiderar o Pleito; e
- Pleitos duplicados.

**b) Atendimento à demanda por parte da Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC) criada pela Portaria Interministerial MF/MCTI/MDIC 148/2007**

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de reuniões da CTI-PC e os resultados dos trabalhos, para o ano de 2014:

**Tabela 9 – Informações sobre as reuniões da CTI-PC (2015)**

Meses	Data da Reunião	Número Reunião	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC imediatamente antes da reunião (fila antes de cada reunião da CTI-PC)	Quantidade de pleitos apreciados quanto ao enquadramento no Anexo do Decreto 5.906/2006	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC pendentes após a reunião (fila após cada reunião da CTI-PC)
Janeiro	23/01/2015	283	92	6	86
Fevereiro	06/02/2015	284	87	3	84
	13/02/2015	285	85	9	76

	19/02/2015	286	75	6	69
	26/02/2015	287	69	4	65
	26/02/2015	288	65	9	56
Marco	05/03/2015	289	58	8	50
	12/03/2015	290	50	7	43
	19/03/2015	291	56	8	48
	27/03/2015	292	65	6	59
Abril	02/04/2015	293	59	6	53
	09/04/2015	294	55	7	48
	16/04/2015	295	49	7	42
	23/04/2015	296	43	7	36
	23/04/2015	297	36	12	24
	30/04/2015	298	26	2	24
	30/04/2015	299	26	9	17
Maio	07/05/2015	300	23	10	13
	14/05/2015	301	18	8	10
	21/05/2015	302	10	7	3
	28/05/2015	303	15	5	10
Junho	11/06/2015	304	14	7	7
	18/06/2015	305	26	9	17
Julho	09/07/2015	306	26	13	13
	16/07/2015	307	17	12	5
	23/07/2015	308	14	10	4
	30/07/2015	309	4	2	2
Agosto	06/08/2015	310	12	2	10
	13/08/2015	311	14	6	8
	20/08/2015	312	16	1	15
	27/08/2015	313	16	9	7
Setembro	03/09/2015	314	9	4	5
	10/09/2015	315	6	5	1
	17/09/2015	316	13	3	10
	24/09/2015	317	13	3	10
Outubro	01/10/2015	318	17	7	10
	08/10/2015	319	16	7	9
	15/10/2015	320	14	5	9
	22/10/2015	321	20	3	17
	28/10/2015	322	15	6	9
Novembro	06/11/2015	323	11	9	2
	13/11/2015	324	13	12	1
	19/11/2015	325	10	5	5
	26/11/2015	326	6	6	0
Dezembro	03/12/2015	327	7	6	1

Os Arquivos de Memória das reuniões da **CTI-PC** são armazenados em meio digital, no formato PDF, conforme denominação a seguir: “01ª Reunião (283) 23/01/2015.pdf”.



Foram realizadas 45 reuniões em 2015, do número 283 a 327.

### c) *Tempos médios de tramitação*

As duas Tabelas a seguir apresentam a Eficiência temporal (Indicador 1 e Indicador 2) das concessões definitivas e provisórias aos benefícios da Lei de Informática:

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão definitiva** (Indicador 1) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCD = \left( \sum_{p=1}^{p=n} d_n \right) / p$$

Onde:

TMCD = Tempo Médio de Concessão Definitiva;

p = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

d<sub>n</sub> = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede definitivamente benefício à empresa.

#### **Indicador 1** – Eficiência temporal nas concessões definitivas de benefícios da Lei de Informática:

Ano-base*	p	∑dn	TMCD	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	74	25.483	344,3649	01200.000986/2011-95	125	01200.004212/2009-19	654
				01200.000173/2011-03	155	01200.000008/2010-62	661
				01200.000824/2011-57	176	01200.001452/2009-61	759
2012	150	66.663	444,42	01200.002363/2012-38	112	01200.002907/2010-08	735
				01200.001958/2012-76	155	01200.001450/2010-14	808
				01200.002616/2011-92	168	01200.001906/2010-38	850
2013	265	117.312	442,6868	01200.004186/2012-24	122	01200.000045/2011-51	984
				01200.003980/2013-31	126	01200.000856/2011-52	984
				01200.004062/2012-49	141	01200.002015/2010-07	1071
2014	296	102.963	347,848	01200.003722/2014-36	80	01200.001347/2011-47	955
				01200.002874/2014-11	105	01200.001557/2012-16	959
				01200.003795/2014-28	107	01200.001628/2011-08	1088
2015	231	61.034	264,2165	01200.004893/2014-82	114	01200.000019/2014-76	569
				01200.005040/2014-68	122	01200.001761/2014-07	578
				01200.000557/2015-41	126	01200.000910/2013-21	755

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão provisória** (Indicador 2) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCP = \left( \sum_{p=1}^{p=n} d'_n \right) / p$$

Onde:

TMCP = Tempo Médio de Concessão Provisória;

n = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

d'<sub>n</sub> = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede provisoriamente benefício fiscal à empresa.

#### **Indicador 2** – Eficiência temporal nas concessões provisórias de benefícios da Lei de Informática

Ano-base*	p	∑dn	TMCD	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias

<b>2011</b>	0	0	0	-	-	-	-
<b>2012</b>	0	0	0	-	-	-	-
<b>2013</b>	51	5.444	106,7451	01200.005518/2013-79	13	01200.005072/2012-00	323
				01200.005123/2013-76	14	01200.004618/2012-05	346
				01200.005422/2013-19	15	01200.000977/2012-85	629
<b>2014</b>	159	9.347	58,0559	01200.004187/2014-31	9	01200.003113/2013-04	344
				01200.002177/2014-61	10	01200.001884/2013-59	348
				01200.003467/2014-21	10	01200.000852/2013-36	410
<b>2015</b>	213	10491	49,25352	01200.002728/2015-77	12	01200.003914/2014-42	195
				01200.000051/2015-32	13	01200.001618/2015-98	197
				01200.002594/2015-94	14	01200.003798/2014-61	322

### 5.3. Avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs)

#### a) Situação do estoque de RDAs

A Tabela a seguir demonstra o quantitativo de RDAs apresentados, análise técnica concluída e a situação do estoque de RDAs, ainda pendentes de análise:

**Tabela 10 – Estoque de RDAs (situação da análise inicial)**

Ano-base**	RDs apresentados	RDs com análise técnica concluída		RDs em estoque ou em análise		Pareceres encaminhados à SRF	
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	% (D/A)
<b>2007</b>	318	233	73,27	85	26,73	168	52,83
<b>2008</b>	377	240	63,66	137	36,34	---	---
<b>2009</b>	448	267	59,60	181	40,40	---	---
<b>2010</b>	454	243	53,52	211	46,48	---	---
<b>2011</b>	442	83	18,78	359	81,22	---	---
<b>2012</b>	462	65	14,07	397	85,93	---	---
<b>2013</b>	502	84	16,73	418	83,27	---	---
<b>2014</b>	521	48	9,21	473	90,79	---	---
<b>TOTAIS</b>	<b>3.524</b>	<b>1.263</b>	<b>38,61</b>	<b>2.261</b>	<b>61,39</b>	<b>168</b>	<b>52,83</b>

A aceleração da análise dos RDAs se dará quando a SEPIN validar a metodologia, o procedimento de avaliação e receber os primeiros relatórios com seus respectivos Pareceres Técnicos, contratados junto ao CTI – RA.

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de Contestações à análise técnica da SEPIN/MCTI, as análises técnicas realizadas dessas Contestações, as pendências de análise técnica (estoque de Contestações) e os recursos hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI:

**Tabela 11 – Estoque de RDAs (situação da análise recursal)**

Ano-base*	Contestações apresentadas	Contestações com análise técnica concluída		Contestações em estoque ou em análise		Recursos hierárquicos ao Ministro de Estado apresentados	Recursos hierárquicos ao Ministro de Estado apreciados *		
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)		Qtde. (D)	Providos integralmente (E)	Providos parcialmente (F)
<b>2007</b>	47	13	27,66	34	72,34	0	N/A	N/A	N/A
<b>2008</b>	44	3	6,82	41	93,18	0	N/A	N/A	N/A
<b>2009</b>	48	3	6,25	45	93,75	0	N/A	N/A	N/A
<b>2010</b>	59	2	3,39	57	96,61	0	N/A	N/A	N/A

2011	3	0	---	3	---	0	N/A	N/A	N/A
2012	0	0	---	0	---	0	N/A	N/A	N/A
2013	1	1	100,00	0	---	0	N/A	N/A	N/A
2014	0	0	0	0	---	0	N/A	N/A	N/A
<b>TOTAIS</b>	<b>201</b>	<b>21</b>	<b>---</b>	<b>180</b>	<b>---</b>	<b>0</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

O que se pode inferir quanto a não apresentação de Recursos Hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI é que os RDAs das empresas com maior valor de contrapartida, ainda não foram analisados e que as contestações apresentadas, estão em processo de análise.

A Tabela a seguir apresenta o detalhamento de todas as empresas cujas análises técnicas, contestações e recursos hierárquicos tenham sido apreciados em grau definitivo no exercício e que não tenham sofrido contestações posteriores, e cuja conclusão tenha sido pela existência de débito de aplicação insuficiente em P&D (glosas):

**Tabela 12 – Tabela de resultados dos recursos não providos e providos parcialmente**

Código da empresa (CNPJ)	Situação da análise técnica**	Valor final do débito de aplicação insuficiente em P&D (glosa) e a ano-base de referência	Data do recolhimento do débito de aplicação insuficiente em P&D ao FNDCT
00.221.199/0001-88	Concluída	26.410,73 – 2007	27/07/2012
61.099.008/0001-41	Concluída	5.432,08 – 2007	28/11/2014
05.462.246/0001-07	Concluída	20.237,16 – 2007	25/07/2012
04.662.963/0001-01	Concluída	44.546,69 – 2007	17/10/2012
61.261.624/0001-57	Concluída	58.575,59 – 2007	27/02/2014
07.046.643/0001-16	Concluída	2.083,25 – 2007	05/04/2012
74.686.262/0001-98	Concluída	1.646,86 – 2008	28/11/2012
04.662.963/0001-01	Concluída	33.502,54 – 2008	28/08/2014
40.605.099/0001-70	Concluída	26.167,55 – 2008	29/08/2014
09.177.756/0001-85	Concluída	91,54 – 2009	19/01/2015
40.605.099/0001-40	Concluída	29.461,30 – 2009	29/08/2014
47.922.042/0001-43	Concluída	5,31 – 2010	28/11/2012
09.119.618/0001-40	Concluída	5.832,15 – 2011	30/01/2013
03.211.492/0001-52	Concluída	22.980,47 – 2009	26/01/2015
02.086.645/0001-14	Concluída	7.210,84 – 2010	04/05/2010
08.723.218/0001-86	Concluída	25.487,79 – 2009	27/10/2015
03.211.492/0001-52	Concluída	42.913,28 – 2010	21/09/2015
40.605.099/0001-70	Concluída	3.548,33 – 2010	29/01/2016

Conforme o demonstrado na **Tabela 10 – Estoque de RDs** ainda há um grande volume de RDAs pendentes de análise, dos anos base 2007 a 2014 e nestes estão incluídos aqueles de maior valor de contrapartida.

### Da apresentação de Relatórios Demonstrativos na forma Simplificada:

A apresentação de Relatórios Demonstrativos elaborados na forma Simplificada, conforme o disposto no Decreto 5.906/2006, art. 33, § 2º, foi feita pela primeira vez para o ano base de 2013, cujos RDAs foram protocolados na SEPIN/MCTI até o dia 31 de julho de 2014.

Dos 497 RDAs apresentados para o ano base 2013, 88 foram elaborados na forma Simplificada o que já demonstra o interesse das empresas em elaborar seus relatórios anuais de prestação de contas de aplicação em atividades de P&D nesse formato, mesmo tendo a SEPIN/MCTI decidido pela adoção do mesmo próximo à data de entrega dos RDAs .

A SEPIN/MCTI ainda não iniciou a análise dos RDs do ano base 2013, mas sua expectativa é que a avaliação dos Relatórios Demonstrativos Simplificados ganhe celeridade por parte da Equipe de Analista da CGTE/SEPIN, em relação àqueles apresentados na forma completa, ou seja, Relatórios Demonstrativos.

A Metodologia e o Sistema Informatizado de análise dos RDAs, nos termos da Portaria MCTI nº 863/2014, ainda estão em processo de desenvolvimento e validação. A previsão de início das análises é para o segundo semestre de 2015.

#### **5.4. Processos de suspensão e cancelamento de benefícios da Lei de Informática**

A Tabela a seguir apresenta a relação de empresas habilitadas, que para os anos base de 2011, 2012, 2013 e 2014, **não entregaram os RDAs do cumprimento das obrigações de aplicação em atividades de P&D**, deixando de atender ao art. 11, § 9º, da Lei 8.248/91 e as providências tomadas pela SEPIN/MCTI quanto à fruição dos incentivos:

**Tabela 13 – Estoque de empresas omissas em entregar RD (anos base 2012, 2013 e 2014)**

<b>Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária</b>	<b>CNPJ da empresa beneficiária</b>	<b>Ano-base da omissão</b>	<b>Situação da empresa*</b>
André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	2012	Cancelada
Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	2012	Cancelada
Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	2012	Cancelada
Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	2012	Cancelada
Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	2012	Cancelada
H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	2012	Cancelada
LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	2012	Cancelada
Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	2012	Cancelada
PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	2012	Cancelada
Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	2012	Cancelada
SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	2012	Cancelada
STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	2012	Cancelada
Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	2012	Cancelada
UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	2012	Cancelada
3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	2013	Cancelada
All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	2013	Cancelada
C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	2013	Cancelada
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	2013	Cancelada
Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	2013	Cancelada
Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	2013	Cancelada
DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	2013	Cancelada
Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	2013	Cancelada
Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	2013	Cancelada
Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	2013	Cancelada
Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74 03.698.870/0007-60	2013	Cancelada
EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	2013	Cancelada
FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	2013	Cancelada
Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	2013	Cancelada
FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	2013	Cancelada
Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	2013	Cancelada
IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	2013	Cancelada
Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	2013	Cancelada
Overmax do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda.	00.902.770/0001-20	2013	Cancelada
Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	2013	Cancelada
Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	2013	Cancelada
SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	2013	Cancelada
Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	2013	Cancelada

Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	2013	Cancelada
Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	2013	Cancelada
Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	2013	Cancelada
Spinner Com. Equipamentos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	2013	Cancelada
SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	2013	Cancelada
Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	2013	Cancelada
Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	2013	Cancelada
Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	2013	Cancelada
XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	2013	Cancelada
ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	2013	Cancelada
AGC Ind. e Com. de Equip. Elétricos e Eletr. Ltda.	07.987.840/0001-39	2014	Suspensa
Bilfinger Manuell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	2014	Suspensa
Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	2014	Suspensa
BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	2014	Suspensa
BR1 Distribuidora de Produtos de Inform. Ltda.	07.123.164/0001-55	2014	Suspensa
Competence Ind. Metalúrgica e Autom. Ltda.	11.338.577/0001-24	2014	Suspensa
Dexcom Indústria e Comércio de Inf. Ltda.	07.875.712/0001-01	2014	Suspensa
Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	2014	Suspensa
EGPX Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	2014	Suspensa
Fácil Computadores e Indústria e Com. Ltda.	06.325.441/0001-40	2014	Suspensa
Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	2014	Suspensa
Gieseck & Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	2014	Suspensa
Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	2014	Suspensa
JFA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	2014	Suspensa
LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	2014	Suspensa
Marxtel Ind. Com. de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	2014	Suspensa
Max Free Indústria e Comércio Import. Exp. Ltda.	08.811.814/0001-18	2014	Suspensa
Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	2014	Suspensa
Memory One Indústria e Com. de Inform. Ltda.	10.199.240/0001-10	2014	Suspensa
Microboard Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	2014	Suspensa
Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	2014	Suspensa
Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	2014	Suspensa
Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	2014	Suspensa
Oppitz Soluções Tecnológicas e Particip. Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	2014	Suspensa
Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	2014	Suspensa
Portotec – Indústria e Com. de Comput. Ltda.	07.421.794/0001-06	2014	Suspensa
Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	2014	Suspensa
Power Fast Indústria Com. Imp. Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	2014	Suspensa
R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	2014	Suspensa
Redecamp Ind. Com. Serv. de Telecom. Ltda.	05.425.950/0001-81	2014	Suspensa
Reistar Indústria e Comércio de Eletr. Ltda.	05.949.989/0002-89	2014	Suspensa
Reycom Indústria e Com. de Prod. Eletr. Ltda.	07.839.070/0001-87	2014	Suspensa
RMS Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	2014	Suspensa
S&V Consultoria, Ind. Com. de Equil. El. Ltda.	01.730.203/0001-04	2014	Suspensa
Tech Corp Ind. Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773.0001-44	2014	Suspensa
Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	2014	Suspensa
Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.432.713/0001-56	2014	Suspensa
Telemed Automação e Contr. Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	2014	Suspensa
Webcarstore do Brasil Acess. Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	2014	Suspensa

**Verificamos que 39 empresas tiveram seus benefícios suspensos, por não entrega do RDA ano base 2014, e que no prazo estipulado (180 dias após a Portaria MCTI de suspensão) os incentivos serão cancelados.**

A Tabela a seguir apresenta a relação de empresas habilitadas, que para os anos base de 2011, 2012 e 2013, **tiveram processo instaurado pela SEPIN/MCTI de suspensão ou cancelamento dos incentivos fiscais**, em razão de descumprimento de regras da Lei nº 8.248/91:

**Tabela 14 – Processo de suspensão e cancelamento instaurados ou em curso no exercício**

<b>Nº processo</b>	<b>Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária</b>	<b>CNPJ da empresa beneficiária</b>	<b>Motivo da suspensão ou cancelamento*</b>	<b>Situação do processo**</b>
01200.004093/2013-91	3I Soluções Indústria e Com. de Equip. Eletrônicos Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.131, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 673, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004094/2013-25	André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.050, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 765, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.003046/2014-09	Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.044, de 02/10/2014, DOU de 03/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 585, de 22/07/2015, DOU 23/07/2015
01200.004095/2013-70	Bit Mais Eletro Eletrônicos Ltda.	02.979.667/0001-03	Descumprimento: § 3º do Art. 22, Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.340, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento Desc. § 3º Art. 22: Portaria MCTI/MDIC nº 1.071, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004096/2013-14	Carci Ind. Com. Aparelhos Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda.	61.461.034/0001/78	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.132, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.342, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013
01200.004097/2013-69	Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	Descumprimento Art. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 189, de 14/02/2014, DOU de 18/02/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.266, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014
01200.004098/2013-11	Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.078, de 17/10/2013, DOU de 22/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 762, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004099/2013-58	FICS Brasil Informática Ltda. ME	09.177.756/0001-85	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.135, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.139, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento a Pedido, Portaria MCTI/MDIC nº 750, de 22/07/2014 – DOU 24/07/2014
01200.004291/2013-44	Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.182, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 793, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004295/2013-22	H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	Descumprimento Arts. 22, 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.184, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 90, de 27/02/2015, DOU de 02/03/2015
01200.004296/2013-77	Hightech Informática Comércio e Serviços Ltda.	00.481.679/0001-88	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.190, de 14/11/2013 – DOU 18/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 829, de 14/08/2014 – DOU 15/08/2014
01200.004101/2013-99	LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.186, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 764, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004297/2013-11	Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.349, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.096, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014

01200.004102/2013-33	PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.052, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 767, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004294/2013-88	Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.136, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 768, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.005433/2013-91	SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.351, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.095, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004195/2013-77	STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.094, de 21/10/2013, DOU de 23/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 769, de 28/07/2014 – DOU de 29/07/2014
01200.004103/2013-88	Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.185, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 770, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004104/2013-22	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.134, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 672, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004293/2013-33	UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.133, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 772, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004063/2014-55	3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.282, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.078, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004113/2014-02	All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.155, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 576, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004129/2014-15	Arquimedes Automação e Informática Ltda.	05.374.975/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.277, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.387, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004121/2014-41	C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.156, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 577, de 55/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004112/2014-50	CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.271, de 21/11/2014 – DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 892, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004111/2014-13	Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.278, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.073, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
501200.004123/2014-30	DAE Eletrônica Ltda.	59.236.844/0001-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.149, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 419, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004071/2014-57	Datasonic Indústria e Distribuição de Eletrônicos Ltda.	07.179.175/0001-57	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.268, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.426, de

				31/12/2014 – DOU 06/01/2015
01200.004125/2014-29	Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.275, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 894, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004072/2014-46	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.159, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 420, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004122/2014-95	DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.285, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.081, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004104/2014-11	Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.157, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 581, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004108/2014-91	Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.294, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.080, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004074/2014-35	Eleto Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.286, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.076, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004124/2014-84	Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74 03.698.870/0007-60	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.160, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 582, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004110/2014-61	EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.267, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.069, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004070/2014-57	Fabinject Indústria Comércio Import. e Exportação Ltda.	02.289.126/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.269, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.386, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004107/2014-47	FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.154, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 580, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.003982/2014-10	Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.273, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 882, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004109/2014-36	FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.274, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 886, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004067/2014-33	Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.272, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.070, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004128/2014-62	IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.153, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 583, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004064/2014-08	Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec.	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.280, de 21/11/2014,



			5.906/2006	DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 983, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004445/2014-89	Overmax do Brasil Soluções em Tenologia Ltda.	00.902.770/0001-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.297, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.077, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004068/2014-88	Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.161, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 229, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004678/2014-81	RAD do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.662.863/0001-01 04.662.863/0002-92	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.296, de 25/11/2014, DOU 26/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 8, de 22/01/2015 – DOU 23/01/2015
01200.004065/2014-44	SC&C Indústria Eletrônica Ltda.	06.242.969/0001-55 06.242.969/0003-14	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.150, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 27/02/2015 – DOU 02/03/2015
01200.004106/2014-01	Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.276, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.067, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003983/2014-56	SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.284, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.074, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004541/2014-27	Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.298, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.068, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004446/2014-23	Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.299, de 25/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.075, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003984/2014-09	Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.283, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 885, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004105/2014-58	Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.270, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.082, de 07/12/2015 – DOU 07/12/2015
01200.003980/2014-12	Spinner Com. Equipamentos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.158, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 584, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004126/2014-73	SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.151, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 579, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004127/2014-18	Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.281, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 243, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004120/2014-04	Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.279, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº

				1.079, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003981/2014-67	Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.152, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 821, de 22/09/2015 – DOU 23/09/2015
01200.004540/2014-82	XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.293, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 884, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004447/2014-78	ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.295, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 883, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.000291/2015-37	RM Indústria de Eletrônicos Ltda.	03.313.250/0001-70	Descumprimento Art. 36, § 2º do Dec. 5.906/2006 (Exercícios de 2006 e 2008 – Valores dos Débitos: 2006=R\$4.701,28 e 2008=R\$17.825,05)	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 275, de 28/04/2015 – DOU 27/04/2015 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 124, de 16/02/2016 – DOU 17/02/2016
01200.004260/2015-55	AGC Indústria e Comércio de Equip. Eletr. e Eletrônicos Ltda.	07.987.840/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 988, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004511/2015-00	ATI – Automação Telecom. e Informática Ltda.	23.311.229/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.019, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 99, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004256/2015-97	Automatisa Sistemas Ltda.	04.698.769/0001-86	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 985, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 21, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004255/2015-42	Bilfinger Mauell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.004, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004257/2015-31	Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 987, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004258/2015-86	BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 986, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004252/2015-17	BR1 Distribuidora de Produtos de Informática Ltda.	07.123.164/0001-55	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.022, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004253/2015-53	Competence Indústria Metalurg. E Automação Ltda.	11.338.577/0001-24	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 996, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004590/2015-41	Dexcom Indústria e Comércio de Informática Ltda.	07.875.712/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.257, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004351/2015-91	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.006, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004254/2015-06	Dynalf Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda.	04.631.183/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.003, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 24, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.005414/2015-35	EGPX Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.024, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004417/2015-42	Elgin S.A.	52.556.578/0001-22	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 997, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004357/2015-68	Fácil Computadores Indústria e Comércio Ltda.	06.325.441/0001-40	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 999, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004248/2015-41	Gelth Sistemas Eletrônicos Ltda.	02.357.885/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.011, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias

01200.004583/2015-49	Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.126, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004577/2015-91	Gieseck e Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.016, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004261/2015-08	High Bridge Solutions Indústria Eletrônica Ltda.	09.514.660/0002-46	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.005, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 23, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004521/2015-37	Howcom Indústria, Com. Serviços em Inform. Eletr. Ltda.	10.836.739/0001-91	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 989, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 20, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004517/2015-79	Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.025, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004418/2015-97	FJA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 990, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004420/2015-66	LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.018, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004421/2015-19	Marxtelex Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 991, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004365/2015-12	Max Free Indústria e Comércio Import. e Export. Ltda.	08.811.814/0001-15	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.000, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004592/2015-30	Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.013, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004585/2015-38	Memory One Indústria e Comércio de Informática Ltda.	10.199.240/0001-10	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 993, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004589/2015-16	Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.014, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004362/2015-71	Micropress S.A.	56.606.544/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.023, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 22, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004355/2015-79	Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.008, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004425/2015-99	Neocontrol Soluções em Automação Ltda.	07.048.760/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.010, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 25, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004512/2015-46	Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.027, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004516/2015-24	Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.026, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004366/2015-59	Omega Tecnologia da Informação Ltda. EPP	04.808.453/0001-08	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.002, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 91, de 27/01/2016 – DOU 28/01/2016
01200.004356/2015-13	Omnisys Engenharia Ltda.	01.773.463/0001-59	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 995, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 26, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2015
01200.004364/2015-60	Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.001, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004422/2015-55	Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 992, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004586/2015-82	Portotec – Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	07.421.794/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.015, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 –

				Prazo: 180 dias
01200.004578/2015-36	Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.128, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Cancelamento a Pedido: Portaria MCTI/MDIC nº 194, de 07/03/2016 – DOU 08/03/2016
01200.004518/2015-13	Prorege do Brasil Ltda.	19.998.178/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.009, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 97, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004510/2015-57	Power Fast Indústria, Comércio Import. e Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.028, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004427/2015-88	R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.030, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004426/2015-81	Redecamp Indústria Comércio Serv. de Telecom. S.A.	05.425.950/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.020, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004513/2015-91	Reistar Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.	05.949.989/0002-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.021, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004594/2015-29	Reycom Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	07.839.070/0001-87	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004352/2015-35	RMS Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.007, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004429/2015-77	S&V Consultoria Ind. Com. Equip. Eletr. Software Ltda.	01.730.203/0001-04	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.029, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004519/2015-68	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.017, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004593/2015-84	Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.012, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004423/2015-08	Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.423.713/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 994, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004363/2015-16	Telemed Automação e Controle de Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 998, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004595/2015-73	Webcarstore do Brasil Acessórios Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.129, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias

## 5.5. Gestão de Ativos

### a) *Arrecadação em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)*

A Tabela a seguir apresenta o valor da arrecadação em favor do FNDCT por força das obrigações das empresas beneficiárias da Lei de Informática:

**Tabela 15 – Arrecadação em favor do FNDCT por modalidade legal**

Ano-base**	Depósitos Trimestrais (Decreto 5.906/2006, art. 8º, § 1º, inc. III) *	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. I)	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. II)	Opção de Investimento (Decreto 5.906/2006, art. 10, §3º, e art. 35)	Parcelamento ou Quitação de Débitos (Decreto 5.906/2006, art. 37, caput, e §3º)
2008	60.309.503,20	2.633.834,50		567.904,63	3.077.555,61
2009	55.821.469,71	6.409.070,25		126.199,34	4.478.524,21
2010	65.867.834,79	5.963.739,19		1.045,36	5.119.069,39
2011	72.516.906,28	5.082.295,94		214.158,13	38.676.012,71

<b>2012</b>	88.765.012,45	4.286.982,92	337.684,23	42.906.295,05
<b>2013</b>	102.720.016,34	28.624.196,78	99.691,16	40.058.775,97
<b>2014</b>	111.487.391,43	5.364.434,13	45.825,61	74.693.976,26
<b>2015</b>	115.193.149,37	9.946.130,19	311.866,51	27.397.424,79

\* Apenas os Depósitos Trimestrais apresentam uma correlação com os depósitos realizados em anos anteriores, pois são calculados com base no faturamento trimestral com bens incentivados pela empresa habilitada aos incentivos fiscais da Lei nº 8.248/91.

### **b) Arrecadação em favor dos Programas e Projetos Prioritários (PPIs)**

A Tabela a seguir apresenta dados de arrecadação na forma de aporte de recursos financeiros por parte das empresas beneficiárias da Lei de Informática em favor de Programas e Projetos Prioritários (PPIs), para os últimos quatro exercícios, nos termos do Decreto 5.906/2006, art. 10, §§ 3º e 4º.

**Tabela 16 – Arrecadação em favor de PPIs**

<b>Exercício*</b>	<b>Saldo em 31/12 do exercício anterior</b>	<b>Arrecadação no exercício</b>	<b>Transferência de recursos no exercício em favor de PPIs**</b>	<b>Saldo de recursos em 31/12 do exercício</b>
<b>2011</b>	14.411.349,15	12.053.185,68	9.554.004,12	18.527.621,42
<b>2012</b>	18.527.621,42	5.805.242,57	889.640,86	25.328.056,87
<b>2013</b>	25.328.056,87	30.920.611,93	3.365.000,00	56.698.171,55
<b>2014</b>	56.698.171,55	22.833.726,30	7.563.370,00	79.645.398,26
<b>2015</b>	79.645.398,26	12.621.901,67	15.000.000,00	83.863.536,20
<b>TOTAIS</b>	<b>194.610.597,25</b>	<b>84.234.668,15</b>	<b>36.372.014,98</b>	---

A Tabela a seguir apresenta os Programas e Projetos Prioritários (PPIs) vigentes, entidade executora e valores aportados, para os anos de 2011 a 2015:

**Tabela 16 (A) – PPIs Projetos vigentes no período**

<b>Exercício</b>	<b>Ofício Transferência</b>	<b>Instituição Executora</b>	<b>Projeto</b>	<b>Data Transferência</b>	<b>Valor Transferido</b>
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 572/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 712.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 568/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 1.450.597,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 570/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 551.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 565/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	11/01/2011	R\$ 1.522.715,98
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 581/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	12/01/2011	R\$ 1.095.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 575/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	13/01/2011	R\$ 652.832,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 06/2010	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN	18/01/2011	R\$ 630.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 579/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 587.620,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 577/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 583.900,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 05/2010	Instituto de Pesquisa Eldorado	PNM DESIGN	20/01/2011	R\$ 731.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 179/2011	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	HARDWARE BR	13/07/2011	R\$ 1.037.339,14

2012	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 192/2012	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN /HARDWARE BR	07/05/2012	R\$ 889.640,86
2013	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 285/2013	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	19/06/2013	R\$ 3.365.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 418/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	29/09/2014	R\$ 1.915.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 562/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	12/12/2014	R\$ 5.648.370,00
2015	Repasse Ofício 098 - GAB/SEPIN	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	27/02/2015	15.000.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 36.372.014,98</b>

### c) Gestão dos débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática

As Tabelas a seguir retratam a situação do processo de cobrança do estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D de exercícios pretéritos.

**Tabela 17 – Estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática (em R\$)**

Ano-base*	Total de débitos de P&D após análise técnica do RD (A)**	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de contestação (B)	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de recurso ao Ministro de Estado (C)	Total de débitos de P&D plenamente exigíveis (D)
2007	22.590.470,84	17.948.597,12	0	4.641.873,72
2008	8.591.481,15	6.002.541,55	0	2.588.939,60
2009	12.327.010,92	8.337.135,55	0	3.989.875,37
2010	13.609.807,14	6.643.092,24	0	6.966.714,90
2011	531.138,78	152.106,08	0	379.032,70
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>57.649.908,83</b>	<b>39.083.472,54</b>	<b>0</b>	<b>18.566.436,29</b>

**Tabela 18 – Eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT (em R\$)**

Ano-base*	Total de débitos de P&D exigíveis (A)**	Valores recolhidos no exercício em favor do FNDCT (B)**	Valores exigíveis mas não recolhidos no exercício* em favor do FNDCT (C)**	Valores exigíveis há mais de seis meses sem sucesso (D)***
2007	4.641.873,72	157.285,50	4.485.588,22	2.627.111,72
2008	2.588.939,60	61.316,95	2.527.622,65	2.240.167,11
2009	3.989.875,37	78.021,10	3.911.854,27	2.300.387,56
2010	6.966.714,90	53.677,76	6.913.037,14	1.895.051,16
2011	379.032,70	5.832,15	373.200,55	246.232,89
2012	0,00	0,00	0	0,00
2013	0,00	0,00	0	0,00
2014	0,00	0,00	0	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>18.566.436,29</b>	<b>356.133,46</b>	<b>18.210.302,83</b>	<b>9.308.950,44</b>

O acentuado decréscimo na apuração de débitos de P&D exigíveis (Coluna **A da Tabela 18**), a partir de 2011, é reflexo do estoque de RDAs pendentes de análise, conforme demonstrado na **Tabela 10 – Estoque de RDs**.

A SEPIN/MCTI entende ser necessário aperfeiçoar os procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D, utilizando preferencialmente sistema informatizado.

Para os anos base de 2007 a 2014, dos RDAs analisados e encaminhados para as empresas, não houve casos que demandassem medidas extraordinárias, além dos procedimentos de cobrança administrativa ou outras medidas cabíveis como suspensão dos incentivos ou cancelamento da habilitação.

### **5.6 Auditorias e inspeções de P&D nas empresas beneficiárias**

A Tabela a seguir apresentar o esforço fiscalizatório da Sepin/MCTI em relação aos projetos de P&D em empresas e institutos incentivados nos últimos quatro exercícios:

**Tabela 19 – Realização de auditorias e inspeções de P&D**

<b>Exercício</b>	<b>HDF* em empresas beneficiárias</b>	<b>HDF* em instituições conveniadas das beneficiárias</b>	<b>Nº de empresas / nº de projetos próprios de empresas visitados</b>	<b>Nº de institutos / nº de projetos conveniados visitados</b>
<i>2011</i>	<i>10</i>	<i>8</i>	<i>4/9</i>	<i>2/3</i>
<i>2012</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>2013</i>	<i>40,5</i>	<i>44,5</i>	<i>14/30</i>	<i>9/35</i>
<i>2014</i>	<i>57</i>	<i>3</i>	<i>23/50</i>	<i>1/2</i>
<i>2015</i>	<i>10</i>	<i>5</i>	<i>4/8</i>	<i>2/4</i>
<b>TOTAIS</b>	<i>117,50</i>	<i>60,50</i>	<i>45/97</i>	<i>14/44</i>

A SEPIN/MCTI, em suas auditorias e inspeções de P&D, avalia a estrutura de P&D das empresas e das instituições de ensino e pesquisa e busca evidências da real execução do projeto, servindo de subsídios para análise dos RDAs.

As auditorias e inspeções de P&D permitem a constatação da qualificação das equipes de P&D, das parcerias e das metodologias utilizadas na execução dos projetos, que possibilita à equipe da SEPIN/MCTI uma visão da realidade de P&D, como contrapartida da fruição aos incentivos fiscais da lei de Informática.

Adicionalmente busca-se sanar eventuais dúvidas das empresas e instituições na execução e contratação (realização de convênios) de projetos e apresentar sugestões de melhorias nos controles dos dispêndios.

### **5.7. Fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)**

A Tabela a seguir apresenta o esforço da SEPIN/MCTI e da SDP/MDIC em relação à fiscalização do cumprimento dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), o qual às empresas beneficiárias da Lei de Informática estão submetidas:

**Tabela 20 – Realização de fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)**

<b>Exercício</b>	<b>Nº de empresas fiscalizadas à distância</b>	<b>Nº de empresas fiscalizadas <i>in loco</i></b>	<b>Nº de casos de descumprimento de PPB**</b>	<b>Nº de denúncias externas de descumprimento de PPB encaminhadas para fiscalização</b>
<i>2011</i>	<i>0</i>	<i>26</i>	<i>1</i>	<i>0</i>
<i>2012</i>	<i>1</i>	<i>29</i>	<i>2</i>	<i>0</i>
<i>2013</i>	<i>7</i>	<i>32</i>	<i>6</i>	<i>3</i>
<i>2014</i>	<i>0</i>	<i>22</i>	<i>2</i>	<i>6</i>
<i>2015</i>	<i>3</i>	<i>28</i>	<i>6</i>	<i>1</i>
<b>TOTAIS</b>	<b>11</b>	<b>137</b>	<b>17</b>	<b>10</b>

### 5.8. Avaliação do P&D incentivado pela Lei de Informática

A avaliação dos resultados das atividades de P&D como sugerido, demanda estudos técnicos especializados. Inclusive, a SEPIN/MCTI tem buscado apoio junto à administração superior do MCTI para viabilizar a contratação desses estudos.

### 5.9. Avaliação da atuação dos institutos conveniados

A Lei de Informática – Lei nº 8.248/91 e suas alterações (Leis nºs 10.176/2001, 11.077/2004 e 13.023/2014) proporcionou a criação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação e Comunicação, privados, voltados para a execução de projetos de P&D em convênio com empresas habilitadas aos incentivos fiscais da Lei de Informática, como também para terceiros.

Os centros foram criados em todas as regiões do Brasil e, para realizarem convênios com as empresas incentivadas à fruição dos incentivos da Lei de Informática, foram credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI.

Dentre os trinta (30) centros privados, credenciados pelo CATI, 10 (dez) captam mais de 95% de todos os recursos, objetos de convênios com as empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática, conforme Tabela a seguir:

**Institutos de P&D Privados - Captação de recursos de empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática – Lei nº 8.248/91.**

Valores em Mil R\$						
Instituição	Número de Colaboradores	Localização Cidade/UF	2012	2013	2014	Total
Instituto <b>Eldorado</b>	600	Campinas/SP	92.727,00	82.266,00	133.800,00	<b>308.793,00</b>
		Brasília/DF				
		Porto Alegre/RS				
<b>SIDI</b> - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	150	Campinas/SP	71.366,00	83.371,00	39.090,00	<b>193.827,00</b>
<b>C.E.S.A.R</b> - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	500	Recife/PE	38.695,00	44.668,00	69.920,00	<b>153.283,00</b>
		São Paulo/SP				
		Sorocaba/SP				
		Curitiba/PR				
<b>Venturus</b> Centro de Inovação Tecnológica	200	Campinas/SP	24.822,00	32.046,00	36.050,00	<b>92.918,00</b>
Centro Internacional de Tecnologia de Software - <b>CITS</b>	160	Curitiba/PR	34.268,00	25.966,00	28.200,00	<b>88.434,00</b>
		Manaus/AM				
<b>FIT</b> - Flextronics Instituto de Tecnologia	162	Sorocaba/SP	21.093,00	22.604,00	26.110,00	<b>69.807,00</b>
<b>Fitec</b> - Fundação para Inovações Tecnológicas	180	Recife/PE	16.388,00	19.403,00	9.980,00	<b>45.771,00</b>
		Campinas/SP				
		Belo Horizonte/MG				
		São José dos Campos/SP				
Instituto <b>Atlântico</b>	200	Fortaleza/CE	7.674,00	9.548,00	14.800,00	<b>32.022,00</b>
		Sobral/CE				
		São Paulo/SP				
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun – <b>Von Braun</b>	120	Campinas/SP	4.789,00	6.871,00	1.620,00	<b>13.280,00</b>
		Campinas/SP				
		São Carlos/SP				
Instituto <b>Recôncavo</b> de Tecnologia	80	Salvador/BA	7.862,00	6.159,00	4.370,00	<b>18.391,00</b>

Fonte: SEPIN – Relatórios Demonstrativos de Aplicação Anual em Atividades de P&D.

Alguns desses centros, mesmo tendo poucos anos de criação, já demonstram capacitação em temas relevantes da área de TIC, dentre os quais, citamos:



- **Von Braun:** Radio Frequency Identification – RFID;
- **CESAR:** Aplicativos para dispositivos móveis;
- **Eldorado:** Desenvolvimento de software, de hardware e sistemas e realização de ensaios e testes de produtos eletrônicos.

### **5.10. Regionalização dos benefícios socioeconômicos da Lei de Informática**

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e o valor total de projetos executados pelas empresas beneficiárias (Próprio) e executados em convênios com institutos de pesquisa e instituições de ensino (Conveniados) por Unidade Federativa (UF):

**Tabela 21 – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e UF – Ano Base 2014**

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
AC	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniados	0	0,00	
AL	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniados	0	0,00	
AM	Próprio	2	7.102.246,48	7.102.246,48
	Conveniados	0	0,00	
AP	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniados	0	0,00	
BA	Próprio	50	20.987.993,17	28.585.294,70
	Conveniados	16	7.597.301,53	
CE	Próprio	154	51.088.872,90	56.207.928,22
	Conveniados	10	5.119.055,32	
DF	Próprio	81	46.231.450,16	46.643.556,91
	Conveniados	5	412.106,75	
ES	Próprio	1	91.286,08	91.286,08
	Conveniados	0	0,00	
GO	Próprio	1	379.665,37	379.665,37
	Conveniados	0	0,00	
MA	Próprio	3	527.611,39	527.611,39
	Conveniados	0	0,00	
MG	Próprio	75	23.173.440,19	64.183.244,19
	Conveniados	303	41.009.804,00	
MS	Próprio	1	389.300,00	597.547,81
	Conveniados	1	208.247,81	
MT	Próprio	0	0,00	200.000,00
	Conveniados	1	200.000,00	
PA	Próprio	4	1.299.996,14	1.299.996,14
	Conveniados	0	0,00	
PB	Próprio	46	18.797.177,26	19.262.694,39
	Conveniados	2	465.517,13	
PE	Próprio	112	165.479.862,59	167.648.622,41
	Conveniados	12	2.168.759,82	
PI	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniados	0	0,00	
PR	Próprio	47	40.561.420,63	71.950.301,82
	Conveniados	156	31.388.881,19	
RJ	Próprio	5	9.199.100,07	10.182.311,05
	Conveniados	15	983.210,98	
RN	Próprio	7	959.679,30	959.679,30
	Conveniados	0	0,00	
RO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniados	0	0,00	
RR	Próprio	0	0,00	0,00

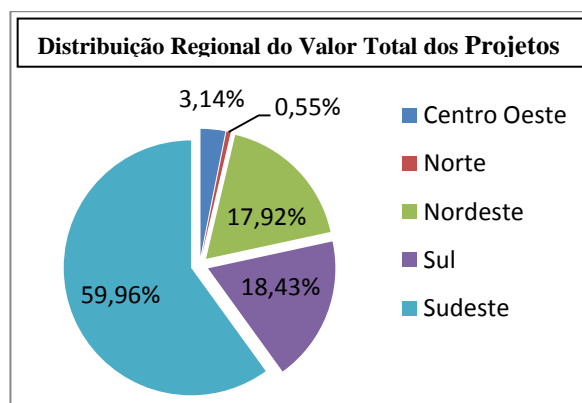
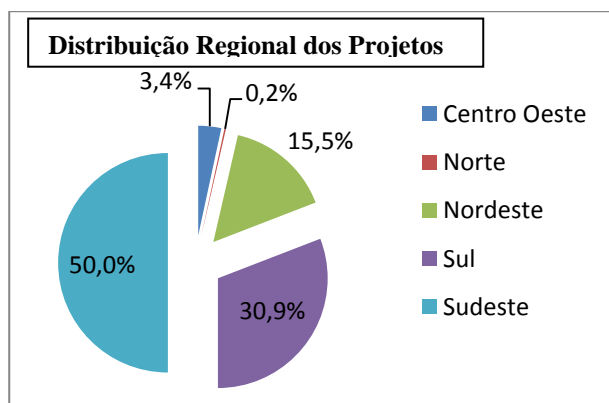
UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
	Conveniado	0	0,00	
RS	Próprio	57	31.052.120,64	144.341.616,20
	Conveniado	341	113.289.495,56	
SC	Próprio	59	11.697.351,74	64.718.162,69
	Conveniado	161	53.020.810,95	
SE	Próprio	1	145.756,28	145.756,28
	Conveniado	0	0,00	
SP	Próprio	318	403.398.111,00	839.995.322,87
	Conveniado	613	436.597.211,87	
TO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e valor total de projetos de P&D executados, por região geográfica.

Tabela 22 – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e Região

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade Total	Total Regional (R\$)
Centro-Oeste	Próprio	7	820.354,00	90	47.820.769,00
	Conveniado	83	47.000.415,00		
Norte	Próprio	0	0,00	6	8.402.242,00
	Conveniado	6	8.402.242,00		
Nordeste	Próprio	40	15.350.633,80	413	273.337.586,80
	Conveniado	373	257.986.953,00		
Sul	Próprio	658	197.699.188,00	821	281.010.081,00
	Conveniado	163	83.310.893,00		
Sudeste	Próprio	931	478.590.227,00	1330	914.452.164,00
	Conveniado	399	435.861.937,00		

**Gráfico – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e região geográfica:** apresentar gráfico de pizza com os valores em R\$ da tabela acima, indicando a distribuição geográfica dos investimentos em P&D da Lei de Informática.



### 5.11. Informações complementares

**Providências adotadas pela SEPIN/MCTI em atenção às recomendações do Acórdão 3.695/2013-TCU-Plenário, subitens 9.8 e 9.9.:**

- A SEPIN/MCTI tomou ciência da recomendação do TCU objeto do citado Acórdão e tem feito gestões junto a Secretaria Executiva do MCTI com vistas à obtenção de recursos para contratação de estudos

especializados para avaliação bienal de resultados econômicos e impactos técnicos da Lei de Informática; bem como para avaliações trienais do PADIS e PATVD, com essa mesma abrangência.

---

#### **Providências adotadas pela SEPIN/MCTI em atenção às recomendações do Acórdão 458/2014-TCU-Plenário:**

- Com relação ao Sistema de Informatização AQUARIUS, os módulos PACI e PARDA estavam previstos para entrada em operação em 2015 e 2016, respectivamente. Contudo, por motivos alheios à SEPIN, incluindo mudanças na administração do MCTI (inclusive Secretário e Diretor da SEPIN) o cronograma de conclusão desses módulos ficou comprometido.
- Com relação à adoção da apresentação de RDAs no formato Simplificado, a SEPIN/MCTI já implantou a metodologia no ano de 2014. Os RDAs dos anos base 2013 e 2014 já foram elaborados nesse formato.
- Com relação ao aprimoramento dos requisitos de credenciamento de Centros de P&D, a SEPIN/MCTI elaborou uma proposta que ainda precisa ser submetida ao CATI; e
- Com relação à divulgação de resultados referentes às atividades de P&D, a SEPIN/MCTI já desenvolveu um formato de apresentação das informações que permitiu ampliar o conteúdo divulgado nos Relatórios Estatísticos dos Resultados da Lei de Informática. O endereço eletrônico para acessar esses relatórios é: <http://sigplani.mct.gov.br/#>

#### **Providências adotadas pela SEPIN/MCTI em atenção às recomendações do Acórdão 837/2014-TCU-Plenário:**

Para atender as recomendações deste Acórdão, foram adotadas as seguintes providências pela SEPIN:

- a) Publicação pelo MCTI da Portaria nº 957/2015, que “Estabelece os procedimentos para utilização dos recursos destinados aos Programas e Projetos de Interesse Nacional na Área de Informática e Automação Considerados Prioritários (PPI) pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, de que trata o art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006”.
- b) Publicação da Resolução CATI nº 01/2015, que “Estabelece as linhas temáticas prioritárias objetivando apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, de dispositivos, de aplicações e de soluções, para o setor de TIC”.
- c) Elaboração de minutas de Portarias SEPIN e Resoluções CATI que estabelecem regramentos não contemplados nos regulamentos citados, que ainda carecem de validação pelo citado comitê e posterior encaminhamento para CONJUR/MCTI.

# **ANEXO II**

**Contribuintes beneficiados pela renúncia: 2014 (Empresas Habilitadas)**

<b>SEQ.</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>CNPJ</b>
1	2m Informática, Telecomunicações, Ind., Com., Exp., e Serviços Ltda.	11.808.864/0001-50
2	4S Informática Indústria e Comércio Ltda.	79.647.087/0001-43
3	ABB Ltda.	61.074.829/0087-01
4	Absolut Mobile do Brasil Distribuidora de Prod. Eletro Eletr. Ltda.	12.147.887/0001-24
5	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	07.157.915/0001-54
6	Active Ware Ind., Com., Imp. & Exportação de Produtos Tecnológicos Ltda.	02.592.344/0001-62
7	Acumuladores Moura S/A	09.811.654/0001-70
8	Acumuladores Moura S/A	09.811.654/0008-46
9	AD-ALL Industrial Eletrônica Ltda.	92.822.220/0001-19
10	Adelco Sistemas de Energia Ltda.	61.693.461/0001-81
11	Advance Tecnologia Ltda.	01.684.800/0001-31
12	AG Indústria e Comércio de Placas Eletrônicas Ltda.	07.620.567/0001-00
13	AGC - Indústria e Comércio de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Ltda.	07.987.840/0001-39
14	Ahgora Sistemas Ltda.	08.202.415/0001-50
15	AIOX do Brasil Equipamentos de Informática Ltda.	10.258.165/0001-11
16	Aldo Componentes Eletrônicos Ltda.	81.106.957/0001-19
17	ALGcom Indústria e Serviços de Telecomunicações Ltda.	05.985.391/0001-64
18	Aligera Equipamentos Digitais Ltda.	05.749.731/0001-58
19	All Eearth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74
20	Altus Sistemas e Informática S/A	92.859.974/0001-43
21	Amplimag Controles Eletrônicos Ltda.	62.005.301/0001-65
22	AMRTEC Tecnologia, Importação e Exportação Ltda.	13.018.396/0001-46
23	Análise Informática Ltda.	22.683.676/0001-60
24	Andrea Huscher - EPP	07.941.931/0001-33
25	APEK Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	03.205.332/0001-09
26	APG Indústria e Comércio de Serviços de Informática Ltda.	08.639.772/0001-80
27	Apple Computer Brasil Ltda.	06.623.904/0001-73
28	Apramed Ind. e Comércio de Aparelhos Médicos Ltda.	09.289.762/0001-24
29	Aptus Produtos Eletrônicos Ltda.	07.745.289/0001-17
30	AQX Instrumentação Eletrônica S/A. <b>(Engenharia e Instrumentação AQTECH)</b>	07.047.450/0001-89
31	Arima Comunicações do Brasil Ltda.	10.337.888/0001-06
32	Aris Tecnologia Ltda.	00.221.199/0001-88
33	Arquimedes Automação de Informática Ltda.	05.374.975/0001-01
34	AsGa S/A	59.694.729/0001-58
35	Atera Informática Ltda.	39.040.597/0001-33
36	ATI - Automação Telecomunicações e Informática Ltda.	22.311.229/0001-80
37	Ativa Soluções Tecnológicas Ind. e Comércio Ltda.	06.241.040/0001-01

38	ATM Soluções em Autoatendimento Ltda. ME	11.733.559/0001-47
39	AUAD Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda. Me	01.377.889/0001-93
40	Audaces Automação e Informática Industrial Ltda.	85.236.743/0001-18
41	Audaces Automação e Informática Industrial Ltda.	85.236.743/0004-60
42	Auteq Computadores e Sistemas Ltda.	04.552.123/0001-96
43	Auto Adesivos Paraná S.A.	03.514.129/0001-06
44	Automatisa Sistemas Ltda.	04.698.769/0001-86
45	Balluff Controles Elétricos Ltda.	52.702.990/0001-03
46	Barash Indústria de Produtos Eletroeletrônicos Ltda.	04.151.010/0001-89
47	Bassetti Indústria e Comércio de Informática Ltda.	09.190.368/0001-34
48	BCM Engenharia Ltda.	87.237.830/0001-15
49	Bematech Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos S/A	82.373.077/0001-71
50	Best Notebooks Comércio EIRELI - ME	19.117.785/0001-05
51	Beta Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	74.686.262/0001-98
52	BILFINGER Mauell Serviços e Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34
53	Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82
54	Bioset Indústria de Tecnologia Eletrônica Ltda.	68.099.431/0001-90
55	Bit Shop Indústria, Comércio, Exportação e Importação Ltda.	42.034.777/0003-89
56	Bit Shop Indústria, Comércio, Exportação e Importação Ltda. (Filial 15)	42.034.777/0015-12
57	BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21
58	BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0002-02
59	BMT Indústria e Comércio de Máquinas e Equip. Eletro-Eletrônicos Ltda.	01.518.767/0001-70
60	Bolland Security - Indústria e Comércio de Equip. Eletrônicos Ltda.	08.593.075/0002-16
61	BPS - Serviços e Comércio de Comunicação de Dados Ltda.	67.648.931/0001-71
62	BR ID Equipamentos e Systemsa S.A.	13.650.799/0001-03
63	BR Token Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.417.547/0001-07
64	BR1 Distribuidora de Produtos de Informática Ltda.	07.123.164/0001-55
65	Bramsys Indústria e Comércio Ltda.	04.729.995/0001-87
66	Brapenta Eletrônica Ltda.	51.207.785/0001-09
67	Brascontrol Indústria e Comércio Ltda.	59.454.686/0001-33
68	Brasilsat Harald S/A	78.404.860/0001-88
69	Brasilsat Harald S/A (Filial 02)	78.404.860/0002-69
70	Brasilsat Harald S/A (Filial 05)	78.404.860/0005-01
71	Brasint Indústria Eletrônica Importação e Exportação Ltda.	07.813.902/0001-96
72	Brasint Indústria Eletrônica Importação e Exportação Ltda. (filial 2)	07.813.902/0002-77
73	Braspolo Tecnologia Ltda.	10.820.045/0001-66
74	Braview Indústria de Produtos Eletrônicos do Brasil Ltda.	05.943.963/0001-42
75	Braxcomm Eletrônica Ltda.	04.594.441/0001-10
76	BRS Indústria d Comércio de Sistemas Eletrônicos Ltda.	07.030.867/0001-39
77	BT Equipamentos Eletrônicos Ltda.	92.362.565/0001-37
78	Bycon Indústria e Com. Eletro Eletrônicos S/A	05.031.031/0002-04
79	C2M Indústria e Comércio Ltda.	02.047.682/0001-13
80	Cablana do Brasil Ltda.	01.770.422/0005-32
81	Cadservice Produtos Eletrônicos Ltda.	65.877.300/0001-07
82	CAF Indústria Eletrônica Ltda.	91.179.192/0001-09
83	CAPEBRAS Industrial Eletrônica Ltda.	05.095.600/0001-02

84	<i>Carci Indústria e Comércio de Aparelhos Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda.</i>	61.461.034/0001-78
85	<i>Cardio Sistemas Comercial e Industrial Ltda.</i>	51.961.258/0001-95
86	<i>CAS Tecnologia S.A.</i>	00.958.378/0001-00
87	<i>Catamoeda Pesquisa e Desenvolvimento de Máquinas S.A.</i>	16.605.674/0001-50
88	<i>CCS Tecnologia e Serviços Ltda</i>	00.964.350/0001-78
89	<i>CEB Eletrônica do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (COMPALEAD)</i>	10.142.624/0001-05
90	<i>Cebra Conversores estáticos Brasileiros Ltda.</i>	81.874.778/0001-21
91	<i>CECBRA Equipamentos Eletrônicos p/ Medicina Estética Ltda.</i>	11.857.412/0001-69
92	<i>Celestica do Brasil Ltda.</i>	03.084.096/0001-01
93	<i>Celestica do Brasil Ltda. (Filial 02)</i>	03.084.096/0002-92
94	<i>Cellcom Brasil Indústria e Comércio de Baterias Para Celulares Ltda.</i>	07.317.890/0001-09
95	<i>Cellcom Brasil Indústria e Comércio de Baterias Para Celulares Ltda.</i>	07.317.890/0002-90
96	<i>Chipnet Computadores Ltda.</i>	02.736.550/0001-07
97	<i>Cianet Indústria e Comércio S/A</i>	74.169.830/0001-83
98	<i>Circuibras Ind. e Com. de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.</i>	79.077.343/0001-04
99	<i>CIS Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.</i>	49.922.131/0001-15
100	<i>Clamper Indústria e Comércio S/A</i>	66.429.895/0001-92
101	<i>Claritek Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	10.528.561/0001-11
102	<i>Cláudio Oliveira de Santana - Me</i>	03.482.370/0001-09
103	<i>Cliptech Indústria e Comércio Ltda.</i>	02.248.426/0002-75
104	<i>CM Comandos Lineares Ltda.</i>	52.898.194/0001-98
105	<i>COESTER Automação Ltda.</i>	88.000.955/0001-90
106	<i>Coleção Ind. e Com. de Inf. Telecomunicações e Eletrônica Ltda.</i>	06.043.130/0001-98
107	<i>COMM Solutions, Empreendimentos e Participações Ltda.</i>	57.753.980/0001-10
108	<i>Commbox Tecnologia Ltda.</i>	07.662.932/0001-49
109	<i>COMPATEC Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	73.679.284/0001-68
110	<i>Competence Indústria Metalúrgica e Automação Ltda.</i>	11.338.577/0001-24
111	<i>Compex Tecnologia Ltda.</i>	03.391.625/0001-10
112	<i>Compex Tecnologia Ltda. (Filial 02)</i>	03.391.625/0002-09
113	<i>Comtac Bahia Ltda.</i>	11.218.398/0001-53
114	<i>Comtex Indústria e Comércio, Importação e Exportação Ltda.</i>	02.408.485/0001-82
115	<i>Concessionária A Hora de São Paulo S.A.</i>	16.660.473/0001-55
116	<i>Concordia Sistemas Ltda.</i>	05.055.328/0001-29
117	<i>Constanta Industrial Ltda.</i>	02.358.783/0002-96
118	<i>Constanta Industrial Ltda.</i>	02.358.783/0001-05
119	<i>Contemp Indústria, Comércio e Serviços Ltda.</i>	53.543.047/0001-68
120	<i>Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda.</i>	48.754.139/0001-57
121	<i>Controlid Indústria, Comércio de Hardware e Serv. Tec. Ltda.</i>	08.238.299/0001-29
122	<i>Contronics Automação Ltda. (CEI - Controles Eletrônicos Intelig. Ltda.)</i>	01.295.130/0001-61
123	<i>Corning Comunicações Ópticas S.A.</i>	42.424.267/0001-56
124	<i>Coscomputer Indústria e Com. de Computadores Ltda.</i>	03.211.492/0001-52
125	<i>CP Eletrônica S/A</i>	88.330.592/0001-50
126	<i>Create Sistemas Ltda.</i>	15.438.805/0001-99
127	<i>Cromax Eletrônica Ltda.</i>	02.325.391/0001-40
128	<i>CS Indústria Eletrônica Ltda.</i>	91.821.637/0001-02
129	<i>D.O. Brasil Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.</i>	06.159.294/0001-85



130	<i>Dabi Atlante Indústria Médico Odontológicas Ltda.</i>	55.979.736/0001-45
131	<i>DAE Eletrônica Ltda.</i>	59.236.844/0001-89
132	<i>Daiken Automação Ltda.</i>	07.952.832/0001-57
133	<i>Daruma Telecomunicações e Informática S/A</i>	45.170.289/0001-25
134	<i>Datalogic ADC do Brasil Comércio de Equip. e Autom. Ltda.</i>	07.312.099/0001-06
135	<i>Datapool Eletrônica Ltda.</i>	20.175.121/0001-81
136	<i>Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Indl. Ltda.</i>	80.590.045/0001-00
137	<i>Dataregis S/A</i>	54.268.438/0001-84
138	<i>Datasonic - Indústria e Distribuição de Eletrônicos Ltda.</i>	07.179.175/0001-57
139	<i>Daten Tecnologia Ltda.</i>	04.602.789/0001-01
140	<i>DC Eletrônica Ltda.</i>	05.593.282/0001-00
141	<i>Décio Indústria Metalúrgica Ltda.</i>	79.009.965/0001-03
142	<i>Defender Tech Ind. e Com. de Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	13.900.767/0001-19
143	<i>DEL Grande Informática e Telecom Indústria e Comércio Ltda.</i>	81.785.545/0001-52
144	<i>DELL Computadores do Brasil Ltda.</i>	72.381.189/0001-10
145	<i>DELL Computadores do Brasil Ltda. (Filial 06)</i>	72.381.189/0006-25
146	<b>Delta Greentech Brasil S.A. (Delta Energy)</b>	03.911.570/0001-21
147	<i>Deltronix Equipamentos Ltda.</i>	56.014.475/0001-91
148	<i>Dexcom Comércio de Informática Ltda.</i>	07.875.712/0001-01
149	<i>DHCP Informática do Brasil Ltda.</i>	05.549.856/0001-34
150	<i>DIGICART Indústria e Comércio de Circuitos Impressos Ltda.</i>	79.018.982/0001-07
151	<i>Digicon S/A Controle Eletrônico para Mecânica</i>	88.020.102/0001-10
152	<i>Digistar Telecomunicações S/A</i>	03.004.730/0001-59
153	<i>DIGITAL Comércio de Informática Ltda.</i>	08.215.230/0001-80
154	<i>Digital S/A Indústria Eletrônica</i>	89.547.269/0001-04
155	<i>Dígitro Tecnologia Ltda.</i>	83.472.803/0001-76
156	<i>Digitron da Amazônica Indústria e Comércio S.A.</i>	84.489.988/0002-75
157	<i>Digivoice Tecnologia em Eletrônica Ltda.</i>	66.705.674/0001-08
158	<i>Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto e Acesso Ltda.</i>	61.099.008/0001-41
159	<i>Distak Computadores Ltda.</i>	05.410.128/0001-47
160	<i>DIXI - TI Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. ME</i>	10.278.563/0001-08
161	<i>DL Comércio e Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	06.940.544/0001-10
162	<i>DMC Importação e Exportação de Equipamentos Ltda.</i>	02.827.605/0001-86
163	<i>D-TECH Indústria e Com. de Prod. de Inform., Áudio, Video e Tel. Ltda.</i>	09.624.700/0001-21
164	<i>Duodigit Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.</i>	05.014.660/0001-45
165	<i>DYNALF Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda.</i>	04.631.183/0001-02
166	<i>DYNALF Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda.</i>	04.631.183/0002-85
167	<i>EASTCONN Tecnologia Ltda.</i>	11.579.146/0001-50
168	<i>ECCOS Tecno Metalúrgica Ltda.</i>	04.718.575/0001-03
169	<i>Ecil Informática Indústria e Comércio Ltda.</i>	69.045.144/0001-60
170	<i>EGPX Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	16.629.999/0001-72
171	<i>EL Shaddai Comércio e Serviços de Informática Ltda. ME</i>	08.154.834/0001-63
172	<i>Elcoma Componentes e Materiais Eletrônicos Ltda.</i>	04.199.007/0001-35
173	<i>ELETRA Indústria e Comércio de Medidores Elétricos Ltda.</i>	12.115.480/0001-15
174	<i>Eletro Zagonel Ltda.</i>	81.365.223/0001-54
175	<i>Eletromatic Controle e Proteção Ltda.</i>	58.066.275/0001-08



176	Elgin S.A.	52.556.578/0001-22
177	ELO Sistemas Eletrônicos S/A	87.332.342/0001-97
178	Elster Medição de Energia Ltda.	05.120.418/0001-56
179	Embrasul Indústria Eletrônica Ltda.	91.772.301/0001-99
180	Empresa 1 - Sistemas de Automação e Comércio Ltda.	01.862.295/0001-78
181	Empresa Sulamericana de Tecnologia Ind. e Com. Ltda.	08.050.237/0001-99
182	Endress + Hauser Flowtec (Brasil) Fluxômetros Ltda.	16.775.286/0001-17
183	Energysystem do Brasil Ltda.	05.260.429/0001-31
184	Engetron - Engenharia Eletrônica Indústria e Comércio Ltda..	19.267.632/0001-44
185	Engworks Industrial Ltda.	01.457.433/0001-33
186	ENTERPLAK Produtos Eletrônicos Ltda.	07.013.491/0001-54
187	Envision Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda.	04.176.689/0003-22
188	Epson Paulista Ltda.	01.554.976/0002-50
189	Ericsson Telecomunicações S/A	33.067.745/0001-27
190	Ericsson Telecomunicações S/A (Filial 39)	33.067.745/0039-08
191	Everest Tecnologia e Informática Ltda. - ME	84.948.991/0001-29
192	Evolusom Comercial Ltda.	01.441.519/0001-78
193	Exatron Indústria Eletrônica Ltda.	90.191.529/0001-22
194	Excel Produtos Eletrônicos Ltda.	64.579.782/0001-48
195	Eyeteq Equipamentos Oftalmológicos Indústria e Comércio Ltda.	69.163.970/0001-04
196	Fabinject Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.	02.289.126/0001-53
197	Fácil Computadores Indústria e Comércio Ltda.	06.325.441/0001-40
198	Fagundes Comercial Import. e exportadora Ltda.	07.953.689/0001-18
199	Falcon Indústria Eletro Eletrônica Ltda.	07.544.271/0001-57
200	Fanem Ltda.	61.100.244/0001-30
201	Fast Aparelhos Eletroeletrônicos Ltda.	19.322.071/0001-39
202	Fênix Indústria de Eletrônicos Ltda.	11.917.738/0001-34
203	Fertron Controle e Automação Industrial Ltda.	50.391.929/0001-67
204	FIBERWORK Comunicações Ópticas Ltda.	03.254.681/0001-02
205	Fibracem Teleinformática Ltda.	02.010.281/0001-99
206	FIH do Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.	04.009.604/0004-00
207	FIT Networks Tecnologia em Inform. e Telecom. Ltda. EPP	15.171.370/0001-69
208	Flexitron Brasil Sistemas Eletrônicos Ltda. EIRELI	07.399.403/0001-02
209	Flextronics International Tecnologia Ltda.	74.404.229/0001-28
210	Flextronics International Tecnologia Ltda. (Filial 02)	74.404.229/0002-09
211	Flextronics International Tecnologia Ltda. (Filial 05)	74.404.229/0005-51
212	Flextronics International Tecnologia Ltda. (Filial 09)	74.404.229/0009-85
213	Flextronics International Tecnologia Ltda. (Filial 10)	74.404.229/0010-19
214	FLORIPA Tecnologia Indústria e Comércio Ltda.	01.151.131/0001-32
215	Foca Controles de Acessos Ltda.	02.451.712/0001-52
216	Force Line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.	03.762.480/0001-16
217	Force Line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.	03.762.480/0002-05
218	Force One Indústria e Com. Metais, Plást. Células Energ. Ltda.	05.327.472/0003-39
219	Fourth Technology Informática Ltda.	01.192.808/0001-80
220	Foxconn Brasil Indústria de Eletrônicos Ltda.	08.285.374/0001-02
221	Foxconn Brasil Indústria de Eletrônicos Ltda. (Filial 2)	08.285.374/0002-93

222	<i>Foxconn Brasil Indústria de Eletrônicos Ltda. (Filial 5)</i>	<i>08.285.374/0005-36</i>
223	<i>Foxconn Brasil Indústria e Comércio Ltda.</i>	<i>08.285.374/0003-74</i>
224	<i>FRT Tecnologia Eletrônica Ltda.</i>	<i>24.420.713/0001-72</i>
225	<i>Fujitsu do Brasil Ltda.</i>	<i>43.456.599/0001-85</i>
226	<i>FULL Gauge eletro-Controles Ltda.</i>	<i>90.446.048/0001-10</i>
227	<i>Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos</i>	<i>51.775.690/0001-91</i>
228	<i>Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos</i>	<i>51.775.690/0018-30</i>
229	<i>GAUSS – Indústria e Comércio de Autopeças Ltda.</i>	<i>80.777.030/0001-48</i>
230	<i>GE Healthcare do Brasil Com. e Serv. para Equip. Médicos-Hosp. Ltda.</i>	<i>00.029.372/0002-21</i>
231	<i>Gelth Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	<i>02.357.885/0001-06</i>
232	<i>Gemalto do Brasil Cartões e Terminais Ltda.</i>	<i>01.586.633/0001-96</i>
233	<i>Genialtec Soluções em Informática Ltda. - ME</i>	<i>10.234.700/0001-02</i>
234	<i>GENNO Tecnologia Ltda.</i>	<i>05.653.764/0001-08</i>
235	<i>Gertec Brasil Ltda.</i>	<i>03.654.119/0001-76</i>
236	<i>Giesecke &amp; Devrient América do Sul Ind. e Com. de Smart Cards S.A</i>	<i>04.400.995/0001-39</i>
237	<i>GL Eletro-Eletrônicos Ltda.</i>	<i>52.618.139/0030-31</i>
238	<i>GL Eletro-Eletrônicos Ltda.</i>	<i>52.618.139/0029-06</i>
239	<i>GL Eletro-Eletrônicos Ltda.</i>	<i>52.618.139/0031-12</i>
240	<i>Globus Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	<i>02.316.213/0001-52</i>
241	<i>Gnatus Equipamentos Médico-Odontológicos Ltda.</i>	<i>48.015.119/0001-64</i>
242	<i>GRAMEYER Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	<i>79.669.354/0001-83</i>
243	<i>GRAMEYER Indústria Eeletroeletrônica Ltda.</i>	<i>10.981.598/0001-09</i>
244	<i>Guarapuava Centro Digital de Informática Ltda.</i>	<i>06.194.394/000142</i>
245	<i>HB Hospitalar Indústria e Comércio Ltda.</i>	<i>58.344.359/0001-66</i>
246	<i>Hbsnews Informática Ltda.</i>	<i>02.086.645/0001-14</i>
247	<i>Helper Tecnologia de Segurança S.A.</i>	<i>13.644.990/0001-42</i>
248	<i>Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.</i>	<i>01.245.055/0001-24</i>
249	<i>Hércules Motores Elétricos Ltda.</i>	<i>07.442.711/0001-65</i>
250	<i>Hewlett Packard Brasil Ltda.</i>	<i>61.797.924/0001-55</i>
251	<i>Hewlett-Packard Computadores Ltda.</i>	<i>00.379.771/0001-31</i>
252	<i>Hewlett-Packard Computadores Ltda. (Filial 02)</i>	<i>00.379.771/0002-12</i>
253	<i>High Bridge Solution Industrial Eletrônica S/A</i>	<i>09.514.660/0002-46</i>
254	<i>Hightech Informática Comércio e Serviços Ltda.</i>	<i>00.481.679/0001-88</i>
255	<i>HI-MIX Eletrônica Ltda.</i>	<i>14.785.345/0001-02</i>
256	<i>Hitachi Data Systems do Brasil Ltda.</i>	<i>68.074.673/0001-20</i>
257	<i>Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A.</i>	<i>19.690.445/0001-79</i>
258	<i>Home Tech Comércio e Indústria Ltda.</i>	<i>03.919.188/0001-64</i>
259	<i>Houter do Brasil Ltda.</i>	<i>03.928.633/0001-52</i>
260	<i>HOWCOM Indústria e Comércio de Informática e Eletrônica Ltda.</i>	<i>10.836.739/0001-91</i>
261	<i>HTM Indústria de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda.</i>	<i>03.271.206/0001-44</i>
262	<i>HUAWEI do Brasil Telecomunicações Ltda.</i>	<i>02.975.504/0004-03</i>
263	<i>Huber Suhner América Latica Ltda.</i>	<i>03.054.923.0002-03</i>
264	<i>Ibramed - Indústria Brasileira de Equipamentos Médicos Ltda.</i>	<i>00.133.418/0001-77</i>
265	<i>ICA Telecomunicações Ltda.</i>	<i>47.103.106/0001-84</i>
266	<i>Icatel - Telemática Serviços e Comércio Ltda.</i>	<i>04.163.433/0001-19</i>
267	<i>Iconnect Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	<i>19.173.151/0001-70</i>

268	Icop Tecnologia da Informação Ltda.	07.768.467/0001-25
269	IDEAL Indústria e Comércio de Antenas Ltda.	25.600.086/0001-40
270	Identech-Next Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	85.065.415/0001-04
271	IDT- Latin América Ltda.	04.795.089/0001-80
272	IECO Desenvolvimento, Indústria de Máquinas e Aparelhos Ltda.	89.273.627/0001-20
273	IFOX - Indústria e Comércio Ltda. ME	03.630.997/0001-51
274	Ilha Service - Serviços de Informática Ltda.	85.240.869/0001-66
275	Imply Tecnologia Eletrônica Ltda.	05.681.400/0001-23
276	IMS - Soluções em Energia Ltda.	87.723.474/0001-40
277	Incard do Brasil Ltda.	05.591.856/0001-00
278	Incontrol Controles Industriais Ltda.	04.702.978/0001-56
279	Indra Esteio Sistemas S/A	09.523.576/0001-08
280	Industra Technologies Indústria e Comércio Ltda.	57.478.612/0001-01
281	Indústrias Tudor MG de Baterias Ltda.	20.278.271/0001-10
282	Indústrias Tudor SP de Baterias Ltda.	96.195.615/0001-90
283	Infolev Elevadores e Informática Ltda.	66.956.160/0001-17
284	Ingênico do Brasil Ltda.	03.616.814/0001-43
285	Ingeteam Ltda.	03.306.629/0001-52
286	INNO Informática Ltda.	01.004.788/0001-77
287	INNOV Serviços e Computadores Ltda.	12.383.558/0001-82
288	Inova Sistemas Eletrônicos Ltda.	01.842.082/0001-84
289	Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70
290	Instramed Indústria Médico Hospitalar Ltda.	90.909.631/0001-10
291	Intelbrás S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira	82.901.000/0001-27
292	Intelbrás S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (Filial 14)	82.901.000/0014-41
293	Intelbrás S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (Filial 16)	82.901.000/0016-03
294	Intelbrás S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (Filial 20)	82.901.000/0020-90
295	Intelbrás S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (Filial 22)	82.901.000/0022-51
296	IntelCav Cartões Ltda.	03.935.003/0002-96
297	Intermec (South America) Ltda.	00.954.716/0002-09
298	Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda.	49.520.521/0001-69
299	Interprint Ltda.	42.123.091/0045-13
300	Intral S.A.	88.611.264/0001-22
301	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda.	01.579.387/0001-45
302	INVIX do Brasil Sistemas Eletrônicos Ltda.	11.005.595/0001-94
303	INWAVE Technologies Import. Export. Ind. e Comércio Ltda.	08.084.100/0001-55
304	IONICS Informática e Automação Ltda.	81.361.644/0001-07
305	ISCON Tecnologia e Indústria - Soluções em Cab. Fibra Óptica Ltda.	00.665.413/0001-95
306	Itautec S/A - Grupo Itautec	54.526.082/0004-84
307	ITRON Soluções para Energia e Água Ltda. (Ex. Actaris Ltda.)	60.882.719/0001-25
308	JAB Comércio e Distribuição de Eletro Eletrônico Ltda.	16.571.889/0001-05
309	Jabil do Brasil Indústria eletroEletrônica Ltda. (Filial 02)	04.854.120/0002-98
310	Jabil do Brasil Indústria eletroEletrônica Ltda. (Filial 07)	04.854.120/0007-00

311	JFA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99
312	JFL Equipamentos Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	86.527.934/0001-00
313	JG Indústria de Produtos de Informática Ltda. ME	18.903.951/0001-36
314	Johnson Controls PS do Brasil Ltda.	01.376.079/0001-12
315	Karitec Sistemas Ltda.	74.422.759/0001-07
316	Kathrein Automotivo do Brasil Ltda. <b>(Olimpus Industrial e Comercial Ltda.)</b>	60.892.528/0001-44
317	Kavo do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	84.683.556/0001-10
318	Kelow Informática Ltda.	03.843.947/0001-52
319	Khomp Indústria e Comércio Ltda.	01.277.298/0001-44
320	Kidasen Indústria e Comércio de Antenas Ltda.	84.978.485/0001-82
321	Kimax Indústria e Com. de Máquinas KnihS Ltda.	80.667.421/0001-00
322	KLD Biosistemas Equipamentos Eletrônicos Ltda.	52.072.600/0001-69
323	K-Mex Indústria Eletrônica Ltda.	05.900.282/0001-05
324	KOP Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	10.240.093/0001-85
325	Kostal Eletromecânica Ltda.	60.852.274/0001-30
326	Krhonos Ind. Com. e Serviços e Eltrônica Ltda.	78.323.094/0004-70
327	KRON Instrumentos Elétricos Ltda.	60.891.033/0001-09
328	KVA Indústria e Comércio Ltda.	04.851.765/0001-96
329	LACERDA Sistemas de Engenharia Ltda.	02.699.847/0001-31
330	Lamix Painéis Eletrônicos Ltda.	01.913.851/0001-98
331	Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda.	58.900.754/0001-88
332	LC Indústria Eletrônica Ltda.	06.994.507/0001-94
333	Leader Tech Industrial Ltda.	03.968.346/0001-76
334	Leader Tech Industrial Ltda. (Filial 2)	03.968.346/0002-57
335	Leadership Indústria e Com. de Comp. Ltda. <b>(SDC Comp. e Equip. Ind. Ltda.)</b>	07.046.435/0001-16
336	Lenke Automação Industrial Ltda. EPP	04.645.176/0001-51
337	Lenovo Tecnoloiga (Brasil) Ltda.	07.275.920/0001-61
338	Leucotron Equipamentos Ltda.	18.149.211/0001-56
339	Lexmark International Brasil Ltda.	00.767.378/0001-15
340	LG Electronics do Brasil Ltda.	01.166.372/0001-55
341	LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31
342	Login Informática Comércio e Representação Ltda.	00.066.716/0003-53
343	Logmaster Tecnologia Ltda.	03.035.204/0001-56
344	Look Out Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda.	58.715.434/0001-58
345	LUPA Tecnologia de Sistmas Ltda.	04.849.297/0001-15
346	Madis Rodbel Soluções de Ponto de Acesso Ltda.	61.092.565/0001-30
347	MAGNAMED Tecnologia Médica S/A	01.298.443/0001-73
348	Magneti Marelli Sistemas Automotivos Ind. e Com. Ltda. (Filial 6)	02.990.605/0006-07
349	Marlin Industrial Ltda.	04.216.558/0001-60
350	Marlin Industrial Ltda.	04.216.558/0002-40
351	Marumbi Tecnologia Ltda. - ME	08.528.684/0001-00
352	MARXTEL Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80
353	Max Free Indústria e Com. Import. e Export. Ltda.	08.811.814/0001-18
354	Maxicom Equipamentos Eletrônicos Ltda.	55.625.511/0001-90
355	Maxtrack Industrial Ltda.	04.188.944/0001-95

356	Maxtrack Industrial Ltda.	04.188.944/0002-76
357	Mazer Distribuidora Ltda.	94.623.741/0002-53
358	MCM Controles Eletrônicos Ltda.	25.312.273/0001-00
359	M.C.S. Kollmorgem Comércio e Indústria Ltda.	52.243.680/0001-78
360	MEDPEJ Equipamentos Médicos Ltda.	03.155.958/0001-40
361	Megamamute Comércio on line de Eletr. e Inform. Ltda.	13.477.477/0001-04
362	Megaware Industrial Ltda. <b>(St Bartg)</b>	00.537.541/0001-53
363	Memory One Brasil Indústria e Comércio de Informática Ltda.	10.199.240/0001-10
364	Menno Equipamentos Para escritório Ltda.	89.420.590/0001-15
365	Metalurgica Usimetal Ltda.	95.313.771/0001-45
366	Metalurgica W3 Sat Ltda.	00.647.670/0001-02
367	Metroval Controle de Fluidos Ltda.	58.762.956/0001-00
368	Mezon Amazonia Ind. e Com. de Prod. de Telecom. Ltda. <b>(Dataprom Smart Cards)</b>	01.341.588/0001-00
369	MGS Eletrônica Ltda.	62.709.753/0001-28
370	MIC Suporte Ltda.	71.461.495/0001-02
371	Micro Lux Comercial de Informática e Serviços Ltda.	12.343.506/0001-82
372	Microblau Indústria Eletrônica Ltda.	53.676.474/0001-14
373	Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67
374	Micropress S.A.	56.606.544/0001-56
375	Microsens Ltda.	78.126.950/0003-16
376	Microtécnica Informática Ltda.	01.590.725/0004-26
377	Microvip Indústria e Comércio Eletro Eletrônicos Ltda. EPP	02.661.035/0001-05
378	Mineoro Indústria Eletrônica Ltda.	87.374.229/0001-74
379	MM Optics Ltda.	02.466.212/0001-94
380	Mobitec Brasil Ltda.	03.393.064/0001-98
381	Montel Sistemas de Comunicações Ltda.	59.483.115/0001-27
382	Morpho do Brasil S.A.	02.997.156/0001-14
383	Motoppar Indústria e Comércio de Automomatozadores Ltda.	52.605.821/0001-55
384	Motorola Mobility Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	01.472.720/0001-12
385	Motorola Solutions Ltda.	10.652.730/0001-20
386	Moura Baterias Automotivas e Indl. Com e Importação Ltda.	15.459.513/0001-32
387	MPCI Metal Protector Ltda.	03.815.151/0001-96
388	Multilaser Industrial Ltda.	59.717.553/0006-17
389	Multitherm Sistemas e Automação Ltda.	81.871.568/0001-80
390	MXT Industrial Ltda.	09.393.742/0001-07
391	Myatech Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74
392	N3 Computadores, Periféricos e Eletrônica Ltda.	07.656.686/0001-12
393	Nansen S/A - Instrumentos de Precisão	17.155.276/0001-41
394	Nastek Indústria e Comércio Ltda.	06.105.356/0001-76
395	Neocontrol Soluções em Automação S.A.	07.048.760/0001-18
396	New Face Informática de Santos Ltda.	05.441.657/0001-08
397	Newpower Sistemas de Energia S/A	03.171.752/0001-03
398	Next Shop Informática Ltda.	53.865.887/0001-47
399	NHS Sistemas Eletrônicos Ltda.	81.048.837/0001-02
400	Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43
401	Nilko Eletro Ltda.	75.179.051/0001-21



402	<i>Nilko Tecnologia Ltda.</i>	<i>75.086.785/0001-66</i>
403	<i>Nitere Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	<i>10.261.693/0001-20</i>
404	<i>NKL Produtos Eletrônicos Ltda. ME</i>	<i>04.920.239/0001-30</i>
405	<i>Nokia Solutions and Networks do Brasil Telecom. Ltda.</i>	<i>01.108.177/0014-93</i>
406	<i>Nokia Solutions and Networks do Brasil Telecom. Ltda.</i>	<i>01.108.177/0037-80</i>
407	<i>NOVELLO &amp; GODOI Ltda.</i>	<i>05.663.722/0001-40</i>
408	<i>Novus Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	<i>88.176.995/0001-97</i>
409	<i>NOWAX LED Sistemas de Iluminação Ltda.</i>	<i>14.418.021/0001-36</i>
410	<i>Noxxon Sat Telecomunicações Ltda.</i>	<i>08.163.526/0002-85</i>
411	<i>Oberthur Technologies Sistema de Cartões Ltda.</i>	<i>06.137.098/0005-33</i>
412	<i>Oderço Distribuidora de Eletrônicos Ltda.</i>	<i>09.301.845/0001-91</i>
413	<i>OIW - Indústria Eletrônica S.A.</i>	<i>07.212.549/0002-70</i>
414	<i>OKI Brasil Ind. e Com. de Prod. de Tecnologia em Autom. S.A.</i>	<i>16.564.682/0001-03</i>
415	<i>Olidef CZ Indústria e Comércio de Aparelhos Hospitalares Ltda.</i>	<i>55.983.274/0001-30</i>
416	<i>Olsen Indústria e Comércio S/A</i>	<i>83.802.215/0001-53</i>
417	<i>Omega Informática Ltda. EPP</i>	<i>02.622.506/0001-68</i>
418	<i>Omega Tecnologia Da Informática Ltda. Me</i>	<i>04.808.453/0001-08</i>
419	<i>Omegaport Equipamentos de Segurança Ltda.</i>	<i>05.288.010/0001-98</i>
420	<i>Omnimed Ltda.</i>	<i>04.469.133/0001-62</i>
421	<i>Omnisys Engenharia Ltda.</i>	<i>01.773.463/0001-59</i>
422	<i>OMRON Componentes Automotivos Ltda.</i>	<i>07.760.479/0001-03</i>
423	<i>Onix Tecnologia do Brasil Ltda. EPP</i>	<i>10.669.788/0001-87</i>
424	<i>Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda.</i>	<i>04.379.842/0001-57</i>
425	<i>Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda.</i>	<i>04.379.842/0003-19</i>
426	<i>Opto Eletrônica S/A</i>	<i>54.253.661/0001-58</i>
427	<i>Orbe Brasil Indústria e Comércio Ltda.</i>	<i>02.818.332/0001-03</i>
428	<i>Padtec Ltda.</i>	<i>03.549.807/0001-76</i>
429	<i>Paganin e Cia Ltda.</i>	<i>88.649.355/0001-57</i>
430	<i>Parks S/A Comunicações Digitais</i>	<i>92.679.331/0001-18</i>
431	<i>Pauta Equipamentos e Serviços Ltda..</i>	<i>83.064.741/0005-97</i>
432	<i>PCI Paraná Indústria de Circuitos Impressos Ltda.</i>	<i>79.599.411/0001-03</i>
433	<i>Peccinin Portões Automáticos Industriais Ltda.</i>	<i>60.938.404/0001-52</i>
434	<i>Peltier Comércio e Indústria Ltda.</i>	<i>62.743.539/0004-30</i>
435	<i>Perkons S.A.</i>	<i>82.646.332/0001-02</i>
436	<i>Perto S/A Periféricos Para Automação</i>	<i>92.080.035/0001-04</i>
437	<i>Philips Medical Systems Ltda.</i>	<i>58.295.213/0018-16</i>
438	<i>PHINOVO Indústria, Com., Distrib. Import. e Export. Ltda.</i>	<i>17.068.094/0001-33</i>
439	<i>PIXEL TI Indústria e Comércio de Produtos Eletr. Ltda.</i>	<i>05.554.082/0001-30</i>
440	<i>Planac Computadores Ltda.</i>	<i>07.819.128/0001-20</i>
441	<i>Plataforma Informática e Suplementos Ltda.</i>	<i>09.722.492/0001-01</i>
442	<i>Portátil Equipamentos de Informática Ltda.</i>	<i>06.787.479/0001-34</i>
443	<i>Portotec - Indústria e Comércio de Computadores Ltda.</i>	<i>07.421.794/0001-06</i>
444	<i>Positivo Informática S/A</i>	<i>81.243.735/0001-48</i>
445	<i>Positivo Informática S/A (Filial 3)</i>	<i>81.243.735/0003-00</i>
446	<i>Positivo Informática S/A (Filial 9)</i>	<i>81.243.735/0009-03</i>
447	<i>Power Fast Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.</i>	<i>12.848.078/0002-20</i>

448	Powerbras Indústria Eletrônica Ltda.	35.863.851/0001-42
449	Powerpc Ltda.	06.697.988/0004-19
450	Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09
451	Prodata Mobility Brasil S.A.	05.535.694/0002-66
452	Produza Indústria, Comércio e Serviços em Eletrônica S.A.	09.637.852/0001-69
453	Progic Tecnologia Eletrônica Ltda.	09.362.098/0001-00
454	Proqualit Telecom Ltda.	68.389.097/0001-00
455	Proqualit Telecom Ltda.	68.389.097/0003-71
456	Prorege do Brasil Ltda. ME	18.998.178/0001-39
457	Proteco Indústria eletrotécnica Ltda.	61.310.801/0001-48
458	Proveu Indústria Eletrônica Ltda.	07.020.193/0001-91
459	PROVOLT Tectecnologia Eletrônica Ltda.	80.663.883/0001-59
460	Prysmian Draka Brasil S.A.	03.737.402/0001-61
461	Prysmian Draka Brasil S.A.	03.737.402/0008-38
462	Prysmian Fibras Ópticas Brasil Ltda. <b>(Draktel Optical Fibre S/A)</b>	03.742.747/0001-03
463	Pumatronix Equipamentos Eletrônicos Ltda.	08.823.013/0001-72
464	QBEX Computadores Ltda.	05.480.302/0001-28
465	Quality Componentes Eletrônicos Ltda. ME	11.705.848/0001-32
466	Quanta Tecnologia Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	57.455.818/0001-16
467	Quíron Indústria e Comércio de Informática Ltda.	04.277.850/0001-92
468	Radioenge Equipamentos de Telecomunicações Ltda. ME	09.092.846/0001-73
469	R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70
470	RAD do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.662.963/0001-01
471	RAD do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.662.963/0002-92
472	RCG Tecnologia Eletromecânica Ltda.	01.281.020/0002-21
473	RCG Tecnologia eletromecânica Ltda.	01.281.020/0001-40
474	RCP Informática Ltda.	10.986.854/0001-42
475	Reason Tecnologia S/A	85.117.687/0002-83
476	Reason Tecnologia S/A	85.117.687/0001-00
477	Rede GLM Informática Ltda.	04.520.372/0001-08
478	Redecamp Indústria, Comércio e Serviços de Telecom. S.A.	05.425.950/0001-81
479	Reistar Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.	05.949.989/0002-89
480	Reivax Indústria e Comércio de Instrum. Eletrônica e Controle Ltda.	79.942.645/0001-01
481	Relm Chatral Telecomunicações Ltda.	61.261.624/0001-57
482	Reycom - Ind. e Com. de Produtos de Informática Ltda.	07.839.070/0001-87
483	RGT Eletrônica Ltda.	05.943.957/0001-95
484	Ricopeças Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.	06.241.208/0001-89
485	RM Indústria de Eletrônicos Ltda.	03.313.250/0001-70
486	RMS Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81
487	Rockwell Automation do Brasil Ltda.	46.323.754/0001-83
488	Rockwell Automation do Brasil Ltda.	46.323.754/0004-26
489	Rohde&Schwarz do Brasil Ltda.	02.957.511/0001-21
490	Romaze Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	07.315.550/0001-49
491	Rosenberg Domex Telecomunicações Ltda.	54.821.137/0001-36
492	RTA - Rede de Tecnologia Avançada Ltda.	00.429.640/0001-11
493	S&V Consultoria, Ind. e Com. de Equip. Eletrônicos e Softawre Ltda.	01.730.203/0001-04

494	<i>Sabia Experience Tecnologia S.A.</i>	06.927.957/0001-64
495	<i>SAFESOFT Indústria e Com. de Equip. Eletrônicos Ltda.</i>	05.728.496/0002-19
496	<i>Samsung Eletrônica Da Amazônia Ltda. (Filial 2)</i>	00.280.273/0002-18
497	<i>Sanmina-SCI do Brasil Integration Ltda.</i>	01.498.525/0001-61
498	<i>Sanmina-SCI do Brasil Ltda.</i>	02.855.892/0001-38
499	<i>Satech Sistemas de Telecomunicações Ltda.</i>	80.021.538/0001-11
500	<i>SC&amp;C Indústria Eletrônica Ltda.</i>	06.242.969/0001-55
501	<i>SC&amp;C Indústria Eletrônica Ltda.</i>	06.242.969/0003-17
502	<i>Schalter Eletrônica Ltda.</i>	93.866.382/0001-11
503	<i>Schneider Electric Brasil Ltda.</i>	82.743.287/0027-43
504	<i>Schneider Electric IT Brasil Ind. Com. Ltda (Microsol)</i>	07.108.509/0001-00
505	<i>SD Indústria, Comércio e Serviços de Informática Ltda. (Leadership Sul)</i>	09.404.505/0001-96
506	<i>SDC Engenharia de Sistemas Ltda.</i>	45.703.378/0001-90
507	<i>SDL Eletro Eletrônica Ltda. EPP</i>	11.354.726/0001-49
508	<i>SEICOM - Materiais para Redes de Telecomunicações Ltda.</i>	10.843.079/0001-76
509	<i>Semp Toshiba Informática Ltda.</i>	54.428.040/0001-68
510	<i>Sense Eletrônica Ltda.</i>	47.922.042/0001-43
511	<i>Serdia Eletrônica Industrial Ltda.</i>	80.787.443/0001-03
512	<i>Sergipel Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	07.586.532/0001-00
513	<i>Serttel Ltda.</i>	24.144.040/0001-75
514	<i>Seva Engenharia Eletrônica S/A</i>	71.336.218/0001-60
515	<i>SGF Computadores Automotivos Ltda.</i>	58.616.525/0001-36
516	<i>SHELTER AP Tecnologia Ltda.</i>	12.551.358/0001-91
517	<i>SI - Sistemas Inteligentes Eletrônicos Ltda.</i>	82.027.129/0001-58
518	<i>Siemens Ltda.</i>	44.013.159/0065-80
519	<i>Siemens Ltda.</i>	44.013.159/0031-31
520	<i>SISVÔO - Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	17.650.334/0001-03
521	<i>Smak Tecnologia e Automação Ltda.</i>	04.794.016/0001-74
522	<i>SMART Modular Technologies do Brasil - Ind. e Com. de Comp. Ltda.</i>	11.576.445/0001-30
523	<i>SmartGreen Desenvolvimento de Tecnologias S.A.</i>	12.899.279/0001-76
524	<i>Soft Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	03.938.055/0001-35
525	<i>Solaris Automation Ltda.</i>	94.506.433/0001-67
526	<i>Solution Comércio e Manutenção Eletrônica Ltda. - epp</i>	05.805.147/0001-72
527	<i>Solutron Eletro Eletrônica Ltda.</i>	07.811.503/0001-96
528	<i>Sonabyte Eletrônica Ltda.</i>	55.409.759/0001-14
529	<i>Sone Soluções em Informática Ltda.</i>	07.717.749/0001-01
530	<i>Sonoco do Brasil Ltda.</i>	00.496.586/0021-70
531	<i>Spacecomm Monitoramento S.A.</i>	09.070.101/0001-03
532	<i>Space Tech Ind. Com. Imp. exp. equip. de Informática Ltda.</i>	07.660.698/0001-10
533	<i>Specto Painéis Eletrônicos Ltda.</i>	95.849.642/0001-76
534	<i>SPHERICAL Network Telecomunicações Ltda.</i>	07.281.889/0001-71
535	<i>Spider Tecnologia Indústria e Comércio Ltda.</i>	68.432.764/0001-90
536	<i>SPM Indústria Brasileira de Informática - Eireli - EPP</i>	10.916.907/0001-59
537	<i>STD - Sistemas Técnicos Digitais S/A</i>	00.713.610/0001-32
538	<i>Sultech Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	94.135.977/0001-60
539	<i>SULTON Produtos Eletrônicos Ltda.</i>	79.137.386/0001-38



540	<i>Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda.</i>	05.799.928/0001-00
541	<i>Sweda Informática Ltda.</i>	53.485.215/0001-06
542	<i>Syma Computadores Ltda.</i>	04.912.543/0001-36
543	<i>T2 Sistemas Dedicados Ltda.</i>	09.099.448/0001-89
544	<i>Talkandwrite Informática Ltda. ME</i>	07.723.099/000-07
545	<i>Tanca Informática Ltda.</i>	08.723.218/0001-86
546	<i>TCS - Indústria de Comp. de Comunicação e Sist. de Segurança Ltda.</i>	07.139.853/0002-39
547	<i>TCS - Indústria de Comp. de Comunicação e Sistemas de Segurança Ltda.</i>	07.139.853/0001-58
548	<i>Tease Eletrônica Ltda.</i>	55.794.200/0001-55
549	<i>TEB - Tecnologia Eletrônica Brasileira Ltda.</i>	46.055.703/0001-18
550	<i>TECH CORP Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.</i>	10.226.773/0001-44
551	<i>Techlink Indústria Eletrônica Da Bahia Ltda.</i>	03.624.332/0001-35
552	<i>Tecno Indústria e Comércio de Computadores Ltda.</i>	07.272.825/0001-04
553	<i>Tecnologia Quantum Indústria Eletrônica Ltda.</i>	57.418.857/0001-43
554	<i>Tecnometal Equipamentos Ltda.</i>	04.137.701/0001-28
555	<i>Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.</i>	60.432.713/0001-56
556	<i>Tecsys do Brasil Industrial Ltda.</i>	04.165.939/0001-67
557	<i>Tectrol Equipamentos elétricos e Eletrônicos Ltda.</i>	43.680.172/0001-66
558	<i>Teczap Comércio e Distribuição Ltda.</i>	08.619.872/0001-44
559	<i>Teikon Tecnologia Industrial S/A</i>	01.371.925/0001-01
560	<i>Teikon Tecnologia Industrial S/A (Filial 2)</i>	01.371.925/0002-92
561	<i>Teikon Tecnologia Industrial S/A (Filial 3)</i>	01.371.925/0003-73
562	<i>Teikon Tecnologia Industrial S/A (Filial 4)</i>	01.371.925/0004-54
563	<i>Telemática Sistemas Inteligentes Ltda.</i>	44.772.937/0001-50
564	<i>Telemed Automação e Controle de Líquidos Ltda.</i>	47.380.365/0001-52
565	<i>Tem Indústria Eletrônica e Comércio Ltda.</i>	06.219.211/0001-04
566	<i>Teracom Telemática Ltda.</i>	02.820.966/0001-09
567	<i>Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda.</i>	81.778.920/0001-37
568	<i>THEVEAR Eletrônica Ltda.</i>	62.034.608/0001-94
569	<i>Thinktech Indústria e Comércio de Informática Ltda.</i>	05.736.201/0001-75
570	<i>Tmed Tecnologia Médica S/A</i>	00.200.671/0001-04
571	<i>Token Link Connectividade Ltda.</i>	13.153.120/0001-70
572	<i>Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda.</i>	59.704.510/0001-92
573	<i>Topdata Sistemas de Automação Ltda.</i>	72.041.049/0001-01
574	<i>Top-Line Systems Informática Ltda.</i>	66.981.523/0001-74
575	<i>Toshiba Medical do Brasil Ltda.</i>	46.563.938/0014-35
576	<i>Trafolux Industria e Comercio de Transformadores Ltda.</i>	00.170.465/0001-90
577	<i>Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda.</i>	05.246.462/0001-07
578	<i>Transform Tecnologia de Ponta Ltda.</i>	05.495.281/0002-03
579	<i>Treetech Sistemas Digitais Ltda.</i>	74.211.970/0002-53
580	<i>Trix Tecnologia Ltda.</i>	54.481.502/0001-00
581	<i>TS Shara Tecnologia de Sistemas Ltda.</i>	64.600.422/0001-80
582	<i>Tury do Brasil Indústria e Comércio Ltda.</i>	62.706.981/0001-44
583	<i>Tyco Electronics Brasil Ltda.</i>	00.907.845/0012-18
584	<b>UNIFY - Soluções em Tec. Inform. Ltda. (Siemens enterprise Comm. - TIC)</b>	67.071.001/0003-60

585	<i>Unimicro Tecnologia e Sistemas Ltda. (Bel Micro Computadores Ltda.)</i>	71.052.559/0001-03
586	<i>Uninter Informática Ltda.</i>	14.037.664/0001-30
587	<i>Uniseller - Indústria, Comércio e Serviços Ltda.</i>	01.798.790/0001-65
588	<i>Unisys Tecnologia Ltda.</i>	01.483.153/0001-08
589	<i>UPSAI - Sistemas de Energia Ltda.</i>	02.258.188/0001-06
590	<i>Urano Indústria de Balanças e Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	88.979.042/0001-67
591	<i>U-Tech do Brasil Indústria, Importação, Exp. e Distrib. Ltda. (Filial 2)</i>	09.153.012/0002-01
592	<i>V2 Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	06.967.175/0001-59
593	<i>Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios Magnéticos S/A</i>	33.113.309/0014-61
594	<i>Veltec Soluções Tecnológicas S.A.</i>	07.550.731/0001-50
595	<i>Vetron Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	55.011.373/0001-50
596	<i>VIP Informática Ltda.</i>	07.626.697/0002-30
597	<i>Vision Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas Ltda.</i>	07.556.513/0001-22
598	<i>Visum Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	72.164.734/0001-17
599	<i>Visum Sistemas Eletrônicos Ltda. (Filial 2)</i>	72.164.734/0002-06
600	<i>Visum Sistemas Eletrônicos Ltda. (Filial 3)</i>	72.164.734/0003-89
601	<i>VMI Sistemas de Segurança Ltda.</i>	05.293.074/0001-87
602	<i>Volt Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	11.664.103/0001-72
603	<i>WAZ Hardware Import. Com. de Suprim. de Informática Ltda.</i>	06.036.939/0001-92
604	<i>WEBCARSTORE do Brasil Acessórios Automotivos Ltda.</i>	00.882.271/0001-18
605	<i>WEG Automação Critical Power Ltda.</i>	00.668.382/0001-26
606	<i>WEG Drives &amp; Controls - Automação Ltda.</i>	14.309.992/0001-48
607	<i>WEG Drives &amp; Controls - Automação Ltda.</i>	14.309.992/0003-00
608	<i>WEM Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	54.611.678/0001-30
609	<i>WI2BE Technologai S.A.</i>	11.013.389/0001-26
610	<i>Wincor Nixdorf Soluções em Tecnologia Da Informação Ltda.</i>	05.755.233/0001-18
611	<i>Winparts Comércio, Indústria, Importação e Exportação Ltda.</i>	01.665.464/0001-80
612	<i>Wise Informática Ltda.</i>	24.909.160/0001-16
613	<i>Wisecase Indústria e Comércio eletrônico Ltda.</i>	04.320.987/0001-82
614	<i>WNI do Brasil Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	05.092.015/0001-40
615	<i>WPS Brasil Ltda.</i>	04.225.761/0001-00
616	<i>WS Equipamentos Eletrônicos Ltda.</i>	15.246.133/0001-10
617	<i>WXBR Sistemas de Telecomunicações Ltda.</i>	10.210.213/0001-00
618	<i>Wyma Tecnologia e Sistemas Ltda.</i>	01.873.139/0001-02
619	<i>XPS Sistemas Eletrônicos Ltda.</i>	65.948.648/0001-30
620	<i>Zatix Tecnologia S.A. (Omnalink Tecnologia S.A.)</i>	03.585.974/0005-04
621	<i>Zenite Tecnologia e Teleinformática Ltda.</i>	04.708.116/0001-30
622	<i>ZForge Tecnologia Ltda.</i>	09.251.865/0001-03
623	<i>ZPM Indústria e Comércio Ltda.</i>	00.908.118/0001-12

# **ANEXO III**

**Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária: 2014  
(Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento)**

SEQ.	RAZÃO SOCIAL
1	ELDORADO - Instituto de Pesquisas Eldorado
2	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
3	C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
4	SIDI - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática
5	VENTURUS - Venturus Centro de Inovação Tecnológica
6	UFC - Universidade Federal do Ceará
7	FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia
8	BRISA - Brisa Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação
9	PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
10	UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
11	LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico
12	ATLÂNTICO - Instituto Atlântico
13	CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
14	MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie - Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica
15	UECE - Universidade Estadual do Ceará
16	FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica
17	FITec - Fundação para Inovações Tecnológicas
18	PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Informática - FACIN
19	INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações - Instituto Nacional de Telecomunicações, mantido pela FINATEL - Sede
20	IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
21	SAPIENTIA - Instituto Sapiencia
22	CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
23	SENAC-SP - Centro Universitário SENAC
24	PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Informática - INF
25	IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia
26	IFPB - Instituto Federal da Paraíba
27	FACTI - Fundação de Apoio à Capacitação em TI
28	CITS - Centro Internacional de Tecnologia de Software
29	UnB - Universidade de Brasília - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT
30	UCB - Universidade Católica de Brasília
31	SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia
32	UNIFOR - Universidade de Fortaleza
33	USP - Universidade de São Paulo
34	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC
35	CEPEDI - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus
36	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Computação - IC

37	VON BRAUN - Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun
38	SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife
39	CTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software
40	SOFTSUL - Associação Sul-riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software
41	UFPA - Universidade Federal do Pará
42	FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia
43	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
44	CITEB Incubadora - Centro de Inovação e Tecnologia de Biguaçu
45	ITIC (ANTIGO INSOFT) - Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (antigo Instituto do Software do Ceará)
46	UNERJ - Centro Universitário Católico de Santa Catarina (Ex-Centro Universitário de Jaraguá do Sul)
47	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
48	SENAI-CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Ceará
49	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Informática - INF
50	UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
51	IFBA - Instituto Federal da Bahia
52	UFMA - Universidade Federal do Maranhão
53	UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
54	FEEVALE - Centro Universitário FEEVALE
55	LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
56	PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO
57	UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
58	UNIVAP Incubadora - Incubadora Tecnológica UNIVAP
59	UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
60	IBTI - Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação
61	IFGO - Instituto Federal de Goiás
62	CIETEC - Centro Incubador de Empresas Tecnológicas
63	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
64	SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Unidade Cidade Industrial de Curitiba
65	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
66	IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont
67	UFPB - Universidade Federal da Paraíba
68	PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Engenharia Elétrica - ELE
69	UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
70	FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba - Departamento de Engenharia Elétrica e de Automação
71	UNITAU - Universidade de Taubaté
72	UFS - Universidade Federal de Sergipe
73	IFRN-RN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
74	IFMA - Instituto Federal do Maranhão

75	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Departamento de Engenharia Elétrica - ELETRO
76	URB - Universidade Regional de Blumenau
77	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
78	UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
79	UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
80	UPE - Universidade de Pernambuco
81	CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia
82	SENAI-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina
83	UNISALLE - Centro Universitário La Salle
84	UFBA - Universidade Federal da Bahia
85	UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília
86	FEI - Centro Universitário da FEI
87	ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
88	PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Engenharia - FENG
89	UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
90	UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
91	IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
92	INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
93	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
94	FAI - Faculdade de Administração e Informática
95	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
96	SENAI-RS - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul
97	MIDI - Micro Distrito Industrial Tecnológico
98	UFPR - Universidade Federal do Paraná
99	FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software
100	UnB CDT - Incubadora de Empresas do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico